



Anais da Assembléia

Nº 148

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 137ª SESSÃO ORDINÁRIA

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 1983

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do senhor deputado Nestor Baptista, secretariada pelos senhores deputados Edmar Luiz Costa e Dirceu Manfrinato.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Cário Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Antonio Belinati, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antonio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Nelson Buffara (58).

Verificada a existência de número legal, o sr. presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofício:

Sob o n.º 661/83, da senhora MARLISE DA CRUZ FERREIRA DE OLIVEIRA — presidente da Câmara Municipal de Cascavel, que encaminhou a esta Casa, requerimento n.º 903/83, de autoria da bancada do Partido Democrático Social - PDS, manifestando pesar pelo falecimento do senhor deputado LUIZ GABRIEL SAMPAIO. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Cinthia Luciane Maia Lustosa, ocorrido no último dia 18 de dezembro.

A extinta era filha de Newton Alves Lustosa e Celi Maia Lustosa, sendo pessoa benquista e tendo granjeado inúmeros amigos, que lhe nutriam intensa admiração.

Outrossim, requer que da decisão do plenário, seja dado

ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que apresente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, fulcrado em dispositivo contido no Regimento Interno desta Casa Legislativa, REQUER, a dispensa de publicação da REDAÇÃO FINAL de todos os projetos de lei contidos na ORDEM DO DIA no período de CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, um voto de congratulações ao CLUBE ATLÉTICO PARANAENSE, pela conquista do bi-campeonato paranaense de futebol.

Requer, outrossim, que da decisão deste, se dê ciência ao referido clube, através a sua diretoria, pela brilhante conquista.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoio: Airtton Cordeiro e Nelson Buffara.

JUSTIFICATIVA:

Das mais brilhantes a campanha do Clube Atlético Paranaense no campeonato paranaense de futebol de 1983.

A equipe coesa, disciplinada, objetiva que soube ser a melhor dentre todas que disputaram o certame do corrente ano.

Projeteu o Paraná no plano esportivo, pelo futebol moderno, vibrante, situando-o entre os melhores do país e impondo o respeito das demais equipes brasileiras.

Destarte, nada mais justo, ao homenagearmos a laboriosa equipe rubro-negra.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, vem, mui respeitosamente, REQUERER que, ouvido o plenário, seja consignado um voto de louvor aos integrantes do Centro de Operações Policiais Especiais (COPE) e, de modo especial, ao delegado Mauro Castro, pela inegável eficiência demonstrada ao solucionar o caso do seqüestro do menor Fábio Lechenecski, que comoveu a opinião pública de nossa Capital e que teve um feliz desfecho com a restituição do garoto, são e salvo, a seus pais, graças ao incansável trabalho diuturno e altamente competente daquele órgão subordinado à Secretaria de Segurança Pública de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de louvor ao dr. EDOUARD ELIAS THOMÉ, funcionário deste Poder, onde ocupa atualmente o cargo de Diretor do Departamento de Divulgação Legislativa, pela sua eleição em edição especial do jornal "Diário Popular",

como "Servidor do Ano".

O homenageado, pelas suas qualificações como advogado, economista e jornalista, tendo exercido importantes cargos da administração desta Casa, e sendo um autêntico representante classista mercê das posições que ocupou na Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e na Associação dos Servidores Públicos do Paraná - cargos de Secretário Geral e Presidente do Conselho Deliberativo e Fiscal - é merecedor por todos os títulos da comenda de "Servidor do Ano", em decorrência de sua efetiva atuação, defendendo as legítimas reivindicações dos servidores públicos, como a contagem recíproca; 13.º salário, reajuste semestral e outras.

Requer, uma vez aprovado o requerimento, seja feita a necessária averbação em sua ficha funcional.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de voto de louvor e a sua consignação nos anais da Casa ao excelentíssimo sr. prefeito municipal de Toledo - PR, Albino Corazza Neto, pela realização do I Fórum Nacional de Debates sobre Experiências de Participação Comunitária, sediado naquele município, nos dias 10, 11, 12, 13 e 14 de dezembro de 1983.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O papel vanguardeiro assumido pela comunidade toledana no resgate das experiências populares cumpre importante papel na conjuntura paranaense e brasileira. Premido por uma realidade perversa e desesperadora, o povo passa a trilhar com suas próprias forças o caminho da libertação e da independência.

Iniciativas como as tomadas pela administração municipal de Toledo, com o apoio do governo do Estado do Paraná, e o que é mais importante, respaldas na organização popular, demonstram a perspectivas de superação da crise pela elevação da consciência política e a participação social.

Que se registre, pois, este I Fórum como uma contribuição do Oeste do Paraná e do nosso Estado à luta geral da sociedade pelas liberdades e pela autonomia nacional.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de louvor à Polícia Militar do Paraná, na pessoa de seu comandante, coronel Raul V. Lopes, pela maneira cavalheiresca, compreensiva e cortês com que se portaram os representantes daquela corporação no último domingo, durante os festejos pela conquista do título de Campeão Estadual de Futebol, pelo Clube Atlético Paranaense.

A Polícia Militar do Paraná, naquela oportunidade, demonstrou cabalmente que é perfeitamente possível, com uma orientação calma e segura, manter a segurança pública, mesmo em momentos em que a euforia popular pode se tornar perigosa pelos excessos que acarreta.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoiamento: Artagão Mattos Leão.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer "VOTO DE REPUDIO" aos gestos, comportamentos e expressões verbais do

general Newton Araújo de Oliveira Cruz, comandante do Planalto, praticados no dia 17 de dezembro de 1983, em Brasília, "VOTO DE DESAGRAVO" às categorias dos jornalistas e dos advogados, além de sugerir "PUNIÇÃO DISCIPLINAR" do oficial militar envolvido, com o envio de cópias do presente requerimento ao Presidente da República, ao Presidente da Câmara dos Deputados, ao Presidente do Senado Federal, aos líderes dos partidos políticos no Congresso Nacional, aos presidentes das Assembléias Legislativas nos Estados brasileiros, ao presidente da Associação Brasileira de Imprensa, ao presidente da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, ao general Newton Araújo de Oliveira Cruz e ao jornalista Honório Dantas, da "Rádio Planalto", de Brasília.

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o plenário, o envio às personalidades supra-mencionadas de "VOTO DE REPUDIO" aos gestos, comportamentos e expressões verbais do general Newton Araújo de Oliveira Cruz, comandante do Planalto, praticados no dia 17 de dezembro de 1983, em Brasília, de "VOTO DE DESAGRAVO" às categorias dos jornalistas e dos advogados e de opinião favorável à PUNIÇÃO DISCIPLINAR do referido oficial militar envolvido.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A nação brasileira assistiu entre aturdida e indignada ao truculento episódio de que foi autor o general Newton Araújo de Oliveira Cruz e vítima o repórter Honório Dantas, da Rádio Planalto de Brasília.

A própria motivação da Coletiva do general à Imprensa Brasileira já constituía afronta à consciência cívica e patriótica do povo brasileiro. Tratava-se de um balanço dos sessenta dias em que a Capital Federal viveu sob o estado das medidas de emergência.

Avaliava-se, em verdade, o processo pelo qual se pretendia submeter o Congresso Nacional aos ditames do Fundo Monetário Internacional. Discutia-se o resultado das medidas arbitrárias e ilegítimas impostas à Capital Federal e de como foram impotentes para impor disciplina aos parlamentares oposicionistas e à sociedade civil.

A fanfarronice das declarações prestadas pelo general executor das medidas de emergência esbravejava contra a Ordem dos Advogados do Brasil, gabava-se da posse de um "troféu", que nada mais era que uma placa de desagravo à violência de que foi objeto a respeitável entidade dos advogados, e responsabilizava a imprensa pelo clima de instabilidade a que se pretendia (as forças subversivas, é óbvio) levar o país.

Neste contexto de insensatez e disparates oficiais, eis que surge uma voz pública destoante. Inoportuna, talvez. Mas de um profissional da imprensa brasileira. De um profissional no exercício de suas tarefas, o que lhe garante a Constituição. Em contrapartida, considerando as relevantes funções de que está investido o general, dever-se-ia esperar a postura tranqüilizada e madura. No entanto, a confirmar a índole autoritária do oficial general em tela e não para a surpresa geral, a brutalidade e o ódio tomam posse do comandante do planalto e fazem a situação degenerar para um espetáculo indecoroso e grotesco.

A imprensa, responsável pela crise no país, mais uma vez não podia deixar de apresentar a verdadeira face de importantes homens públicos no Brasil, em particular de esbirros incrustados nos órgãos de repressão e informação do Estado. Revela,

además, que se tais abusos se cometem na mira das câmaras e dos gravadores, muito mais se deve ter feito e se faz à distância.

E agora, general? E agora, Brasil? Persiste a impunidade e o autoritarismo? Não. A hora é de repúdio! A hora é de desagravo! A hora é de punição exemplar! Basta de violência! Basta de abuso de autoridade! Todos devem ser iguais perante a lei e uns não podem ser mais iguais do que outros.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, o envio de pedido de informações ao excelentíssimo sr. Claus Magno Germer, mui digno secretário de Estado da Agricultura, sobre o andamento do solicitado pela ilustre prefeita municipal de Santa Teresinha de Itaipu, senhora Lenir dos Reis Spada, no ofício sob o número de ordem 237/83, enviado a essa pasta e reiterado a este gabinete parlamentar no ofício n.º 375/83.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A ilustre prefeita municipal de Santa Teresinha de Itaipu, senhora Lenir dos Reis Spada, através do ofício sob número 237/83, a essa Pasta e reiterado a este gabinete parlamentar em ofício sob número 375/83, solicitava a consecução de Projeto de Conservação do Solo da Bacia do Rio Tamandua.

Considerando o brilhante trabalho desenvolvido por essa pasta na área referida e a importância de que se reveste este trabalho para a região de Itaipu, solicitamos informações mais precisas acerca do andamento da reivindicação de lavra do PMDB de Santa Teresinha de Itaipu e de sua comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo dr. presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Alceu Machado, em que solicita informações sobre o andamento de processos de interesse de município do Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Considerando a importância de que se revestem as decisões emanadas do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e as constantes inquirições a que é, naturalmente, submetido o Poder Legislativo por parte das comunidades interessadas nos processos em tramitação, solicitamos à presidência, mui respeitosamente, as informações que seguem:

- 1) sobre o andamento do processo que solicita a anexação de Cafelândia à Comarca de Corbélia;
- 2) sobre o andamento do processo que solicita a criação do distrito judiciário de Anahy, na Comarca de Corbélia;
- 3) sobre o andamento do processo que solicita a criação da Comarca de Santa Teresinha de Itaipu.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, seja encaminhado ao excelentíssimo senhor governador do Estado, o seguinte pedido de informações:

I — O Orçamento do Estado, para 1983, previa recursos nos órgãos e programas a seguir enumerados:

ÓRGÃO	CÓDIGO	PROGRAMA
GOVERNADORIA:	090015814862-062	Subvenção a entidades Assistenciais e Culturais

SEPL	150110583231-099	Programa Especial de Financiamento de Equipamentos Urbanos
SEFI	170107400421-153	Apoio ao Projeto Ciata.
SEDM	130007401831-100	Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios
SEAD	210003070251-307	Reparos em Prédios Públicos
SEAD	210003070251-308	Execução Centralizada de Reparos em Prédios Públicos
SEAD	210003070251-309	Construção, Ampliação e Melhoria em Prédios Públicos
SECE	230008462281-827	Construções e Melhorias em Praças de Esportes
SETR	370016885321-871	Construção de Terminais de Cargas e Passageiros
SETR	370016885321-874	Prossafas - Programa Especial de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras
SEIC	390011623461-997	Orientação e Apoio a Criação de Distritos Industriais
SEIC	390011623461-998	Apoio ao Desenvolvimento Industrial
AGE/SEPL	410103090401-350	Estudos e Projetos de Natureza Contingencial
AGE/SEPL	410107401831-342	Apoio ao Desenvolvimento de Áreas Estratégicas e Novas Áreas de Produção
AGE/SEPL	410107401831-343	Apoio a Programas Especiais Regionais, Municipais e Inter-Setoriais
AGE/SEPL	410107401831-346	Programação Especial para o Desenvolvimento Econômico e Social
AGE/SEPL	410107401831-347	Apoio a Programas e Setores Prioritários
AGE/SEPL	410107401831-349	Programa Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
AGE/SEPL	410109401831-348	Programa Especial de Mobilização Energética
AGE/SEFI	430107401832-336	Atendimento a Projetos e Atividades Especiais.

II — Além do que contemplava os elementos de despesas nas Secretarias como segue:

ÓRGÃO	ELEMENTO/DESPESA
SEED	3.2.2.3 Transferências correntes a municípios.
SEED	3.2.3.1 Subvenções Sociais.
SEED	4.3.3.1 Auxílios a Instituições Privadas para despesas de capital.
SECE	3.2.2.3 Transferências correntes a municípios.
SECE	3.2.3.1 Subvenções sociais.
SECE	4.2.2.3 Transferências à municípios para as despesas de capital.
SECE	4.3.3.1 Auxílio a Instituições Privadas para despesas de capital.

Quanto ao relacionado anteriormente nos itens I e II, perguntamos:

a) Como ficaram as dotações do orçamento na data de 20/12/83:

— se foram ampliadas por suplementações? Em quanto? E qual o valor final após as suplementações em 20/12/83?

— Se foram reduzidas por cancelamento:

. Em quanto?

. Qual o destino dos recursos cancelados?

. Qual o valor de cada programa (item I), e/ou elemento de despesa (item II) após os cancelamentos em 20/12/83?

b) Em quais municípios e em que época foram aplicados os recursos de cada programa (item I) e/ou cada elemento de despesa (item II), sob a forma de:

- . Investimentos diretos da administração estadual;
- . Transferências correntes a municípios;
- . Transferências de capital a municípios;
- . Subvenções sociais;
- . Auxílios à instituições privadas para despesa de capital;
- . Convênios, termos de cooperação e/ou outros.

III — Com relação a Fundepar, perguntamos em relação ao exercício de 1983:

a) Para quais municípios foram transferidos recursos para auxílio de pagamento dos professores municipais de primeiro grau, e quanto para cada um deles?

b) Em quais municípios foram feitos investimentos para ampliação da rede física de primeiro grau e qual o valor investido em cada um deles?

IV — Indagamos também quanto o Estado do Paraná recebeu em 1983 e em quais municípios aplicou e quanto em cada um deles dos recursos provenientes do:

- . PRODOPAR;
- . IUCLUG;
- . PME;
- . PROGRAMAS ESPECIAIS DA SUDESUL, entre os quais o METRONOR e o EMERGENCIAL.

V — Finalmente indagamos também sobre os recursos que a administração direta e a indireta, obteve do Governo Federal em 1983, através de convênios, querendo saber:

- . Qual o valor de cada um deles?
- . Qual a sua aplicação à nível de municípios, e quanto em cada um deles?

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) WERNER WANDERER

Apoio: Erondy Silvério

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, o envio de ofício ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Agricultura, senhor CLAUS MAGNO GERMER, solicitando providências com vistas a criar nos municípios de Irati, Rebouças, e Rio Azul, uma unidade sanitária, tendo como sede a cidade de Irati.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

Além das atividades agrícolas, a região sobressai também por suas atividades voltadas para a pecuária, suinocultura e avicultura, justificando plenamente a criação de uma unidade sanitária.

Haverá sem dúvida alguma melhora na produtividade, no padrão sanitário dos rebanhos, com resultados mais compensadores para os produtores e a comunidade de modo geral.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, REQUER o envio ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, a fim de que o mesmo tome as providências necessárias para a instalação de um módulo policial no Jardim Novo Bandeirantes, no município de Cambé.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) ANTÔNIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação visa a melhorar o policiamento

do bairro, a fim de minimizar a onda de criminalidade que leva a insegurança e o pânico à sua população. Os moradores do local promoveram, inclusive, passeatas solicitando a instalação do módulo objeto deste requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, o envio de ofício ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Agricultura, senhor CLAUS MAGNO GERMER, solicitando providências com vistas a criar nos municípios de Cerro Azul e Adrianópolis, uma unidade veterinária, tendo como sede a cidade de Cerro Azul.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

Na região predomina as atividades voltadas para a pecuária, suinocultura e avicultura, daí a razão que justifica plenamente a criação de uma unidade veterinária.

Haverá melhora na produtividade, no padrão sanitário dos rebanhos e por via de consequência, saem ganhando os produtores e a comunidade de modo geral.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor governador do Estado, no sentido de que seja liberado recurso de ordem financeira para o pagamento do funcionalismo público da municipalidade de Fênix.

O conjunto dos funcionários de Fênix, tendo em vista o ano que se finda, na expectativa, aguarda a tomada de medidas que lhes assegurem o pagamento do décimo-terceiro salário, onde a esse respeito, a administração municipal de Fênix, ante a ausência de recursos, se vê impossibilitada de garantir o cumprimento de tal obrigação salarial.

Aquela conjuntura dá-se pelo fato de que a estrutura tributária que existe neste país, concentra a maior parte dos recursos em favor da União, sobrando aos municípios parcelas ínfimas, se comparadas as responsabilidades ou encargos que os mesmos tem para com os habitantes, colocando muitos em estado até mesmo de insolvência.

É imprescindível que o governo estadual auxilie o município de Fênix urgentemente, para que se possa efetuar com normalidade o pagamento aos funcionários públicos.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o plenário encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo governador do Estado, objetivando a liberação em caráter emergencial, de verbas para o pagamento do funcionalismo na municipalidade de Campo Mourão, no valor de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros).

Muitas são as pesquisas que se desenvolvem, em vários âmbitos, que apontam a constante perda do nível do poder aquisitivo do povo brasileiro, realidade essa verificada no dia a dia, cujo empobrecimento nada mais é do que das muitas resultantes da crise sócio-econômica sentidas.

É exigência quase que unânime da nação na mudança dos rumos atualmente vivenciados, e a recente comprovação de insatisfação geral, foram as eleições em 15 de novembro de 1982, onde no Paraná, o atual governo assumiu imbuído nessa

mesma necessidade de mudança, especialmente no que diz respeito as condições de vida dos paranaenses.

Neste sentido, dentro desse comportamento, o próprio pagamento aos servidores públicos sejam estaduais ou municipais, deve ser condizente, sendo que no momento o pagamento do décimo terceiro do funcionalismo público de Campo Mourão, deve merecer do excelentíssimo senhor governador apoio devido, tendo em vista o término do ano que se aproxima.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, deputado Deni Schwartz, solicitando abertura de auto-estrada no município de Grandes Rios, interligando os Distritos de Ribeirão Bonito e Rosário, com revestimento primário, de forma a retificar o trajeto rodoviário atualmente existente.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

Conforme entendimentos verbais, anteriormente mantidos com o senhor secretário dos Transportes, ficou evidente a necessidade de retificação do atual trajeto, que interliga os Distritos de Ribeirão Bonito e Rosário, no município de Grandes Rios. Evidente também ficou a importância da aplicação do revestimento primário.

Nessa ocasião, concluiu-se que tais objetivos serão alcançados pela abertura de uma auto-estrada interligando os referidos Distritos.

Assim sendo, com o presente requerimento, estamos formalizando essa reivindicação, cujo atendimento virá em benefício da população e produção agro-pecuária daquela progressista região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, deputado Deni Schwartz, solicitando construção de um acesso rodoviário secundário à cidade de Ivaiporã, numa extensão aproximada de 4 km.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

Objetiva, a presente reivindicação, transferir o tráfego de carga pesada do centro de Ivaiporã para periferia. Mais que isso, a construção desse acesso secundário beneficiará a indústria e o comércio, além da municipalidade, facilitando o transporte de sua produção e encurtando distâncias.

Atualmente, toda a produção industrial e comercial é transportada pelo centro da cidade causando prejuízos à pavimentação asfáltica ali existente e ao fluxo viário. Imprescindível se torna, então, a transferência desse tráfego pesado para a periferia da Cidade.

Por outro lado, esse acesso desembocará na face norte da cidade, onde se localiza o parque industrial e de armazenagem. Tal fato virá facilitar o transporte da produção, além de baixar o seu custo, já que haverá uma redução de 5 km no trajeto a ser percorrido.

A distância entre Ivaiporã e o vizinho município de Jardim Alegre será diminuída em 5 km. Isso reveste-se de importância

para ambas as populações, tendo em vista o grande fluxo viário existentes entre esses dois municípios.

Finalizando, dezenas de empresas industriais e comerciais terão o transporte dos seus produtos desviados do centro, aliviando o sistema viário central de Ivaiporã. Tal fato beneficia, além da comunidade e municipalidade, o comércio de toda a região.

As empresas diretamente beneficiadas pelo atendimento à presente reivindicação são: Artefato de Cimentos e Ferro Luiz Carvalho Ltda.; Indústria de Móveis Boletto; Pismel S/A; ; Algocen; Sanbra; Destilaria Ivaiporã; Fábrica de Farinha; Frigorífico Pavan; Serraria Brasil; Serraria Rech; Serraria e Fábricas de Portas "MIL"; Miasaki - Indústria e Comércio de Cereais, J. Moreira S/A - Compra de Cereais Sherpinski e Fleixchman - Distribuidor Antártica; Depósito de Bebidas "Skol"; Substação da Copel; IBC; Posto Esso; Posto São Cristovão; Ivaice! - Compra de Cereais; Cafeteria São Benedito; Cafeteria São João Batista; Delegacia de Polícia; 38ª Ciretran; Telepar; Facil - Fábrica Artefato Cimento; Cativa S/A; Hospital do Trabalhador Rural; Fábrica de Artefatos de Xaxin "Greipel"; Sindicato Rural de Ivaiporã; Ivaicar Comércio de Veículos Volkswagen; Panorte - Revendedor Autorizado Fiat; Nortrac - Tratores e Implementos Agrícolas; Coopiva - Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Ivaiporã; Moinho Real S/A; Transparaná - Tratores e Implementos; Raizama Compra de Cereais.

O atendimento a essa reivindicação virá de encontro aos anseios comunitários de toda a Região Central do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor governador do Estado, no sentido de que seja liberado, em caráter de urgência, recurso de ordem financeira para ser aplicado no pagamento do décimo terceiro salário do funcionalismo público de Iretama.

Atualmente, uma grave crise é vivenciada por todos, e cujos desdobramentos atingem diretamente a questão social, onde a população tem sofrido com a falta de mercado de trabalho, a falta de condições de adquirir gêneros de primeira necessidade, etc., fruto de uma política do governo federal, que nada ou pouco faz para adotar diretrizes que se voltem para a eliminação dos desníveis do poder aquisitivo; é sabido que dentre as inúmeras consequências, a arrecadação dos impostos é centralizada nos cofres da União, sobrando aos municípios importâncias insignificantes, se comparadas aos seus encargos.

Tal situação coloca as administrações e conseqüentemente, os municípios, em crise, ao ponto de não possuírem recursos para o pagamento dos funcionários no que se refere ao décimo terceiro salário.

Neste sentido, espera-se por parte do excelentíssimo senhor governador a tomada de medidas que se dirijam para a concretização do que ora é proposto.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor governador do Estado, objetivando a liberação em caráter emergencial, de verbas para o pagamento do funcionalismo na municipalidade de Janiópolis.

Os integrantes do funcionalismo público da cidade de Janiópolis, tendo em vista o ano que se finda, na expectativa tem aguardado a tomada de medidas que lhes assegurem o pagamento do décimo terceiro salário, onde a esse respeito, se vê im-

possibilitada de garantir o cumprimento de tal obrigação salarial.

Tais situações de profundas dificuldades por que passam os municípios, são na verdade, consequências do momento econômico brasileiro, onde a política desse setor, entre outras atitudes adota há muito anos, um comportamento em termos de adoção e arrecadação de impostos, onde a parcela destinada aos municípios é totalmente insuficiente, gerando com isso as crises hoje verificadas em inúmeras cidades.

Dentro desse quadro delicado, Janiópolis, vem enfrentando sérios problemas, sendo que um dos mais graves é o que se refere ao pagamento do décimo terceiro salário ao funcionalismo público.

Neste sentido, espera-se por parte do excelentíssimo senhor governador do Estado, um posicionamento que permita assegurar o que ora é proposto, o que por certo, contribuirá para a normalização da situação do funcionalismo em geral.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor governador do Estado, no sentido de que seja liberado, em caráter de urgência, recursos de ordem financeira, para ser aplicado no pagamento do décimo terceiro salário do funcionalismo público de Goio-Erê.

Nos dias atuais, uma grave crise atinge toda a Nação Brasileira, que dentre outros reflexos, traz problemas sociais, onde não existe por parte do governo federal, a adoção de diretrizes que sejam voltadas para solução dos mesmos. A concentração financeira nos cofres da União, coloca os municípios em difíceis situações havendo até mesmo caso de insolvência.

Dentro desse quadro delicado, Goio Erê, vem enfrentando sérios problemas, sendo que um dos mais graves é o que se refere ao pagamento do décimo terceiro salário ao funcionalismo público.

Neste sentido, espera-se por parte do excelentíssimo senhor governador, um posicionamento que permita assegurar o que ora é proposto.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública doutor Luiz Felipe Haj Mussi, em que solicita atendimento ao solicitado pela ilustre prefeita municipal de Santa Terezinha de Itaipu, em Ofícios sob n.ºs 157/83 e 215/83, e reiterando em Ofício sob n.º 375/83, dirigidos, respectivamente, a essa Pasta e a este gabinete parlamentar.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

A ilustre prefeita municipal de Santa Terezinha de Itaipu, senhora Lenir dos Reis Spada, através dos ofícios n.ºs 157/83 e 215/83, dirigidos a esta Pasta, e do Ofício de reiteração n.º 375/83, dirigido a este gabinete parlamentar, solicita a construção de uma nova Delegacia de Polícia, maior número de efetivo policial e a designação de um Escrivão de Polícia para a Delegacia local.

Considerando que essa secretaria se tem caracterizado pelo estrito respeito aos direitos humanos e pela preocupação sempre presente com o bem-estar da população, preocupa-nos sobremaneira o desgaste a que se tem submetido a honesta e escorreita

política de segurança do nosso governo na localidade de Santa Terezinha, uma vez que nas constantes assembleias populares de que temos participado nessa área da nossa representação a alegação de falta de recursos já não encontra guarida entre os moradores, donde a necessidade de superar política e tecnicamente esta contrariedade local. Ademais, cumpre responder à altura esta reivindicação, que tem sido objeto de constantes pronunciamentos de nossos companheiros na Câmara de Vereadores, no diretório municipal nas Associações de Moradores, para que não sejamos responsabilizados nem nosso Partido por eventuais ocorrências de maior gravidade na já tão tensa socialmente região de Itaipu.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública, doutor Luiz Felipe Haj Mussi, em que solicita o atendimento do reivindicado pelo ilustre prefeito municipal de Corbélia, professor Delso José Trentin, através do ofício n.º DT 247/83- G, datado de 29 de agosto de 1983.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

O ilustre prefeito municipal de Corbélia, professor Delso José Trentin, através de ofício sob número de ordem 247/83-G, datado de 29 de agosto de 1983, solicitou o atendimento de reivindicações formuladas em assembleia da comunidade e referendadas pelo Diretório Municipal do PMDB, para a qual, presentemente, pedimos pronta acolhida, consoante prática já consolidada nessa Pasta, como seguem:

1. Junto ao DETRAN

1.1. Convênio com aquele município para a sinalização de vias públicas da sede e dos Distritos. (FUNRESTRAN).

1.2. Criação de uma Ciretran ou Autarquia com sede em Corbélia, visando centralizar o atendimento aos municípios de Braganey, Cafelândia e Nova Aurora (solicitação já enviada ao DETRAN e com Parecer do Departamento Técnico arguindo pela viabilidade).

Considerando que durante seis anos o combativo povo corbeliense e suas lideranças estiveram aliçados dos Programas de governo, cabe-nos o atendimento com presteza àquela municipalidade. Ademais, são reivindicações perfeitamente coadunadas com o Plano de governo de Richa de segurança e bem-estar à gente paranaense.

REQUERIMENTO

Súmula: Solicita envio de expediente ao Excelentíssimo senhor secretário de estado da Administração, doutor José Olímpio de Paula Xavier.

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente em que solicita atendimento ao reivindicado pelo ilustre prefeito municipal de Corbélia, professor Delso José Trentin, através do ofício n.º DT 249/83- G, datado de 29 de agosto de 1983.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

O ilustre prefeito municipal de Corbélia, professor Delso José Trentin, através de ofício sob número de ordem 249/83-G, de 29 de agosto de 1983, solicitou o atendimento de reivindicação extraídas de assembleias da comunidade e referendadas pelo

Diretório Municipal do PMDB, para as quais advogamos pronta acolhida, conforme prática já consolidada por essa Pasta, a saber:

- 1 — Reparos na Escola Olavo Bilac, Ensino de Primeiro Grau, do distrito administrativo de Ouro Verde do Piquiri.
- 2 — Fechamento da área com muro ou tela, da Escola acima mencionada.

Considerando a simplicidade das reivindicações e o seu alto valor social, temos segurança na tomada de providências.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, o envio de expediente à excelentíssima senhora Secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, em que solicita o atendimento do reivindicado pelo ilustre prefeito municipal de Corbélia, professor Delso José Trentin, através do Ofício n.º DT.248/83-G, datado de 29 de agosto de 1983.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O ilustre prefeito municipal de Corbélia, professor Delso José Trentin, através de ofício sob número de ordem 248/83, de 29 de agosto de 1983, solicitou o atendimento de reivindicação extraída de assembléia da comunidade e referendada pelo Diretório Municipal do PMDB, para a qual advogamos pronta acolhida, conforme prática já consolidada nessa pasta, como segue:

- 1 — Construção de seis (06) salas de aula na área central de Corbélia, já considerada prioritária pela Fundepar, e que seu início se processe nos primeiros dias do mês de janeiro de 1984.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, doutor Eugênio Chignone, em que solicita o atendimento ao reivindicado pela ilustre senhora prefeita municipal de Santa Terezinha de Itaipu, mui digna Lenir dos Reis Spada, através do ofício n.º 109/83 dirigido àquela Pasta e reiterado pelo ofício n.º 375/83, dirigido a este gabinete parlamentar.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A ilustre prefeita municipal de Santa Terezinha de Itaipu, senhora Lenir dos Reis Spada, através do ofício n.º 109/83, dirigido a essa Pasta e da reiteração a este gabinete parlamentar, através do ofício n.º 375/83, solicita o reivindicado pela juventude da comunidade local, amante da cultura e do esporte, e referendado pelo Diretório Municipal do PMDB, qual seja a dotação de recursos para a construção de Ginásio de Esportes.

Considerando a impossibilidade de o município fazer frente a este justo anseio popular e o brilhante trabalho de democratização da prática esportiva desenvolvido pela Pasta da Cultura e do Esporte, esperamos poder contar com prontas providências para o encaminhamento concreto dessa aspiração.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado do Interior, doutor Nilton Miguel Friedrich, em que solicita providências da Sanepar, da Copel, da Surehma, da Sucepar e da

Cohapar, conforme o reivindicado pelo ilustre prefeito municipal de Corbélia, professor Delso José Trentin através do ofício n.º DT.242/83-G, datado de 29 de agosto de 1983.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O ilustre prefeito municipal de Corbélia, professor Delso José Trentin, através do ofício sob número de ordem 242/83, de 29 de agosto de 1983, solicitou o atendimento de seis (06) reivindicações aprovadas em assembléias gerais da comunidade corbeliense e do Diretório Municipal do PMDB, para o que solicitamos rápido encaminhamento, conforme característica já firmada por essa Pasta.

Neste sentido, passamos a reproduzir as reivindicações, como seguem:

1. Junto à Sanepar:
 - 1.1 Contrução do sistema de abastecimento de água potável no distrito de Penha, naquele município;
 - 1.2 Aquisição pela Sanepar da rede de água municipal do distrito administrativo de Anahy.
2. Junto à Copel:
 - 2.1 Redução de custos do padrão Copel aos consumidores de baixa renda do município.
3. Junto à Surehma:
 - 3.1 Programas de incentivo e apoio à implantação de micro-bacias no município que ora inicia este trabalho de conservação de solo.
4. Junto à Sucepar:
 - 4.1 Recursos financeiros destinados ao combate à erosão na Avenida Paraná, daquela cidade, conforme projetos já encaminhados.
5. Junto à Cohapar:
 - 5.1 Agilização junto ao BNH, com financiamento (FINC) para asfaltamento do acesso ao conjunto habitacional já edificado, cujo levantamento já fora elaborado por técnicos da Cohapar.

Considerando que algumas das providências sugeridas já estão sendo adotadas ou estão em andamento, cumpre chamar atenção para a justiça de todas as solicitações e a premência de algumas delas, como é o caso dos itens 1.1, 2.1, 3.1 e 4.1, sem prejuízo da importância das demais. E dada a perseguição de que foi vítima o município e o seu povo, é de esperar-se, outrossim, especial atenção para o pronto atendimento requisitado no ofício original do senhor prefeito municipal de Corbélia.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado do Planejamento, doutor Belmiro Valverde Jobim Castor, em que solicita o atendimento do reivindicado pelo ilustre prefeito municipal de Corbélia, professor Delso José Trentin, através do ofício n.º DT 243/83-G, datado de 29 de agosto de 1983.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O ilustre prefeito municipal de Corbélia, professor Delso José Trentin, através de ofício sob número de ordem 243/83-G, de 29 de agosto de 1983, formulou reivindicações aprovadas em assembléias gerais da comunidade corbeliense e referendadas pelo Diretório Municipal do PMDB, para as quais solicitamos rápido encaminhamento, conforme prática já firmada por essa Pasta. Neste sentido, passamos a reproduzir as reivindicações não atendidas em sua totalidade:

1. Inclusão daquele município no programa de aplicação de recursos do Finsocial, de conformidade com solicitação

do excelentíssimo senhor Governador à Presidência da República.

2. Liberação de recursos para asfaltamento dos próprios estaduais:

2.1 Escola Duque de Caxias, Ensino de Primeiro Grau, na rua Ipê Roxo, com 100 m de testada.

2.2 Escola Castro Alves, Ensino de Primeiro Grau, na rua Flamboyant, com 100 m de testada e na rua Violeta, com 60 m de testada.

2.3 Escola Amâncio Moro, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, na rua Cravo, com 100 m de testada e na rua Margarida, com 60 m de testada.

Considerando que algumas providências a época sugeridas já foram adotadas ou estão em andamento, cumpre chamar atenção para a correção das reivindicações daquela comunidade, não alijada dos programas de governo pela perseguição política de que foi vítima por sua postura oposicionista.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, doutor Luiz Cordoni Júnior, em que solicita o atendimento ao solicitado pela ilustre prefeita municipal de Santa Terezinha de Itaipu, senhora Lenir dos Reis Spada, através dos ofícios dirigidos a essa Pasta sob n.ºs 160/83 e 259/83 e do ofício dirigido a este gabinete sob n.º 375, reiterando os pedidos.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A ilustre prefeita municipal de Santa Terezinha de Itaipu, senhora Lenir dos Reis Spada, através dos Ofícios sob n.ºs 160/83 e 259/83, dirigidos a essa Pasta, e do Ofício n.º 375/83 dirigido a este gabinete parlamentar, reivindica a construção de um Centro de Saúde com Ambulatório naquele município e o credenciamento pelo Inamps do Hospital Santa Terezinha.

Considerando a importância social e política de que se revestem estas aspirações da comunidade de Santa Terezinha, queremos entender prontas providências sejam implementadas.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo dr. presidente do Supremo Tribunal Federal, mui digno ministro João Baptista de Cordeiro Guerra, em que solicita confirmação de competência e das penas aplicadas pelo Tribunal Regional Eleitoral aos implicados na fraude eleitoral na Comarca de Corbélia - PR, nas eleições de 15 de novembro de 1982.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O conjunto da sociedade brasileira e a comunidade corbeliense em particular acompanharam entre surpresas e indignadas a trama urdida por próceres do partido governista no município de Corbélia - PR. Grotescamente executada e envolta em sórdida truculência policial, a fraude foi flagrada pela população vigilante e com isso desmantelou-se um império de arbítrio, brutalidade e prepotência que se havia instalado naquele pacato município.

A intervenção da justiça fez-se sentir imediatamente e com ela a convocação de novas eleições, presididas com isenção e probidade. Ao par disso, desenvolveu-se intensa batalha judicial na qual de um lado estavam as provas materiais irrefutáveis e de outro a pretensa ardisidade da defesa, numa

das tarefas mais difíceis de que se tem notícia na História recente do direito eleitoral.

Frente à questão, a posição do Tribunal Regional Eleitoral foi firme e incontestável: condenou os três implicados. O juiz a 3,2 anos de reclusão e afastamento da função durante 8 anos, e os outros dois a 3 anos de reclusão. Os penalizados recorreram ao Superior Tribunal Eleitoral (TSE), alegando incompetência do TRE para julgamento do caso. O Tribunal Superior Eleitoral referendou a competência do TRE, resultando em recurso da defesa junto ao Supremo Tribunal Federal.

Assim, de todos os casos ocorridos em nosso Estado nas eleições de novembro de 1982, resta apenas à Justiça pronunciar-se em definitivo sobre o caso da Comarca de Corbélia, que traz em seu bojo elementos os mais graves para a vida do Poder Judiciário e para que não mais existam pendências no Paraná, apelamos ao egrégio Supremo Tribunal Federal, através de sua ilustre presidência, no sentido de breve decisão sobre o episódio.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, doutor Paulo Yokota, em que solicita não ocorra, como em 1983, uma redução de noventa por cento do Imposto Territorial Rural - ITR, nos municípios que declararam "situação de emergência".

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

No Estado do Paraná, a Coordenação Estadual de Defesa Civil demonstrou, recentemente, preocupação junto ao INCRA e que levou a Secretaria de Estado da Segurança Pública a esclarecer que os duzentos e sessenta e quatro municípios declarados, através de Decretos Estaduais, em "situação de emergência" o foram em face de terem sido atingidos por fortes e intensas chuvas, com sérios danos na malha viária, notadamente em estradas, pontes e bueiros.

De fato, os decretos não fazem referência a danos na agricultura, deduzindo-se, então, que não houve, ou se ocorreu, não foram de grande monta, donde reivindicarmos num apelo municipalista ao digno presidente do Incra a não redução de noventa por cento do Imposto Territorial Rural.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor presidente do Banco do Brasil S.A., doutor Oswaldo Roberto Colin, em que solicita a instalação de Posto Avançado do Banco do Brasil, no município de Santa Terezinha do Itaipu - PR.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O progressista município de Santa Terezinha de Itaipu experimenta nestes anos vertiginoso crescimento e passa a exigir mecanismos de política financeira e econômica para o aprofundamento do processo de produção.

A reivindicação de instalação de Posto Avançado do Banco do Brasil insere-se neste contexto de uma melhor e maior dotação de serviços públicos, daí a nossa solicitação no sentido de que se processem estudos sobre a viabilidade de tal intenção e sua subsequente concretização.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, doutor Adwaldo Cardoso Botto de Barros, em que solicita o atendimento do reivindicado pela ilustre prefeita municipal de Santa Terezinha de Itaipu, senhora Lenir dos Reis Spada, através de ofício sob número de ordem 225/83, e de ofício sob número 375/83, dirigidos, respectivamente, a essa empresa e a este gabinete parlamentar.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A ilustre prefeita municipal de Santa Terezinha de Itaipu, senhora Lenir dos Reis Spada, através do Ofício n.º 225/83, dirigido ao excelentíssimo senhor presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, dr. Adwaldo Cardoso Botto de Barros e do Ofício n.º 375/83, dirigido a este gabinete parlamentar, solicita a instalação de Agência dos Correios e Telégrafos naquele município.

Considerando o brilhante trabalho desenvolvido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e a importância de que se reveste para a vida social e econômica daquele município a concretização desta reivindicação, solicitamos da presidência medidas neste sentido.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor presidente da Empresa Brasileira de Turismo - Embratur, doutor Miguel Colasuonno, em que solicita o atendimento do reivindicado pela ilustre prefeita municipal de Santa Terezinha de Itaipu, senhora Lenir dos Reis Spada, no ofício n.º 134/83 dirigido à Embratur, e reiterado no Ofício n.º 375/83, dirigido a este gabinete parlamentar.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A ilustre prefeita Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, senhora Lenir dos Reis Spada, através do Ofício n.º 134/83 dirigido à Embratur e do Ofício n.º 375/83, dirigido a este gabinete parlamentar, reivindica "a homologação e liberação de auxílio financeiro para o Terminal Turístico de Santa Terezinha de Itaipu".

Considerando a relevante importância econômica de que se reveste a conclusão do referido terminal naquele município e tendo em conta as dificuldades financeiras dos municípios brasileiros, tomamos a iniciativa de deste modesto flanco estadual recorrer aos préstimos dessa presidência no socorro aos anseios de progresso e desenvolvimento da gente paranaense, em particular das populações adjacentes do lago de Itaipu.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor Governador do Estado do Paraná, dr. José Richa, e ao excelentíssimo senhor Secretário de Estado dos Transportes, dr. Deni Lineu Schwartz, em que solicita providências no sentido da agilização da pavimentação asfáltica ligando o município de Três Barras do Paraná com Boa Vista da Aparecida e PR-473, conforme mapa anexo.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O ilustre presidente da Associação dos municípios do Oeste do Paraná (AMOP), Prefeito Delso José Trentin, em atendimento à solicitação do senhor Hélio João Laurindo, digno prefeito municipal de Três Barras do Paraná, solicita, através de ofício circular sob número de ordem 25/83, nossa intercessão junto ao governo do Estado do Paraná, para que seja reivindicada a agilização com máxima brevidade possível da pavimentação asfáltica ligando aquele município reivindicante com Boa Vista da Aparecida e PR-473, conforme mapa anexo.

Entendendo a justeza das bandeiras levantadas pela AMOP e a necessidade da alocação de recursos para o setor de transportes vital para a vida econômica de nosso Estado, em particular de sua região oeste, apelamos ao governo do Estado a presteza costumeira no atendimento das vozes municipalistas oestinas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor governador do Estado, no sentido de que seja liberado, em caráter de urgência, recurso financeiro para o pagamento do décimo terceiro salário aos funcionários públicos de Juranda.

Juranda é um município que há pouco tempo desmembrou-se, tendo por tanto, dificuldades decorrentes de sua emancipação recente, aliada as dificuldades econômicas do País, havendo a real necessidade de praticamente se realizar a implantação de uma infra-estrutura. Dentro desse quadro, a ausência de recurso financeiro, dificulta acentuadamente, notadamente no que tange ao funcionalismo público, onde a administração municipal de Juranda está impossibilitada de realizar o pagamento àquela classe do décimo terceiro.

Tal situação para ser ao menos amenizada, é imprescindível que o governo do Estado atenda o que ora é discorrido, em face do término do ano que se aproxima.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor governador do Estado, no sentido de que sejam liberados recursos para o pagamento do funcionalismo público, em caráter de urgência, do município de Ubitatã.

Com vistas a necessidade do pagamento aos funcionários, no que diz respeito ao décimo terceiro salário, a prefeitura municipal de Ubitatã encontra-se com escassez de recursos de ordem financeira, em face da difícil situação deixada por gestões anteriores.

A má distribuição de renda existente em nosso País, nada mais é do que a consequência da concentração de recurso financeiro em poder do governo federal, oriundo da cobrança de vários impostos, que por sua vez, não retornam, em sua maioria, aos estados pela insuficiência ou ausência de recursos. Tal realidade é responsável por vários problemas, destacando-se os sociais, como a falta de um condicionamento que permita se pagar condignamente os funcionários públicos, como os de Ubitatã.

Neste sentido, pelas razões expostas, espera-se por parte do excelentíssimo senhor governador, um posicionamento que possibilite o atendimento o mais urgente do que ora é proposto, dada a expectativa existente nos funcionários públicos.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, doutor Lineu Schwartz, em que solicita o atendimento do reivindicado pelo ilustre prefeito municipal de Corbélia, senhor Delso José Trentin, através do ofício n.º DT-241/83-G, de 22 de agosto de 1983, e pede outras providências.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

O ilustre prefeito municipal de Corbélia, professor Delso José Trentin, através de ofício sob número de ordem 241/83, datado de 22 de agosto de 1983, enviou duas reivindicações aprovadas em assembleias da comunidade corbeliense, para o que solicitamos rápido encaminhamento, além de acrescentarmos duas mais reivindicações formuladas pelo Diretório Municipal do PMDB daquele município, que são as que seguem:

1. Asfaltamento do acesso secundário junto à BR-369 interligando a Avenida Santa Catarina à referida Rodovia, naquela cidade;

2. Concessão à Expresso Princesa dos Campos, linha de ônibus com destino a Curitiba, devendo partir de Assis Chateaubriand, com seccionamento nas cidades de Jesuítas, Nova Aurora e Corbélia-Curitiba, tendo em vista também ao formulado pelo ofício n.º 236/83-G, de 22 de agosto de 1983;

3. Alargamento do Trevo Central da cidade, que liga a Rua Hortência com a BR-369;

4. Asfaltamento do trecho Anahy-Boa Vista (Distritos) Corbélia e do trecho Iguatu-Boa Vista.

As reivindicações ora apresentadas constituem aspirações de longa data do combativo povo corbeliense e suas lideranças, durante seis anos aliadas dos benefícios do governo do Estado, a merecer nesta hora todo o nosso apoio e a máxima presteza, já caracterizados plenamente na administração da Pasta dos Transportes. Ademais, são solicitações plenamente justificáveis, seja pela segurança no trânsito (vide reivindicação do item 3), seja pela extensão do bem-estar e para agilidade da prestação de serviços de transporte coletivo intra-estadual (vide item 2), seja pela importância econômica que representam (vide item 3 e 4).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Agricultura, doutor Claus Magno Germer, em que solicita o atendimento ao reivindicado pelo ilustre Prefeito municipal de Corbélia, professor Delso José Trentin, através do ofício n.º DT. 245/83-G, datado de 29 de agosto de 1983.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

O ilustre prefeito municipal de Corbélia, professor Delso José Trentin, através de ofício sob número de ordem 245/83, de 29 de agosto de 1983, enviou quatro (4) reivindicações aprovadas em assembleias da comunidade corbeliense e referendadas pelo Diretório Municipal do PMDB, para as quais solicitamos rápido atendimento, conforme praxe desta Pasta, que são as que seguem:

1. Instalação de uma (01) Unidade Veterinária, com participação dos municípios de Corbélia, Braganey e Cafelândia.

2. Desenvolvimento junto ao município requerente, através de apoio do ITC, da prospecção de sementes e mudas de árvores que possam oferecer outras opções de renda na sua exploração (ex.erva-mate).

3. Inclusão do município nos Programas da CAFE do Paraná, tais como piscicultura e caprinocultura.

4. Coordenação e apoio técnico da EMATER/Paraná, no acompanhamento e orientação de micro-bacias ora em implantação.

As reivindicações aqui representadas constituem aspirações de longa data do combativo povo corbeliense e de suas lideranças, que durante seis anos estiveram aliadas dos programas do governo do Estado, a merecer nesta hora, portanto, todo o nosso apoio e a máxima presteza, já caracterizados plenamente na prática dessa Pasta. Ademais, são solicitações perfeitamente adequadas ao Plano de governo Richa pela importância social e política que trazem no seu seio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente em que solicita atendimento ao reivindicado pelo ilustre prefeito municipal de Corbélia, professor Delso José Trentin, através do ofício n.º DT 244/83-G, datado de 29 de agosto de 1983.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

O ilustre prefeito municipal de Corbélia, professor Delso José Trentin, através de ofício sob número de ordem 244/83-G, de 29 de agosto de 1983, solicitou o atendimento de reivindicações extraídas de Assembleias da comunidade e referendadas pelo diretório municipal do PMDB, e pela Associação dos municípios do Oeste do Paraná, para as quais pretendemos pronta acolhida, conforme prática já consolidada por essa Pasta, como seguem:

1. Liberação de recursos para asfaltamento dos Próprios Estaduais:

1.1. Escola Duque de Caxias, Ensino de 1.º Grau, na Rua Ipê Roxo, com 100 m de testada.

1.2. Escola Castro Alves, Ensino de 1.º Grau, na Rua Flamboyant, com 100 m de testada e na Rua Violeta com 60 m de testada.

1.3. Escola Amancio Moro, Ensino de 1.º e 2.º graus, na Rua Cravo, com 100 m de testada, na Rua Cravo, com 100 m de testada e na Rua Margarida com 60 m de testada.

2. Inclusão daquele município no Plano de Distribuição de Recursos a FUNDOS PERDIDOS.

3. Correção da sistemática aplicada para com os municípios no tocante a juros e correção monetária, quando da assinatura de contratos de abertura de créditos em conta corrente, garantida por caução de Direito Creditório (Antecipação de Receita do ICM).

As reivindicações aqui reapresentadas constituem aspirações de longa data do combativo povo corbeliense e de suas lideranças, que durante seis anos estiveram aliadas dos Programas do governo do Estado, a merecer nesta hora, portanto, todo o nosso apoio e máxima presteza, já caracterizados plenamente na prática dessa Pasta. Ademais, são solicitações adequadas ao Plano de governo Richa, pelo desafogo que significam ao município, em particular a reivindicação de número 3 que se concretizada virá beneficiar inúmeros municípios já tão endividados e comprometidos pelo arrocho tributário que lhes é imposto pelo governo federal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta Assembleia Legislativa, o editorial

"ANDREAZZA IRRITA O PARANÁ", publicado no jornal "Folha de Londrina", página 2, edição do dia 17 de dezembro de 1983.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Assembléia do Paraná, o Telex enviado pela Federação das Associações Comerciais do Paraná, reiterando sua posição oficial contrária ao aumento das alíquotas do ICM, bem como das multas formais e moratórias.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Projeto de Lei Complementar n.º 262/83.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 262/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 131 — Durante o exercício de mandato eletivo federal ou estadual, o funcionário fica afastado do exercício do cargo, incorrendo entretanto em todas as vantagens e promoções funcionais inerentes aos servidores que estão em efetivo exercício, contando-se-lhe integralmente o tempo de mandato para fins de aposentadoria.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Rubens Bueno, inscrito. Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Senhor presidente, senhores deputados.

"O que se fala de Malluf, prova-se contra Mário Andreazza" esta é uma frase famosa do general Golbery do Couto e Silva.

O senhor Andreazza tem o rabo muito comprido para falar dos outros. O melhor que o senhor Andreazza faz é ficar quieto continuar a sua perigração pelo Brasil, atrás dos votos do Colégio Eleitoral, para uma eleição que dizem indireta, portanto ilegítima.

O senhor Andreazza tem muitas estórias nesse País, de corrupção e de impunidade, a começar pela ponte Rio-Niterói, passando pela Transamazônica e explodindo nos escândalos mais recentes, como o do Grupo Delfim-BNH.

A sociedade brasileira conhece muito bem o senhor Andreazza, e nós queremos registrar o nosso apoio integral ao governador José Richa, que ao ver e ouvir a entrevista desse cidadão na Rede Globo de Televisão, apressou-se em desmentir-lo e o governador, cara a cara com o senhor Andreazza, disse ao mesmo, que ele havia dito inverdades no programa de televisão. José Richa Contestou uma a uma as inverdades e as mentiras do senhor ministro, que pensa que o Paraná é propriedade sua. Se ele não sabe, aqui existem homens que administram este Estado com probidade, com decência e com honestidade no trato da coisa pública.

O governador fez com que o ministro engolissem as suas mentiras, em pleno aeroporto, e o senhor Andreazza não abriu a boca. Normalmente, os mentirosos que fazem intrigas, se comportam como o senhor ministro: meteu o rabinho entre as pernas, pegou o avião e voltou para Brasília.

E a "Folha de Londrina", traz no Editorial do dia 17, "Andreazza irrita o Paraná", analisando a postura do senhor ministro, que disputa uma eleição indireta, e ao invés de caçar votos,

deveria já estar há algum tempo na cadeia, pelos atos de corrupção que praticou o senhor Andreazza nesse País.

"O que se fala de Malluf, prova-se contra Andreazza", foi a frase mais feliz do general Golbery do Couto e Silva, e nós estamos encaminhando à Mesa um requerimento, solicitando que se transcreva nos Anais da Casa o Editorial do dia 17.12, página 2.

Era isso, senhor presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor Dirceu Manfrinato. (Declina).

No Grande Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Nilso Sguarezzi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê).

"Mais uma vez somos obrigados a subir "esta tribuna, a fim de rebater as inverdades assacadas pela minoria desta Casa, contra a administração do governo José Richa.

Os sofistas, mais uma vez investem contra verdades cristalinhas, onde somente eles não percebem a realidade dos fatos. Mas não percebem pelo único motivo de terem que falar mal da administração estadual, para justificarem suas atitudes como homens de Oposição. Não somam nada não apontam erros e soluções, não oferecem denúncias que realmente possam vir consubstanciar medidas saneadoras. Não. Eles falam do etéreo como se fosse concreto, na busca de aumentarem a quantidade de seus pronunciamentos que justifiquem suas presenças nesta Casa Legislativa. De peso, de substância, de real, nada trazem de concreto.

Afirmam os sofistas que o Governo José Richa está, "impondo uma política salarial para o funcionalismo que não corresponde a propósitos honestos de assegurar um mínimo de retribuição adequada e com justiça ao trabalhador do serviço público".

Estas afirmações deveriam ter sido ouvidas durante os "vint'anos" que passaram no poder. Esses reclamos deveriam ter sido defendidos durante o período em que nossas palavras estavam amordaçadas, agulhoadas por um julgo despótico e tirano.

Mas onde se encontravam as vozes que hoje se titulam em defensores dos direitos dos trabalhadores, quando esses mesmos trabalhadores eram presos e seviciados? Onde se escondiam os atuais paladinos da democracia e dos direitos humanos, quando a voz do cutelo falava mais alto que a voz do direito e da razão?

Talvez escondidos nas benesses que os detentores do poder ofertavam àqueles que lhes fazia a situação mais amena, àqueles que levavam suas justificativas o mais próximo possível das bases sociais, no afã de se legitimarem no poder de forma mais representativa e menos custosa.

Mas, senhor presidente e senhores deputados, o PMDB efetivamente pregou em campanha eleitoral, assumindo um compromisso público de oferecer aos seus servidores públicos, níveis de reajuste salariais condignos com a evolução do custo de vida, porém, dentro dos parâmetros definidos em legislação específica, e não como afirmam os componentes da Bancada da Minoria nesta Casa.

Ao se propôr qualquer tipo de reforma de salário, há de se levar em conta a realidade da situação financeira do Estado que se propõe à tal reformulação. E para isso tem que se levar em conta a situação orçamentária atual que nada mais é do que o espelho da gestão anterior. E por mais paradoxal que seja, a situação vigente foi deixada pelo partido da minoria que ora se apresenta como fervoroso defensor do funcionalismo público.

Na verdade, a defasagem salarial tão apregoada de 14,57 por cento ao mês, pela minoria, nada mais é do que o atestado incontestável de péssimos administradores que foram na direção do nosso Estado. Mas isso já era de se esperar pelo exemplo que seu partido oferta ao mundo, na administração financeira e eco-

nômica da União. Mesma filosofia, mesmo "modus operandi", mesmo resultado, seja qual for a unidade da federação que esteja sob o comando político de um partido como o PDS.

Mas, senhor presidente e senhores deputados, a aplicação do INPC dentro dos mesmos critérios definidos para os empregados da iniciativa privada, conduziria a uma concessão, para o mês de janeiro de 1984, de 74,8 por cento, de aumento aos servidores públicos estaduais, observado, evidentemente, o denominado EFEITO CASCATA.

Por sua vez, o índice de aumento ora proposto ao funcionalismo público do Paraná, embora inferior ao INPC previsto para janeiro de 84, estabelece algumas prioridades, tais como:

- o percentual de 65 por cento será aplicado integralmente sobre os valores vigentes em julho de 1983;

- ao contrário do que prevê o Decreto Lei n.º 2.065, não haverá o EFEITO CASCATA;

- algumas categorias funcionais, desassistidas que foram pelo governo anterior, estarão recebendo percentual superior ao índice geral de 65 por cento, tais como PROFESSORES DO QUADRO ÚNICO, PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR, INTEGRANTES DE CARGOS EM COMISSÃO, além de estar previsto o desachatamento das Tabelas Salariais, comprimidas nos últimos 10 anos, pela irresponsabilidade da anterior administração, que por acaso pertencia ao partido daqueles que agora urram contra o governo de João Richa.

Por outro lado, o PMDB não descuidou do atendimento aos funcionários de baixa renda, que recebem no transcurso do ano, 4 aumentos salariais, assim distribuídos: em janeiro e julho, através das leis de aumento de caráter geral; e, em maio e novembro por força dos novos valores fixados para o salário mínimo, o qual é corrigido pelo percentual integral do INPC.

O desconhecimento intencional de dados por parte da bancada da Minoria nesta Casa Legislativa, é "deverasmente PARAGUAÇUANA".

Para que se possa ter uma idéia real da situação salarial dos funcionários públicos do Estado do Paraná, tomemos por base as seguintes posições:

em março de 83	— 115.340 servidores —	15.970.300.000,00
	ativos e inativos	
em janeiro de 84	— 115.718 servidores	30.706.000.000,00
	ativos e inativos	estimado.

Ou seja, senhor presidente, senhores deputados, desde que o PMDB assumiu o governo do Estado, promoveu um aumento na ordem de 80,9 por cento. ISTO VEM A REPRESENTAR, NO GERAL, UM PERCENTUAL DE AUMENTO SUPERIOR EM 63 POR CENTO AO INPC DO MÊS DE JANEIRO DE 84, FIXADO PELO GOVERNO FEDERAL EM 74,8 POR CENTO.

Mas tais posições reais e inofensíveis, não interessam aos da Minoria que tentam manipular dados, da tribuna, com o único fito de impressionarem o seu eleitorado, como a tentativa vã de justificar os erros e incompetências de suas administrações anteriores, administrações que foram massacradas nas últimas eleições pela vontade popular.

E tem-se mau um dado a ser ressaltado, que é do índice de aplicação da arrecadação do ICM para fazer frente à despesa com o funcionalismo público. Enquanto em março de 1983, a folha de pagamento do funcionalismo absorvia 74,6 por cento, do ICM, a partir de janeiro de 1984, este mesmo pagamento irá absorver 90,3 por cento da receita financeira reestimada do ICM.

E ainda se tem a pachorra de vir de público, em nome daqueles que nada fizeram durante duas décadas pelo funcionalismo, dizerem que o atual governo é mau patrão. Tentaram, nesta Casa, trazer o testemunho de parlamentares antigos, para a profícua luta que os componentes da Bancada da Minoria promoveram no passado, em prol do poder aquisitivo dos trabalhadores.

E, agora, somos nós, que chamamos o testemunho dos componentes antigos desta Casa Legislativa. O que fizeram os senhores representantes da atual bancada da Minoria, no passado, por esses mesmos trabalhadores, quando detinham o poder político estadual na mão?

Eu indago: quais as vantagens que conseguiram para esses funcionários quando eram governo?

Eu desafio esta bancada do PDS, a trazer de público, se durante o seu mando político, muitas vezes despótico e até antidemocrático, brevemente, concedeu um aumento ao funcionário público maior do que agora está sendo promovido. Que venham ao Plenário com as tabelas e os números, pois aqui estaremos esperando, para desmascarar, de vez, estas vozes que se perdem mais e mais no vazio de incoerência, insensatez e muita mentira, porque hoje os jornais retratam que o mau patrão é o governo federal, que não atende a reivindicação do seu funcionalismo; este sim, defasado, achatado, desestimulado, desesperançado. Os jornais de hoje, estão aí, retratando matéria dos próprios fiscais federais que se dizem desestimulados pelos baixos salários que percebem. Enquanto aqui no Paraná esta Assembléia votou promoções para os fiscais estaduais se sentirem estimulados, gratificados com sua função. E não é de balde que a arrecadação pública no Paraná aumentou, porque o homem ao perceber um salário mais digno e mais justo, responde ao chamamento que o governo lhe faz.

Como pode ser encarado de mau patrão um governo que dá num semestre, 65 por cento, e o governo federal que pretende dar o ano todo 65 por cento?

Eu tenho em mãos algumas reivindicações do funcionalismo federal, que fez uma greve no Brasil, e não foi atendido; que está se mobilizando para tentar sensibilizar o governo federal, de que dos níveis do funcionalismo público, 18 já estão achatados.

E veja-se que a nível de reivindicação a diferença é muito grande.

É verdade que os funcionários públicos do Paraná, através de uma comissão legitimamente eleita pelo funcionalismo no último Congresso do Funcionário Público, que foi estimulado pelo governo do Estado, para que o funcionalismo público se organizasse e pudesse reivindicar com legitimidade e não com peleguismo, como acontecia anteriormente, esta comissão pleiteou 95 por cento de reajuste, isto é verdade, e numa reunião aberta no Palácio Iguaçu, com uma imprensa presente, que testemunhou tudo, porque isto é governo transparente, o governo mostrou com as tabelas nas mãos, mostrou efetivamente o que poderia conceder.

E nós temos aqui na mão que o funcionalismo público federal está dizendo para vermos quem é mau patrão.

(Lê): "Comissão Nacional de Mobilização dos Servidores Públicos Federais, convocando a uma assembléia. Companheiros, dia 28 de outubro, como todos sabem, foi o dia do funcionário público. Há alguns anos atrás, o governo costumava divulgar o índice do nosso reajuste salarial nesta data.

Hoje, apesar da inflação beirar os 200 por cento e do último reajuste do salário mínimo ter engolido 11 referências dos servidores, o governo não se digna nos dar a mínima atenção, apesar das insistentes tentativas de diálogo de nossa parte.

No dia 19 de outubro, as reivindicações aprovadas no II Encontro Nacional dos Servidores Públicos Federais, foram protocoladas no Palácio do Planalto e também encaminhadas ao Congresso Nacional; pediam os funcionários públicos e pedem 34 por cento de reposição salarial, em novembro de 83; 160 por cento de reajuste salarial, em janeiro de 84; reajuste semestral, a partir de junho de 84; direito à sindicalização; remessa do Projeto do novo Estatuto dos Servidores ao Congresso Nacional, sem o Regime de Urgência e sem o Decurso de Prazo; 13.º Salário para os Estatutários; e quinquênios, para os celetistas; piso salarial de 3 salários-mínimos, jornada de trabalho de 6 horas corridas, sem prejuízo dos direitos adquiridos.

E perguntam os funcionários:

— Será muito?

Acreditamos que não! É o mínimo necessário para a nossa sobrevivência e é também, com exceção de alguns itens, o que os demais trabalhadores do país já alcançaram, há vários anos, entretanto, o que ouvimos do Governo?

E concluem: nada!

A única coisa que ouvimos são boatos desencontrados e informações, as mais disparatadas possíveis, desde o boato de que o Governo só concederia cinquenta e cinco por cento, índice acertado com o FMI, para a inflação de 84, passando por cem por cento, em duas parcelas. Até há notícia veiculada em vários jornais, de oitenta por cento do INPC. Isso, antes de tudo, dizem os funcionários, demonstra o descaso com que o Governo vê a nossa classe e a intransigência com que atua, em relação à abertura do diálogo conosco, pois, sabem os homens que controlam o nosso salário que jamais concordaremos com qualquer destes índices, nem com o autoritarismo com que nos são impostos”.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento).

Muito obrigado, nobre deputado.

Apenas para não deixar transitar injulgado algumas informações que vossa excelência vem fazendo e que não correspondem com a verdade.

Longe de mim defender o Governo Federal, absolutamente!

Eu acho que o funcionalismo teria que ter duzentos por cento de aumento, nos doze meses — é a reposição salarial, não é aumento, é reposição de nível inflacionário, mas, nem o Governo Federal nem o Governo José Richa, o fizeram. Veja vossa excelência que o Governo Federal está dando, agora, a partir de janeiro, sessenta e cinco por cento, e assumindo o compromisso de, no mês de julho, dar novo aumento. Não estou defendendo, mas, o Governador José Richa deu também cerca de cem por cento, em um ano, vossa excelência sabe disto, sessenta e cinco, mais trinta e cinco, quando o poder aquisitivo do salário caiu duzentos por cento, nos doze meses! Então, ambos estão defasando o vencimento do funcionalismo, tanto o Governo Federal, quanto o Governo Estadual. E, quando vossa excelência repta aos componentes do PDS, para apresentarem uma só iniciativa em favor do funcionalismo, eu vou apresentar uma só, só uma, de minha autoria: a Lei Mineira, visando corrigir uma grande injustiça que a Constituição de 67 fez ao funcionalismo de todo o Brasil. No Paraná, corrigiu-se essa injustiça, através de uma Lei, que, bondosamente, a Assembléia Legislativa, num projeto de minha autoria, e inclusive vossa excelência, ajudou a aprovar aqui; foi sancionada pelo ex-Governador Canet Júnior.

Portanto, nós temos alguns méritos! Vossas excelências não encontraram a legislação que rege o funcionalismo do Paraná, por acaso, ela existia, e vossas excelências nunca estiveram no Governo, entretanto encontraram uma legislação, pronta, que pode ser melhorada e que eu espero que vossas excelências melhorem, neste quadriênio de Governo peemedebista, no Paraná, mas existia, e existiam muitas conquistas, do professorado, Estatuto do Magistério, muitas conquistas, Estatuto da Polícia Civil, além de, Código de Vencimentos e Vantagens da Polícia Militar do Estado. Muitas e muitas vantagens foram dadas ao funcionalismo, foram asseguradas ao funcionalismo, e, não se fez favor nenhum, o funcionalismo realmente merecia, porque é a estrutura do Poder Público, sem funcionário, não existe Governo; agora, não venha vossa excelência afirmar, aí, e nós não podemos permitir que fique sem resposta, dizer que, nunca o PDS fez alguma coisa pelo funcionalismo. Fez!

Tudo o que está aí foi feito pela ARENA e PDS.

Muito obrigado a vossa excelência.

O SR. NILSO SGUAREZI — Muito obrigado a vossa excelência. É evidente que não há como negar os fatos que vossa

excelência enumerou e citou, mas o meu repto, nobre deputado, foi no sentido de que vossa excelência nos provasse se foi concedido um aumento maior do que o que está sendo concedido agora.

O Sr. Erondy Silvério — Eu nunca afirmei isso. por isso não tenho nada que provar. Também não reclamo, também não critico o Governo José Richa por ter dado apenas uma bonificação de Natal quando havia prometido o 13.º, mas uma bonificação é melhor do que nada, o que nós nunca demos no passado. Então eu não critico. Por isso não tenho nada a justificar.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o entendimento de vossa excelência, porque me parece que esse deve ser realmente o entendimento dos homens que querem efetivamente ajudar o funcionalismo público.

Mas, senhor presidente, afora os dados insofismáveis ora trazidos ao conhecimento da opinião pública, se faz necessário também, lembrar que neste curto espaço de nove meses, a atual administração, implementou várias medidas, visando agilizar os processos de promoção funcional de diversas categorias de servidores públicos. Assim é, senhores deputados, no magistério: foram beneficiados com avanço vertical no mês de abril, 8.675 funcionários, acarretando um custo mensal na ordem de cento e nove milhões de cruzeiros a mais. No mês de outubro, ainda com o avanço vertical e o benefício, alcançou 7.025 funcionários e através do avanço diagonal, foram beneficiados outros 17.234 funcionários, acarretando tudo isto, um acréscimo financeiro na ordem de duzentos e trinta e nove milhões de cruzeiros mensais. Na Polícia Civil, esta tão combatida e criticada Polícia Civil, beneficiou-se 193 funcionários, cujos efeitos financeiros dessas promoções, retroagem a outubro de 1981, colocando cobro em distorções criadas pela administração anterior. Era evidente que deveria ter sido promovida em 1981, e não foi e está se fazendo esta promoção e pagando o atrasado. Ao pessoal celetista, beneficiou-se 1.200 funcionários no decorrer do período, com acréscimos mensais na folha de pagamento da ordem de quarenta e cinco milhões de cruzeiros. Mais ainda, senhor presidente, procedeu-se à chamada dos primeiros 300 classificados no concurso de ascensão funcional, outra das heranças nefastas deixadas pela administração pedesista, quando aprovou 3.200 servidores em processo seletivo interno, antes das últimas eleições, simplesmente não efetuando qualquer das nomeações dos aprovados e por final, sem dar o respaldo político que deveria, mas apenas olhando para o campo das promessas eleitorais cumpridas, a concessão do 13.º salário que já se encontra nas folhas de pagamento, bem como um salário mínimo aos pensionistas do IPE, independente do valor dos seus proventos.

Com todos esses indicadores, acredita-se que fica provado as críticas que deveriam ser auto-críticas formuladas pela Bancada da Minoria através do seu Líder, o qual deveria olhar a política que o seu Partido desenvolveu no passado e mesmo agora, quando o Governo Federal, titular do seu Partido, anuncia pela imprensa que ao funcionalismo público federal, será concedido um aumento de apenas sessenta e cinco por cento. Bastante interessante quem reclama de um aumento — básico e mínimo — de sessenta e cinco por cento por um semestre, ter que defender o aumento anual de sessenta e cinco por cento.

E aqui cabe uma pergunta: quem é um mau pagador? O Governo Estadual de José Richa, herdeiro de desmandos e falências ou o Governo Federal — do PDS — herdeiro de uma política tributária que lhes enche os bolsos e tudo concentra?

Concedo aparte ao deputado Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião — Ilustre Líder do PMDB. Quando nos referimos à política do Governo Federal, temos que levar em consideração que nos últimos doze anos, o Governo Federal se dedicou à dura tarefa de rolar a dívida externa. Acabou sendo enrolado por ela e hoje não existe mais Governo Federal,

existe o Fundo Monetário Internacional a dirigir os destinos econômicos do País. Mas aqui no Paraná nós temos vivido uma realidade diferente, temos vivido uma realidade em que a própria Assembléia Legislativa, tem tido uma significativa participação no processo de apoio à administração do Estado. Eu citaria mesmo duas iniciativas encampadas pela Maioria — pelo PMDB — e que partiram do PDS. Uma delas tratou-se de uma emenda no orçamento, em que o orçamento das empresas indiretas é aprovado pelo Governador, "ad referendum" da Assembléia. Restabelecendo, assim, as prerrogativas do Poder Legislativo no que concerne a fiscalização da coisa pública.

Outra emenda também por nós encampada de sugestão do PDS, foi a emenda na Mensagem que tratava do ICM, que reduz o valor das multas formais para as pequenas e médias empresas, para as empresas que faturem menos de dez mil ORTNs a cada mês.

Nós vivemos no Paraná, um processo político diferente, um processo de participação e um processo de abertura. Processo que só poderemos viver a nível nacional, no momento em que o Presidente da República for eleito diretamente pela população.

Mas, vossa excelência se referiu ao décimo-terceiro salário, ao abono de Natal e acho que também, nesta oportunidade, esta Assembléia terá um papel importante, ao encaminhar uma reivindicação da Federação, da Comissão Provisória para organização da Federação dos Funcionários Públicos e de vários setores dos servidores organizados, que é o parcelamento em duodécimos e o depósito em caderneta de poupança deste abono de fim de ano. Projeto que será votado exatamente na sessão desta tarde, que havia sido anteriormente vetado por uma discordância técnica entre o Executivo e a Assembléia — discordância que foi superada nesse momento e que eu tenho certeza que, desta vez, aprovado pelo Executivo, dará mais um exemplo de aceitação da participação política do Legislativo para todos os Estados brasileiros, e, principalmente, esse tão enclausurado e autosuficiente Governo Federal.

Muito obrigado, sr. deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte bastante elucidativo de vossa excelência que mostra a preocupação geral de toda a bancada como estamos tratando desse assunto. Quero deixar bem claro que aqui, eu não quero cobrar posição pessoal de nenhum deputado que, via de regra, é defensor da classe do funcionalismo e nós somos testemunhas do empenho dos deputados do PDS. O que eu quero cobrar é posição do Governo passado e do atual Governo, dos reclamos da própria bancada do PDS que no passado não foram atendidos.

Então, nós não podemos concordar quando se aqui se procura dizer que o atual Governo é mau patrão. Porque na verdade nos nove meses de Governo do PMDB, está se dando ao total do funcionalismo público do Estado do Paraná um aumento superior ao índice do INPC.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A presidência informa a vossa excelência que passa a falar a partir de agora no Horário da Liderança.

O SR. NILSO SGUAREZI — Peço apenas dois minutos para concluir, sr. deputado.

Eu tenho em mãos telex de outras Assembléias Legislativas, que tomamos o cuidado de coletar em pergunta que fizemos dos índices gerais do aumento do funcionalismo por todas as Assembléias brasileiras. E trago aqui os mais significativos.

ESPÍRITO SANTO — Governo do PMDB, concedeu-se um aumento de cinquenta por cento, o décimo-terceiro salário e mais uma gratificação de vinte mil cruzeiros por funcionário.

Telex de SANTA CATARINA — Governo do PDS — um aumento de trinta por cento para quem ganha até setenta e quatro mil cruzeiros e vinte por cento quem ganha até trezentos e quarenta e oito mil cruzeiros, e mais quinze por cento a partir de janeiro de 1984.

MINAS GERAIS — quarenta por cento foi no primeiro semestre e trinta por cento cumulativo agora no segundo semestre. Não existe décimo-terceiro salário.

E SÃO PAULO onde já existe o décimo-terceiro salário, desde 1978, concedeu-se cinquenta por cento no primeiro semestre e agora sessenta e dois por cento.

Então, sr. presidente, srs. deputados, eu tenho não a impressão, mas a certeza de que se existe um mau patrão como Governo este é o Governo Federal, e não o Governo do Estado, que passou a pagar de setenta e quatro por cento de ICM que pagava o funcionalismo há nove meses atrás, para passar a pagar noventa por cento do ICM a partir de janeiro do próximo ano. Isto é um esforço concentrado, além das promoções. E eu falo para funcionários que me ouvem, nesta Casa, que são as testemunhas da história e sabem que, desta tribuna, não estamos mentindo. Os senhores funcionários deste Poder são as testemunhas vivas e indelévels do que eu estou afirmando. Não precisa apresentar números porque a verdade dispensa números.

Saibam os funcionários desta Casa e se faça uma votação aqui nesta Casa, para ver se os funcionários deste Poder querem ser dirigidos pelo atual Governo ou pelo Governo anterior, esta é a verdade, e deixemos os números de lado porque eles podem ser manipulados.

Tenho a certeza de que ao falar neste assunto, nesta Casa e neste momento, os funcionários do Paraná podem temer até a desgraça a eles; que viesse o atual governo ter a mesma política de tratamento que era lhe dado no passado.

Por isso, sr. presidente, eu tenho a certeza de que por parte dos funcionários públicos que sabem reconhecer e a maioria sabe reconhecer e saberá reconhecer, mau patrão é o Governo Federal que tudo tem na mão e não dá o décimo-terceiro, nega a semestralidade e dá um minguado sessenta e cinco por cento, exatamente um terço da inflação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do restante de seu horário.

O SR. NILSO SGUAREZI — O sr. deputado José Antonio Fonseca ocupará a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Com a palavra o sr. deputado José Antonio Fonseca.

O SR. JOSÉ ANTONIO FONSECA — Sr. presidente e srs. deputados. (Lê):

"1. — A "LEI DE SEGURANÇA NACIONAL", diploma do arbítrio tecnocrático que tenta justificar a VOCAÇÃO DOS TIRANOS que, por índole e por constituição moral não sabem exercer outra forma de poder, que não seja o PODER DA VIOLÊNCIA, tem encontrado de parte de toda a SOCIEDADE BRASILEIRA, uma resistência heróica, liderada pela classe política, principalmente pelos integrantes do meu Partido que durante estes 19 anos não faltou um só momento nas trincheiras da resistência democrática, e, pela IMPRENSA BRASILEIRA, à cuja coragem para a luta e à cuja grandeza de sabedoria, esta nação muito deve.

§ 1º — E, porque nessa tarefa de liderar as aspirações de liberdade, de decência cultural, de dignidade política e de SOBERANIA, pela reconquista de nossa caminhada histórica pelos padrões ideológicos que nos conduziram até aqui, nós políticos não estivemos sozinhos, me sinto à vontade para ressaltar o desassombro da Bancada do PMDB, nesta Casa, quando formulou o "PROJETO LIBERDADE" que tem por objeto, estabelecer o confronto de raciocínios, entre a Nação e o Governo Comandatário, direcionado à revogação da "LEI DE SEGURANÇA NACIONAL". Porque de fato, não conquista-

remos as franquias democráticas, sem primeiro restabelecermos a ORDEM JURÍDICA DO PAÍS, ou seja, o ESTADO DE DIREITO. Pois, como já catetecizava Rui Barbosa: "A LIBERDADE E A DIGNIDADE HUMANA SE CONJUGAM E SE QUALIFICAM PELOS MESMOS VERBOS E ADJETIVOS, EM TODA A PLENITUDE DO EXISTENCIALISMO HUMANO. UMA NÃO PROSPERA, SEM A OUTRA, TAL A FORMA COMO A NATUREZA AS LIGOU COMO QUALIDADES DO CARÁTER DA CRIATURA INTELIGENTE. POIS, NÃO É LIVRE O HOMEM QUE TENDE CURVAR-SE AO TIRANO; E NEM É GOVERNANTE, O DÉSPOTA QUE FAZ DA FORÇA O SEU CENTRO DE JUSTIÇA." Com efeito, a LIBERDADE estabelece a intimidade entre o cidadão e o Estado, em cuja reciprocidade moral repousa a credibilidade do cidadão no seu governo, e a confiança do Estado, na certeza dessa sinceridade. E parece que é daí que emana o DIREITO; e não conhecemos outra forma de equacionamento melhor do complexo existencial de um povo, senão, a forma estabelecida pelo DIREITO, alicerçada sobre os dotes morais do ser humano, como criatura inteligente, única capaz de traçar dentro desta dimensão biológica em que existimos, o seu próprio destino. Cujos dotes morais, se agrupam na LIBERDADE e na DIGNIDADE HUMANA, como bem pensou e esclareceu o Mestre de Haia. E em cujo âmbito, cultural, intelectual ou biológico, não cabe a "nossa" "LEI DE SEGURANÇA NACIONAL", ou seja, o diploma de arbítrio dos generais que nos comandam, legitimados na auto-proclamação de "Vitoriosos revolucionários", quando o que houve em 1964, não foi mais do que um golpe de governo, ou seja, um ATO DE TRAIÇÃO À FIDELIDADE QUE TODAS AS FORÇAS ARMADAS DOS POVOS CIVILIZADOS DO NOSSO TEMPO, DEVEM AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA: QUANDO ESSA FIDELIDADE CONSTA IMPRESSA NO TEXTO CONSTITUCIONAL, COMO ESTAVA, E COMO AINDA PERMANECE EM NOSSA CONSTITUIÇÃO. E então, a nós legisladores, cabe a responsabilidade de não permitirmos que esses espantelhos de um raciocínio legisferante estranho à nossa cultura jurídica, porém, muito velho e repetido ao longo da História Humana, revolvam o Mestre Rui, a ÁGUIA DE HAIA, em seu túmulo, pensando que tenha legado o seu saber, a sua luminosidade intelectual, no campo das ciências de conduta, a um povo indígnio de tão AUGUSTO FRUTO GENÉTICO.

§.1.b — Por estas razões que seriam meras preliminares ainda resumidas, se quiséssemos discorrer com a extensão que o tema abrange, acredito que a ilustre bancada situacionista no plano desta abordagem, possa entender que ao parabenizar-me com a feliz iniciativa da minha bancada, estou apenas reconhecendo que SOMOS TODOS UM SÓ VALOR, tanto na defesa da Nação brasileira, quanto, nas trincheiras da resistência democrática. Porque junto acreditamos no IDEAL DO MESTRE RUI, contido em sua profunda lição de política, de que: "NÃO É LIVRE O HOMEM QUE TEM DE CURVAR-SE AO TIRANO; E NEM É GOVERNANTE, O DÉSPOTA QUE FAZ DA FORÇA O SEU CENTRO DE JUSTIÇA".

2. — Ou, senhor presidente, senhores deputados, precisamos falar por exemplos, para provarmos que não queremos nos auto-justificar em nossa intransigência por ELEIÇÕES LIVRES PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA, nas quais, a escolha pertence ao povo, e da nossa determinação inabalável de apagarmos de nosso esforço de DESENVOLVIMENTO, todas essas letras da tirania que infelicitou esta Nação, durante estes 19 anos? Pois tragamos então, até esta tribuna, o professor e jornalista JUVÊNCIO MAZZAROLLO, para confrontarmos as respectivas potencialidades de perigos contra a segurança nacional, entre esse cadáver insepulto, que os ditadores não conseguiram silenciar, e o que representa contra a VIDA, no seio da Nação brasileira, as obras faraônicas que o JUVÊNCIO denunciou como incabíveis dentro do nosso estágio de capacidade econômica, e por isso, monstruosas, pelo genocídio que poderiam deflagar quando o país chegasse à depressão econômica e à convulsão social a que

já estamos mergulhados. Sim, senhor presidente, nobres pares, meçamos com a escala do bom senso, essa desproporção de tamanhos, entre o PODER que se diz ofendido na pessoa de integrantes dos seus efetivos, em seu "resplendor moral", e esse JUVÊNCIO que ousou injuriá-lo. Tenho certeza que a mais des-preparada das criaturas, para viver dentro de uma composição existencial organizada como Nação, tem um nível de inteligência capaz de entender que a DESPROPORÇÃO de forças e de volume de influência social, agride o bom senso. Pois, seja do calão que for ou que tenha sido o verbo ou os adjetivos do JUVÊNCIO, quando descreve ou quando descreveu as figuras do que ele entende ou entendeu por arbítrio contra a Nação, isso jamais terá medida no veredicto da História, ante a AGRESSÃO que a sua condenação como infrator da segurança nacional, representa para o POVO BRASILEIRO; tanto porque, resta muito mais injuriado o PODER que perde a própria compostura ética, e se DESVALORIZA descendo a níveis de confrontos incompatíveis com a sua NATURAL E OBRIGATÓRIA GRANDEZA, por essa sua própria conduta, do que, pela provocação que o conduziu a ela; quanto porque, esse PODER dá um exemplo de covardia e denuncia a fragilidade do seu sistema de governo. Porque, se o verbo solto de um jornalista sem nenhuma projeção social ou política, gravado num semanário que não tem mais do que algumas dezenas de exemplares em cada sofrida tiragem, e que não vai além de um raio fixo de duzentos quilômetros de onde é impresso, como uma classe de leitores bem definidos no contexto social, que apreciam as emoções de retórica forte, muitas vezes, para aliviar com elas, frustrações sem nenhuma implicância política, se constitui num perigo para a segurança nacional, porque desqualifica os respectivos agentes de governo, ligados às Forças Armadas que têm a incumbência da segurança do País, então, está mais do que justificado o GOVERNO PARALELO aqui instalado pelo FMI. E isto é uma INJÚRIA não apenas à Nação brasileira, mas, à nossa própria História; à MEMÓRIA GLORIOSA DOS QUE TÃO BRAVAMENTE E COM TANTA GRANDEZA DE CONDUTA, NOS LEGARAM ESTA PÁTRIA.

3. — Por isso, dado o exemplo, o dever de SOLIDARIEDADE nos impõe o sacrifício de pedirmos ainda curvados, embora lutando, aos NOBRES MAGISTRADOS que se vêm com a tarefa inegociável, de instrumentalizar em sentenças, esses diplomas do mais puro e mais primário arbítrio, que se ajustem às incongruências racionais deste nosso triste momento, e acompanhem a índole improvisadora do poder, COM AS PESSOAS DE CULTURA, DE INTELIGÊNCIA e de SABER JURÍDICO que o POVO BRASILEIRO MERECE. Até mesmo para continuarmos como legatários da ÁGUIA DE HAIA. E mandem o JUVÊNCIO para a casa. Pois, a dimensão que já lhe deram, fazendo dele, o único preso político hoje, no Brasil, é suficientemente clara, tanto para o orgulho dos seus descendentes, quanto, para o VEREDICTO DA HISTÓRIA, no qual a MAGISTRATURA BRASILEIRA, GRAÇAS A DEUS, NUNCA ESTEVE INCLUIDA E QUE NÃO SEJA NUNCA E QUE NÃO SEJA AGORA...

O Sr. Roberto Requião — Vossa excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Deputado, o aparte é para cumprimentá-lo, pela clareza das suas posições, que é a mesma clareza usada pelo jornalista Juvêncio Mazzarolo, que sempre utilizou as palavras para colocar as suas idéias e não para dirfarçá-las.

A posição de vossa excelência, nesta Assembléia tem sido tão clara e elogiável, quanto à posição correta do jornalista Juvêncio Mazzarolo, que exerceu o direito, o dever de crítica do arbítrio e que por isso até hoje está confinado no Quartel de Bombeiros de Curitiba, num atentado flagrante ao processo de abertura e numa atitude do governo federal, que não aproveita a democracia, não aproveita a Nação e não aproveita ao novo processo que nós pensávamos até há pouco que estávamos vivendo.

Os meus cumprimentos a vossa excelência e o meu apoio irrestrito a todas as pessoas com a coragem igual a de Juvêncio Mazzarolo ao dizer o que pensam, criticar a situação política em que vivemos e dissecar o autoritarismo dessa República que de há muito deixou de ser a república para ser a coisa de alguns poucos para ser gerenciada pelo Fundo Monetário Internacional.

Muito obrigado, deputado.

O SR. JOSE ANTONIO FONSECA - Vossa excelência engrandecesse o nosso pronunciamento e não nos estenderemos porque o nosso tempo é exíguo.

Muito obrigado, senhor presidente. (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Com a palavra o senhor deputado Mário Pereira, no horário da liderança do PMDB.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Senhor presidente, senhores deputados.

Inicialmente, eu quero cumprimentar o deputado Antonio Fonseca, que de maneira brilhante expressou a respeito da prisão de Juvêncio Mazzarolo, o sentimento da bancada do PMDB.

Senhor Presidente. (Lê):

"A Copel desenvolveu um ambicioso programa energético que se tornou realidade com a entrada em operação da Usina de Foz do Areia, quando sua produção de energia superou a dependência em termos de capacidade instalada.

Além da própria produção, a Copel é parceira compulsória na compra de energia pré-programada com a Itaipu.

Mantém um contrato com a Eletrosul para compra de 160 MW a um custo anual de 15 bilhões. Os valores em MW adquiridos da Eletrosul e a serem adquiridos da Itaipu, foram projetados no início da década de 70, mais exatamente no ano de 1972, quando vivíamos a pleno vapor o "boom" econômico do "milagre brasileiro". Entretanto, a realidade atual é completamente diversa; enfrentamos neste país a pior recessão do século que não tem deixado margem a crescimento nenhum. Pelo contrário, o caminho da política econômica traçada pelo Governo Federal é do retrocesso e do desemprego.

Diante desse quadro a consequência mais imediata da estagnação foi a baixa do índice de consumo projetado, com a redução do potencial das indústrias e as necessidades econômicas domésticas, que atingiram diretamente a Copel, que hoje produz em excesso, adquire também energia que não utiliza e ainda comprará energia da Itaipu, sem nenhum horizonte de consumo.

Com relação ao novo contrato com a Eletrosul, o posicionamento da Copel deve ser dentro dos parâmetros e sua capacidade financeira faz-se necessário que a empresa adquira menor quantidade de MW da Eletrosul para finalmente absorver sem maiores danos a sua estrutura, o fornecimento compulsório de energia produzida pela Itaipu.

Não pode a Copel ceder às pressões da Eletrosul.

Assim como o governo federal quer resolver os problemas gerados por sua incompetência através do sacrifício do povo, quer a Eletrosul repassar para a Copel seu caos financeiro.

Senhores deputados, chega de assistir de braços cruzados a exploração do Paraná."

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Consulto à liderança do PDS se fará uso do seu horário.

O SR. DONATO GULIN — Peço a palavra, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Com a palavra sua excelência, o senhor deputado Donato Gulin.

O SR. DONATO GULIN — Senhor presidente, senhores deputados.

Chegou o momento de o Paraná deixar a sua timidez e entrar realmente na luta pelas suas reivindicações e ir na busca de maior espaço no contexto nacional. Chegou também o momento do Paraná ser mais agressivo na cobrança do que lhe é devido, e, cabe a nós parlamentares independente de cores partidárias, essa responsabilidade, bem como aos demais segmentos da sociedade.

Há pouco, ouvíamos o deputado Mário Pereira, que defendia os interesses do Paraná, da Copel, num contrato com o governo federal, com a Eletrobrás.

Essa luta, senhor presidente, senhores deputados, nós entendemos não como uma luta do governo do Paraná, mas sim, de todos os políticos e de toda a sociedade paranaense, bem como, todas as lutas que venham trazer benefícios ao nosso Estado e ao nosso povo. Em sua edição de domingo, a "Gazeta do Povo" alertou: "É o momento de reivindicar" Royalties oir Itaipu".

Há mais de três anos, a "Gazeta do Povo" levantou o problema em campanha comandada pelo grande paranista e jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, sob o título de impacto — "Energia Custo Zero".

Lembro-me também, que no primeiro encontro da Assembleia Legislativa comandado pelo nosso grande presidente, veio aqui a esta Casa, o jornalista doutor Francisco Cunha Pereira Filho, defender a sua tese que agora não é mais dele, e sim de todo o Paraná, de "Energia Custo Zero".

E de lá para cá, a campanha ganhou vulto com o apoio de todos os segmentos da sociedade, comprovando-se também o direito do Paraná receber os royalties gerados e medidos na Central Elétrica de Itaipu.

Senhor presidente, senhores deputados. O alerta foi dado pela "Gazeta do Povo", e volto a repetir, cabe a nós a responsabilidade de cobrar este direito adquirido pelo nosso Estado. Seria aqui desnecessário afirmar os benefícios que serão oriundos dos "royalties" de Itaipu. Mas para que todos tomem consciência da importância de nossa união e do nosso trabalho para que o Estado do Paraná, receba o que tem direito, transcrevo a seguir, a matéria de alerta publicada pela "Gazeta do Povo", no último domingo, e na terça-feira, pelo jornal "O Paraná", de Cascavel:

"Em nosso noticiário nacional do fim da última semana, destacamos em primeira página: a primeira turbina da Hidroelétrica de Itaipu começou a funcionar". O fato é histórico e um marco no País e no Mundo.

Construída com tecnologia brasileira a "Binacional" de Itaipu é a maior e mais potente hidroelétrica do mundo, e considerada a "obra do século". Além do "Know-how" nacional, foi ela construída por operários brasileiros e paraguaios, sob o comando e direção eficiente, do general Costa Cavalcanti, e toda ela em território paranaense em sua parte brasileira"

O Tratado de Itaipu assinado pelo Brasil e Paraguai em 1973 transformou-se em lei quando aprovado pelo Congresso e prevê no seu artigo 15 a obrigatoriedade do pagamento de "royalties" às Altas Partes Contratantes. Na cláusula 111, ítem 4, o Anexo C do referido Tratado Brasil - Paraguai, que estabelece a tarifa está previsto que:

O montante necessário para o pagamento dos "royalties" às Altas Partes Contratantes, calculado no equivalente de 650 dólares dos Estados Unidos da América por "giga-watt/hora" gerado e medido na central elétrica. Esse montante não poderá ser inferior, anualmente, a 18 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, à razão da metade para cada Alta Parte Contratante. O pagamento dos "royalties" se realizará mensalmente, na moeda disponível pela Itaipu.

Neste momento, o Brasil inteiro, todos os governos dos estados e municípios, lutam por uma reforma tributária para que aconteça o mesmo e que os municípios e os estados possam aumentar a sua arrecadação.

Aqui, senhor presidente e senhores deputados, nós temos condições de aumentar a arrecadação do Estado do Paraná em 9 milhões de dólares.

Tenho certeza que só essa luta pela cobrança dos "royalties" que já é hoje uma lei federal faria com que minorasse os problemas de todos nós paranaenses e que desse condições ao nosso governo do Estado de uma maior aplicação para resolver os seus problemas constantes do nosso Estado.

O Sr. Roberto Requião — Vossa excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Donato Gulin, eu já tenho visto, ouvido esta tese paranista ser cantada nesta Assembléia em prosa e verso por menestrais do PDS e do PMDB.

Mas, eu gostaria de colocar esta tese no seu aspecto essencial.

Acho que mais uma vez estamos tomando a forma pela essência.

O importante não é que o Paraná se anteponha à União. O importante, não é que o governo da União se enfraqueça; é necessário que o governo da União seja democrático, nacionalista e popular.

Nós não estamos travando uma guerra entre o Paraná e a União. E eu vejo este paranismo às avessas ser colocado no problema da Copel e Eletrosul; no problema da Usina de Itaipu.

Os princípios fundamentais da Constituição Brasileira são a Federação e a República. E o sistema federativo é aquele sistema em que os estados abrem mão de parte da sua autonomia em favor do governo da União e a res-pública é o estado que é de todos os cidadãos e, é isso que não está ocorrendo. Essa contraposição Paraná-União não existe. O governo da União não é o governo de um país estrangeiro.

O governo da União pode ser criticado pelo fato de ele não ser democrático e popular.

Esse antagonismo e esse paranismo, de certa forma é uma peneira na qual se procura encobrir o problema fundamental que é o problema do governo da União não ser popular, democrático e hoje na mão do FMI não ser nem nacional mais.

Não tem a menor importância que a União construa uma usina, que a União construa Itaipu, desde que o princípio republicano de interesse de todos os cidadãos seja respeitado.

Eu acredito que temos que recolocar a questão. O paranismo não é a superação da capacidade de intervenção da União na economia. País subdesenvolvido, principalmente um País de 3º mundo, é importante que a União seja forte, é importante que a União tenha recursos, é importante que a União possa definir o desenvolvimento econômico através de maciços investimentos em setores, em regiões, este regionalismo às avessas, poderia provocar em determinadas circunstâncias, a entrega completa da economia brasileira para os grupos multinacionais, uma União fraca, uma União sem recursos, não teria a capacidade de determinar o desenvolvimento e perderia a iniciativa para a grande concentração de capital para empresas não nacionais, portanto, deputado, eu queria pela primeira vez, e não especificamente ao pronunciamento de vossa excelência, fazer uma crítica séria a esta brincadeira paranista, que pretende através da cobertura que lhe tem dado a "Gazeta do Povo", de uma forma ingênua, fantasiar e iludir a opinião pública sobre o verdadeiro problema que é o problema do Estado nacional ser forte, democrático e popular.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. DONATO GULIN — Eu agradeço o aparte de vossa excelência nobre deputado, e queria dizer que se nós deputados representantes do povo, junto ao governo, não tivermos uma vontade, um espírito paranista, para defender os nossos direitos, como têm inúmeros parlamentares de outros Estados, os seus direitos, dos quais achamos perfeitamente legítimos, que é

o caso hoje dos parlamentares do Rio de Janeiro, estarem reivindicando os "royalties" pela retirada de petróleo pela Petrobrás, empresa nacional, nos mares, em território do Estado do Rio de Janeiro, quando os baianos defendem os seus direitos de recebimento de "royalties", pela retirada de petróleo junto às terras do seu Estado, inclusive em casos que não é lei, se nós deputados estaduais não defendermos um direito constitucional, que hoje é lei, a partir de 73, eu tenho certeza que, nenhum parlamentar não paranista defenderá os nossos direitos.

Nós sabemos quantos malefícios trouxeram para nós a construção dessa Usina Hidroelétrica de Itaipu, inúmeros deputados de ambos os partidos, passaram por este plenário e trouxeram suas reclamações de que o povo que foi retirado das terras que foram alagadas com a construção de Itaipu, hoje estão abandonados, mais ainda, fazem parte dos "sem-terra" do Paraná.

Nós cansamos de ouvir, inclusive na campanha política de 1982, inúmeros candidatos que hoje aqui estão como deputados estaduais fazerem do seu pleito à Assembléia Legislativa, fazendo a campanha em cima dos desabrigados de Itaipu, e agora que nós devemos nos unir para defender os interesses e cobrar-mos pelo menos por parte dos prejuízos causados pela construção de Itaipu em nosso Estado, nós vemos que tem gente que deixa o espírito paranista e que defende a Federação.

Quero dizer que, na semana próxima passada, lendo o jornal "O ESTADO DO PARANÁ" via que o ITC, Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, comprava áreas do Banco do Estado, para posteriormente entregar aos Sem-Terras, aqueles que foram abandonados, aqueles que tiveram de se retirar de suas terras porque foram alagadas pela construção de Itaipu, então o ITC, um órgão do Estado do Paraná, tem que comprar terras para entregar gratuitamente; e a Federação que receberá todos os benefícios da construção de Itaipu se renega, fecha os olhos e nós, paranaenses, temos de aceitar de olhos e boca fechados. Não; isso não faremos; ocuparemos sempre esta tribuna da qual o povo do Paraná nos deu o direito para reclamarmos, não pelo nosso direito de deputado, mas pelo direito daqueles que nos elegeram, daqueles que queriam em nós o representante pelos interesses e pelos direitos do Estado do Paraná. Dou o aparte ao nobre deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada - Nobre deputado Donato Gulin:

Concordamos plenamente com as palavras do deputado Roberto Requião. Porém, temos que ter em mente os grandes prejuízos que a Itaipu Binacional vem causando, causou e causará à região Oeste do Paraná, e ao Estado do Paraná.

O SR. DONATO GULIN - As terras mais ricas do nosso Estado, Nobre deputado.

O Sr. Sérgio Spada - Muito bem colocado por vossa excelência.

E diga-se de passagem a grande extensão de terra, patrimônio, uma produção agrícola, realmente representativa para o Estado do Paraná, o que fará com que o Estado do Paraná arrecade menos impostos, os municípios percam na arrecadação de impostos; e o que é mais grave, com a perda da maior riqueza que nós temos é a perda do nosso homem, muitos dos quais hoje se encontram em favelas, outros no sertão do Acre, de Rondônia onde estão sendo dizimadas suas próprias famílias. São danos realmente financeiramente até irreparáveis, mas dos males o menor; deveremos exigir, já que o Estado do Paraná consumirá tão somente 4% da energia gerada por Itaipu, que algo fique aqui na nossa terra para compensar esses grandes prejuízos econômicos e até humanos que nós tivemos com a construção de Itaipu.

O SR. DONATO GULIN - Nobre deputado: Não sei, talvez vossa excelência não saiba, mas esses "royalties" que o Paraná tem direito de receber e deverá receber será pago pelos consumidores de energia, que não são, na sua grande maioria como vossa excelência mesmo acabou de dizer - 96% daqueles que consumirem ou consumirão a energia gerada por Itaipu

não tem nada a ver com o Estado do Paraná. E é exatamente isso que nós pretendemos que esses "royalties" que o Paraná tem direito, sejam, posteriormente, distribuídos aos municípios prejudicados. Que, pelo menos, a Itaipu Binacional pagasse pelos prejuízos causados e que se prolongam pelo resto da vida por áreas hoje cobertas por água que estariam produzindo riquezas ao nosso Estado, aos nossos municípios e principalmente àqueles colonos que lá estavam estabelecidos.

O Sr. Mário Pereira — Vossa excelência concede um aparte? (Assentimento).

Quero cumprimentar o deputado Gulin pelo seu pronunciamento e dizer que ficamos contra ao fortalecimento da Copel nos impede de lutar pela reforma tributária. Ficamos contra o fortalecimento da Copel em detrimento da Eletrobrás, querendo concentrar os recursos todos em empresas do Governo Federal é acreditar que o governo federal tem mais capacidade de gerir os negócios do interesse do Paraná, do que o próprio povo paranaense. Portanto, não se poderia se assim pensasse — lutar pela reforma tributária.

Eu quero acrescentar a esse belo pronunciamento de vossa excelência, que a Usina de Capivara construída pela CESP, com a sua área inundada, produz em cruzeiros, energia transformada em cruzeiros, menos do que a produção agrícola transformada em cruzeiros, que poderia ser obtida da área inundada, num claro roubo ao Paraná, desta produção, porque é uma usina feita pela concessionária da Usina elétrica do Estado de São Paulo.

Eu acho que a crítica válida, à Usina de Itaipu, é que o Brasil numa época de dificuldades econômicas, está construindo uma usina, cujo "kilowatt" instalado é mais alto o seu custo, do que qualquer outra usina hidroelétrica do País. Nós poderíamos ter aproveitado energia hidroelétrica com um custo muito mais baixo, tal como Salto Segredo, que não ultrapassa 600 dólares o "kilowatt" instalado.

Eu acho que realmente o Paraná não pode aceitar passivamente o que a ELETROSUL vem tentando impor à Copel, ou seja, que a Copel compre uma demanda, como comprou no ano de 1983, 160 megawatts, sem necessidade, posto que a sua capacidade de geração própria já supera a carga instalada no nosso Estado, a ponta de carga do nosso Estado. E agora a Eletrosul a título de aluguel de seus equipamentos, linhas e subestações, tenta impingir à Copel, uma compra de 220 megawatts.

E aqui eu quero me parabenizar com o governador José Richa, que está dando apoio à diretoria da Copel, para que não se curve à pressão da Eletrosul.

Congratulo-me com o pronunciamento de vossa excelência.

O SR. DONATO GULIN — Eu agradeço o aparte de vossa excelência, nobre deputado, e queria dizer mais: nós já fizemos pronunciamentos aqui nesta Casa, e dissemos do grande mal dos brasileiros, da grandeza de querer possuir a maior ponte do mundo, de querer possuir o maior estádio do mundo, de querer possuir a maior hidroelétrica do mundo, e assim por diante.

Um País pobre, querendo demonstrar grandezas.

Mas, dos males, o menor. Itaipu está aí, pronta; já começou a gerar energia. Não podemos mais fazer nada sobre isso.

Lembro-me durante o meu curso de engenharia, que uma das teses que tivemos que defender, foi o aproveitamento do Rio Iguaçu, em que nós demonstrávamos que a construção de pequenas usinas hidroelétricas, aproveitando essa potencialidade do Rio Iguaçu nós geraríamos tanta energia ou mais do que Itaipu, por um preço muito menor, além do que o custo de distribuição menor. Porque, hoje, nós vemos Itaipu quase gerando energia, mas, ainda, não tem as suas instalações para distribuição.

Como é que vai ficar isso?

Não se inventou, lamentavelmente, no mundo, uma bateria que consiga reter toda essa energia, toda essa quantidade de energia disponível.

Se nós tivéssemos feito pequenas hidroelétricas no Rio Iguaçu, e em tantos outros rios que cortam este País, o aproveitamento e o custo de "quilowatt"/hora" seria menor.

Mas, concluindo. Itaipu é uma realidade, está construída, está iniciando a sua geração de energia. Nada podemos fazer mais neste sentido. O que nós podemos e devemos fazer, que nós entendemos, é que é que se pague ao Paraná, que se pague aos paranaenses, tudo aquilo que lhes foi retirado.

Neste início de semana fazíamos uma viagem ao interior do Paraná, até Jacarezinho, e passávamos na região onde na região do alagamento de Itaipu, foram desalojados de lá, para serem colocados do lado de cá, que estavam lá com suas plantações todas queimadas, e, lamentavelmente, não produzindo.

Por que?

Porque a terra da região aonde estavam acostumados a plantar, eram ricas em sais minerais, eram altamente produtivas e eles foram deslocados, eles foram colocados, eles foram alojados em terras que, lamentavelmente, no futuro, tenho certeza, devido à alta tecnologia da agricultura brasileira, se farão grandes produções e grandes plantações, mas que, lamentavelmente, agora ainda não, e eles não possuem um poder financeiro, um poder econômico, para adquirir produtos que se coloquem nessas terras, como, corretivo de solo, adubos, enfim, inúmeros outros produtos químicos para fazerem essas terras se tornarem novamente altamente produtivas.

O Sr. Roberto Requião — Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Donato Gulin, sobre o prolema de Itaipu eu concordo com vossa excelência; que, Itaipu não foi construída por razões energéticas ou econômicas. A estratégia que informou a construção de Itaipu, foi uma estratégia militar; Itaipu não é uma usina, é uma bomba hidráulica colocada na fronteira da Argentina, para compensar um relativo avanço da Argentina, no campo da energia nuclear.

O SR. DONATO GULIN — Nobre deputado, eu inclusive não quis entrar nesse campo porque preferia deixá-lo de lado.

O Sr. Roberto Requião — Por que não? Mais uma vez precisamos discutir esses assuntos, deputado.

O SR. DONATO GULIN — Mas, realmente, é a grande arma que o Brasil tem, para poder conter o desenvolvimento armamentista da Argentina, realmente vossa excelência tem razão.

O Sr. Roberto Requião — Mais uma vez, o problema não é um problema de se cobrar "royalties" pela região invadida, mas é um problema de se cobrar, uma política diferente, do governo da União.

Itaipu fez parte do projeto megalômano do Brasil-potência, do desenvolvimento a qualquer preço, do arrocho salarial e de toda essa situação que nos levou à situação em que estamos, da maior crise econômica, da História do Brasil, então, não é o aranhismo, que resolve esse problema, o que resolve esse problema, é, a abertura da discussão nacional, a abertura da discussão ao nível do povo, dos objetivos nacionais, permanentes, que passa, hoje, pela eleição direta para a presidência da república, e não pela ingenuidade paranista, da "GAZETA DO POVO".

Muito obrigado, deputado.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento).

Itaipu, nobre deputado Donato Gulin, é fruto evidentemente, do milagre econômico, é um filhote do milagre econômico.

O SR. DONATO GULIN — Como tantos outros.

O Sr. Fiori Luiz — Agora, além de gerar energia, o que ela gerou mesmo, até hoje, foi corrupção, nobre deputado. Uma corrupção que se mistura às águas revoltas de Itaipu. E disse bem, o deputado Roberto Requião, nós já por várias oportunidades falamos, nesta Casa, Itaipu, não é uma obra de engenharia, é uma obra militar. Não prestaram contas de nada, por ser uma binacional, compraram material, sem licitação, muitos enriqueceram do dia para a noite, às custas das nossas terras férteis, desapropriadas, e o que é pior, às custas do sacrifício do nosso Homem, que teve que buscar outras terras fora do nosso Estado, engrossando a favela do Paraná em Campinas, onde já existem 70000 famílias.

Vinte e dois bilhões de dólares, enterrados na Usina de Itaipu. Foi a maior corrupção da História da América, nos últimos 100 anos. E se os nossos governantes construíram Itaipu no problema geopolítico, de medo que, amanhã a Argentina possa invadir o Brasil via Foz do Iguaçu, eu acho que, hoje, talvez as águas servissem para o nosso governo antipovo, antinacional, anticristão e ilegítimo, talvez com essas águas, tentar inundar a democracia portenha, porque, hoje, lá, eles festejam o seu presidente eleito pelo voto direto, livre, soberano, o que nos deixa carregados de muita inveja.

Então, Itaipu, volto a repetir o que já disse em anos passados nesta Casa, nunca se praticou tanta corrupção nesta América do Sul, como em Itaipu, e os que roubaram, os que ficaram ricos, estão por aí, alguns até, presidenciáveis, neste País. Era o que nós tínhamos para colocar neste aparte e eu agradeço pelo seu brilhante pronunciamento, deputado Donato Gulín.

O SR. DONATO GULIN — Eu agradeço o aparte de vossa excelência e talvez até não concordando com vossa excelência de que Itaipu foi projetada com fins de corrupção.

O Sr. Fiori Luiz — É difícil de a gente ter o mesmo entendimento, não é, deputado?

O SR. DONATO GULIN — Em termos de "projetada" é que eu não concordaria.

Senhor presidente, nós ao concluir os o nosso pronunciamento nesta Casa no dia de hoje, queremos chamar a atenção para que todos os paranaenses, e principalmente todos aqueles que detêm um mandato e que representam uma parcela da população paranaense, vereadores, prefeitos, deputados estaduais, federais, senadores e governador do Estado, vistam esta camisa paranista, para que realmente nós tenhamos amanhã um retorno e poderemos compensar o nosso Estado e muito mais do que o nosso Estado, ao homem do nosso Estado pelo prejuízo que ele teve com a construção de Itaipu.

Senhor presidente, nós gostaríamos que o restante do pronunciamento fosse dado como lido. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa defere e fará constar.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Com a presença de 58 senhores deputados.

Sobre a Mesa, projeto de Lei Complementar de autoria do senhor deputado Tadeu França, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 255/83, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n.º 172/83) que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação de Assistência Social e Educacional Norte Pioneira de Jacarezinho "parte do imóvel localizado no perímetro urbano de Jacarezinho, conforme específica. Com

PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 147/83 (Mensagem n.º 78/83), que extingue a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, criada pela Lei n.º 6.636, de 29.11.74, transferindo suas atribuições, pessoal e patrimônio para a Secretaria de Administração. Com **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J., por maioria e da C.R.H., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 222/83, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 140/83) que dispõe que os servidores da administração direta e indireta somente serão colocados à disposição de órgãos dos demais Poderes do Estado, para fins e prazo determinado e sem ônus para o Poder Executivo, e dá outras providências. Com **PARECER FAVORÁVEL** e **EMENDA** da C.C.J., por unanimidade.

Em discussão o projeto e as emendas.

Está em votação a emenda da C.C.J.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem).

Senhor presidente, eu gostaria que me informasse se não existe uma sub-emenda e que vossa excelência explicasse o processo, se seria aprovada a emenda e depois votaria a sub-emenda.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Será posteriormente posta em votação. Existe sim, senhor deputado.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Está em votação a emenda de Plenário, 222/83.

O Projeto, substituindo, onde se lê 180 dias, leia-se 90 dias. **APROVADO.** Está aprovado o projeto e as emendas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Emenda ao Projeto de Lei n.º 222/83.

I — O Artigo 2º passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º — O disposto nesta lei aplica-se aos afastamentos já autorizados, os quais, num prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, deverão ser adequados às disposições ora estabelecidas.

II — Acrescente-se onde couber:

Art..... — Os funcionários, que na data da publicação desta lei, se encontrarem adidos ao Poder Legislativo, poderão ser enquadrados no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia, a critério da Comissão Executiva, em nível equivalente ao que ocupavam em suas repartições de origem, independentemente da existência de vagas.

Sala das Comissões, em 08 de dezembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente,
ANIBAL KHURY - Relator.

Apoio: Artagão Mattos Leão, José Antônio Fonseca, Hermas Brandão, Amélia Hruschka, Ivan Gubert, Homero Ogui-do, Ezequias Losso, Augusto Carneiro e Gilberto Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

Com a presente emenda pretendemos disciplinar o prazo com uma maior elasticidade a fim de se evitar maiores transtornos às administrações que em seus quadros possuem funcionários à disposição.

SUB-EMENDA DE PLENÁRIO

Ao Projeto de Lei n.º 222/83.

Substitua-se na Emenda proposta pela Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei n.º 222/83, no seu artigo 1º, o seguinte:

onde se lê 180 (cento e oitenta) dias,

leia-se 90 (noventa) dias;

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983

(a) NILSO SQUAREZI

Apoio: Amélia Hruschka, Fiori Luiz, Sabino Campos, Her-
mas Brandão, Nelson Vasconcellos, Artagão Mattos Leão, Ho-
mero Oguido, Nestor Baptista, Edmar Luiz Costa, Adhail Spre-
nger Passos, Roberto Requião, Dirceu Manfrinato.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Em votação as emendas. **Aprovadas.**

2ª DISCUSSÃO— Do Projeto de Lei nº 231/83, de autoria do
Poder Executivo. (Mensagem nº 150/83), que objetiva alterar
dispositivos da Lei nº 5.940, de 08 de maio de 1969, conforme
específica. (Lei de Promoções de Praças da Polícia Militar do
Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unani-
midade e da C.F. com EMENDAS por unanimidade.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 231/83, e com emendas
da C.C.J. e de Plenário, estão em discussão o Projeto e as Emen-
das. E, discussão.

Encerrada a discussão. Está em votação o Projeto, ressalva-
das as emendas. **APROVADO artigo por artigo.**

Está em votação a emenda nº 1 de plenário, de autoria do
deputado Nilso Sguarezi. Em discussão, encerrada, em votação.
APROVADA.

A presidência faz uma ressalva; está em votação a emenda
do deputado Anibal Khury, apresentada em Plenário.

Aprovada a emenda.

Comissão de Finanças
EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Projeto de Lei

Nº 231/83

O Art. 1º — do projeto de Lei nº 231/83 em seu item IV do
art. 36, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36.....

IV - CURSOS

A) Formação de sargentos realizados na Corporação pontos
positivos iguais ao grau de término do curso para o acesso até
2º sargento;

B) Aperfeiçoamento de Sargentos ou equivalente, pontos
positivos igual: ao grau de término de curso para o acesso
até subtenente.

Sala das Comissões, 15 de Dezembro de 1983

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente;
HOMERO OGUIDO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS Nº 02
EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Projeto de Lei nº 231/83.

O art. 1º do projeto de Lei nº 231/83 em seu item III,
do art. 37, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37

III - PENAS CRIMINAIS

a) Por crime doloso com sentença transitada em julgado
quatro (4) a oito (8) pontos por pena, tendo-se em vista o pre-
juízo moral causado à Corporação, a critérios exclusivo da CP-
Pré;

b) Por crime culposo ou contravenção penal, com sentença
transitada em julgado: quatro (4) pontos por pena;

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI - Presidente

HOMERO OGUIDO - Relator

COMISSÃO DAS FINANÇAS

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Projeto de Lei nº 231/83

O art. 1º do Projeto de Lei nº 231/83, em seu item 2,
3 e § 1º do item do art. 52, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 52.....

1)

2) Em consequência de ferimento recebido durante a
execução de ato de serviço para a consecução das atividades

de apoio, serviço interno, desportivas e outras correlatas.

3) Se, ao falecer, estiver incluído no Quadro de Acesso
por Antiguidade (QAA) ou Merecimento (QAM).

4)

§ 1º — A promoção que resultar de qualquer das situações
estabelecidas nos itens 1 e 2 independe aquela prevista no item
3.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente

HOMERO OGUIDO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 04
Ao Projeto de Lei nº 231/83.

O Art. 2º — do Projeto de Lei nº 231/83, em seu item B, §
1º, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º —

a).....

b).....

§ 1º — Considera-se para os efeitos desta lei, com referência
aos sargentos de que trata este artigo, cumprida a exigência de
formação do item "a", computando-se na ficha de promoção a
média do seu concurso, já para o acesso a 1º Sargento, deverão
cumprir o disposto no item "b".

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente

HOMERO OGUIDO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 05
Ao Projeto de Lei nº 231/83.

O Art. 4º do Projeto de Lei nº 231/83, passa a ter a seguin-
te redação:

Art. 4º — O Comandante Geral, mediante proposta da Dire-
toria de Ensino e do Estado Maior da Corporação, regulará o
funcionamento dos Concursos de Aperfeiçoamento e de Forma-
ção de Sargentos, bem como os especiais.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente.

HOMERO OGUIDO - Relator.

EMENDA Nº 01 - PLENÁRIO
Ao Projeto de Lei nº 231/83.

Acrescente-se onde couber:

Art. — A Contagem dos anos de serviço do policial-mili-
tar dos Quadros para cujo ingresso na Polícia Militar do Paraná
seja requisito básico possuir curso de nível superior, será feita
com o seguinte acréscimo:

— (um) ano para cada cinco (cinco) anos de efetivo serviço
prestado, até que esse acréscimo complete o total de anos de du-
ração normal do curso de nível superior, sem superposição a
qualquer tempo de serviço militar ou público eventualmente
prestado durante a realização do referido curso.

Parágrafo único — o acréscimo a que se refere este artigo se-
rá computado somente no momento da passagem do policial-
militar para a situação de inatividade, e, nessa situação para to-
dos os efeitos legais, inclusive quanto à percepção definitiva de
gratificação de tempo de serviço e adicional de inatividade.

Art.— Para os efeitos desta lei, "anos de efetivo servi-
ço" é a expressão que designa o tempo de serviço, computado
dia a dia, entre a data de inclusão e a data de limite estabelecida
para a contagem ou a data do desligamento do serviço ativo,
mesmo que tal espaço de tempo seja parcelado.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente.

EDMAR LUIZ COSTA, ANIBAL KHURY e HERMAS BRAN-
DÃO.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 244/83, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n.º 161/83) que dispõe sobre a obrigatoriedade dos depósitos de interesse da Administração Estadual, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 245/83, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 163/83), que objetiva alterar dispositivos da Lei n.º 7.257, de 30.11.79, conforme especifica. (Taxa de Segurança). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P., e EMENDAS da C.C.J. e C.F.

Está em discussão o projeto e as emendas. Encerrada, em votação a emenda da C.C.J., em votação. **APROVADA.** Mais a emenda da Comissão de Finanças. Em votação. **APROVADA.**

APROVADO AS EMENDAS E O PROJETO

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Em votação as Emendas. **Aprovadas.**

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 245/83.

Acrescente-se onde couber:

Art. — Das importâncias arrecadadas em decorrência do disposto nesta Lei, 10 por cento serão destinados a programas de assistência ao menor.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI

ANIBAL KHURY, SERGIO SPADA, BASÍLIO ZANUSO,
EZEQUIAS LOSSO, JOSÉ ANTÔNIO FONSECA,
HERMAS BRANDÃO, TADEU LÚCIO MACHADO e
GILBERTO CARVALHO.

EMENDA

Ao Projeto de Lei n.º 245/83.

Na tabela 4, anexa a esta lei, elimine-se a rubrica:

4.1.12. — Rádio Emissora e Televisão ... 6%

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI, EDMAR LUIZ COSTA,
TADEU LÚCIO MACHADO, HERMAS BRANDÃO,
JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, ANIBAL KHURY,
SÉRGIO SPADA.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Emenda ao Projeto de Lei n.º 245/83.

Fica suprimida a Tabela 10 anexa ao presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente;

HOMERO OGUIDO - Relator.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 246/83, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 162/83) que objetiva alterar dispositivos da Lei n.º 6.774, de 08.01.76, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.R.H., e C.S.P., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 248/83, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 168/83) que objetiva transformar quatrocentos e noventa cargos em Comissão, da Secretaria de Estado da Educação, em trezentos e trinta e dois cargos de igual natureza e cento e cinquenta e quatro funções gratificadas, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade

2ª Discussão do Projeto de Lei n.º 248/83, com emenda de Plenário. Estão em discussão o projeto e a emenda. Está em votação o projeto, ressalvada a emenda. **APROVADO.** Está em votação a emenda de autoria do senhor deputado Adhail Sprenger Passos. **APROVADA.**

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Ao Projeto de Lei n.º 248/83.

Substitua-se no Anexo a que se refere o artigo 1.º do Projeto de Lei n.º 248/83, o seguinte:

"funções gratificadas"

"onde se lê 45 (quarenta e cinco) Assistente de Núcleo Regional, símbolo 1-F, LEIA-SE 44 (Quarenta e quatro) Assistente de Núcleo Regional, símbolo 1- F.;

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Apoio: Roberto Requião, Edmar Luiz Costa, Hermas Brandão e Augusto Carneiro.

2ª — Do Projeto de Lei n.º 249/83, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 169/83) que altera dispositivos da Lei Orgânica do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM (Lei n.º 6.364, de 29.12.72), e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., e C.A., à EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J. e EMENDA da C.F., por maioria.

EMENDA

Ao Projeto de Lei n.º 249/83.

I- Inclua-se onde couber:

ALTERAÇÃO N.º

O § 2.º do art. 54, revogado pela Lei n.º 6.757, de 22 de dezembro de 1975, fica restabelecido com a seguinte redação:

"Art. 54.

§ 2.º — O prazo para pagamento das multas previstas neste artigo será:

I — O dia seguinte ao do vencimento do imposto, nas hipóteses do item 1 do parágrafo anterior, obedecidas as reduções concedidas pelo artigo 58;

II — 30 (trinta) dias contados da data da intimação do lançamento, nas demais hipóteses."

II - Na sétima alteração ao se alterar o § 2.º, do art. 22, da Lei n.º 6364/72, de 29 de dezembro de 1972, exclua-se a expressão "nominal".

III— No parágrafo único do Art. 2.º, do presente projeto, exclua-se a expressão "nominal".

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

EMENDA N.º 01 PLENÁRIO

Ao Projeto de Lei n.º 249/83.

Inclua-se onde couber:

Art. — O Estado transferirá no prazo de 30 (trinta) dias, a parte que caberá aos municípios no produto de arrecadação resultante da majoração da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM).

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL

Apoio: Gilberto Carvalho, Péricles Pacheco, Luiz Alberto Oliveira, Erondy Silvério e Tércio Albuquerque.

JUSTIFICATIVA:

Esse adicional de arrecadação não está previsto na programação orçamentária para os próximos exercícios pelo governo do Estado, pois, quando daquela elaboração, os referidos recursos nem sequer estavam instituídos.

Assim, nada há a opor à antecipação da transferência desses recursos aos municípios, a qual, uma vez consumada, atenderia de forma imediata às necessidades financeiras que afligem presentemente a organização municipalista no Paraná.

De outro lado, evitar-se-á, com essa antecipação de transferência de recursos, que o processo inflacionário desenfreado di-

minua os reflexos positivos que deverão ser alcançados pela aplicação imediata dos mesmos no âmbito do município.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 249/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, modificada pelas leis adiante mencionadas, passa a vigorar com as seguintes alterações:

1ª ALTERAÇÃO

Acrescenta o inciso IV, ao artigo 2.º, com a seguinte redação:

Art. 2.º —

IV — a entrada, em estabelecimento comercial, industrial ou produtor decorrente de operação realizada por seu titular, de bens importados do exterior, destinados ao consumo ou ao ativo fixo do estabelecimento.

2ª ALTERAÇÃO.

O inciso IV do artigo 3.º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º —

IV — no caso de entrada de mercadoria ou bens destinados a consumo ou ao ativo fixo importados do exterior, em estabelecimento de contribuinte importador, a base de cálculo é o valor constante dos documentos de importação, convertidos em cruzeiros à taxa cambial efetivamente aplicada em cada caso, acrescido do valor dos impostos de importação e sobre produtos industrializados e das demais despesas aduaneiras efetivamente pagas, assim entendidas aquelas verificadas até o desembaraço na repartição alfandegária."

3ª ALTERAÇÃO

O § 7.º do art. 3.º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3.º —

§ 7.º — O montante do imposto sobre produtos industrializados integra a base de cálculo do ICM, exceto quando a operação configure hipótese de incidência de ambos os tributos.

4ª ALTERAÇÃO

O artigo 8.º alterado, pelas Leis n.ºs 6.618, de 27 de setembro de 1974 e 6.859, de 23 de dezembro de 1976, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 8.º — São as seguintes as alíquotas do ICM, a partir de 1.º de janeiro de 1984:

I — 17% (dezessete por cento) para as operações internas;
II — 12% (doze por cento) para as operações interestaduais; que destinem mercadorias à comercialização ou industrialização a contribuintes estabelecidos nos Estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo.

III — 9% (nove por cento) para as operações interestaduais que destinem mercadorias à comercialização ou industrialização a contribuintes estabelecidos no Distrito Federal, nos Territórios de Roraima, Fernando de Noronha e Amapá ou nos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Rondônia, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;

IV — 17% (dezessete por cento) para as operações interestaduais que destinem mercadorias a consumidores finais.

V — 13% (treze por cento) para as operações de exportação;

Parágrafo único — Consideram-se operações internas:

1. aquelas em que o remetente e o destinatário das mercadorias estejam situados no território paranaense;

2. as de entrada, em estabelecimento de contribuintes:

a) de mercadorias importadas do exterior pelo titular do estabelecimento;

b) de bens importados do exterior, destinados a consumo ou ao ativo fixo."

5ª ALTERAÇÃO.

Acrescenta o item 5, ao inciso IV do artigo 11, com a seguinte redação:

"Art. 11 —

IV —

5. o comerciante, o industrial e o produtor que promovam importação do exterior de bens destinados a consumo ou ao ativo de seu estabelecimento".

6ª ALTERAÇÃO.

O inciso III e o seu item 1, do artigo 19 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19 —

III — pelos estabelecimentos importadores de mercadorias estrangeiras, bem como de bens destinados a consumo ou ao ativo fixo;

1. nos prazos estabelecidos em Instrução da Secretaria das Finanças.

7ª ALTERAÇÃO.

O artigo 22, alterado pelas Leis n.ºs 6.757, de 22 de dezembro de 1972; e 7.032, de 19 de setembro de 1978, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 22 — Fica sujeito à atualização monetária o crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, não pago nos prazos regulamentares, exceto quando garantido pelo depósito do seu montante integral em dinheiro.

§ 1.º — O depósito a que se refere este artigo será regulado em lei especial.

§ 2.º — A atualização monetária será o resultado da multiplicação do crédito tributário pelo coeficiente obtido com a divisão do valor nominal de uma Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) do mês em que se efetivar o pagamento, pelo valor da mesma obrigação do mês em que o crédito deveria ter sido pago".

8ª ALTERAÇÃO.

O inciso IV, do artigo 26, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26 —

IV — do estabelecimento em que derem entrada as mercadorias, em decorrência das operações referidas nos incisos II e IV, do artigo 2.º".

9ª — ALTERAÇÃO.

O § 5.º do artigo 27, revogado pela Lei n.º 7.032, de 19 de setembro de 1978, fica restabelecido com a seguinte redação:

"Art. 27 —

§ 5.º — Serão desprezadas as frações de CR\$ 1,00 (um cruzeiro), no pagamento do ICM, dos acréscimos, dos juros de mora e da correção monetária.

10ª ALTERAÇÃO.

Os valores expressos nos itens 9, 10, 11, 12 e 13, do § 1.º, do artigo 54 passam a ter as seguintes equivalências com os valores das ORTNs vigentes no mês da lavratura do auto da infração, desprezada a fração de CR\$ 100,00 (cem cruzeiros).

I — item 9 - 2 (duas) ORTNs observado o mínimo estabelecido no § 3.º deste artigo e o máximo de 25 (vinte e cinco) ORTNs.

II — item 10 — 4 (quatro) ORTNs

III — item 11 — 7 (sete) ORTNs

IV — item 12 — 12 (doze) ORTNs

V — item 13 — 25 (vinte e cinco) ORTNs

11ª ALTERAÇÃO.

O § 3.º do artigo 54, alterado pelas Leis n.ºs 6.551, de 7 de junho de 1974, e 6.757, de 22 de dezembro de 1975, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 54 —

§ 3º — Sem prejuízo do disposto no art. 58, o valor mínimo das multas é o equivalente ao de 4 (quatro) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, em vigor na data do auto de infração, desprezada a fração de CR\$ 100,00 (cem cruzeiros).

12ª ALTERAÇÃO.

O Art. 54, da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972, fica acrescido do seguinte parágrafo 6º.

Art. 54 —

6º — Os valores das penalidades indicadas nos itens 9, 10, 11, 12 e 13, do § 1º deste artigo, serão reduzidas em 60 por cento, para contribuintes receita de venda anual de até CR\$ 10.000 (dez mil) obrigações — Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTNs, tomando-se como base de cálculo o seu valor em dezembro do ano anterior.

13ª ALTERAÇÃO.

A alínea "a" do item 32 do parágrafo único do artigo 56, alterada pela Lei nº 6.551, de 7 de junho de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56 —

Parágrafo único —

32 —

a) "ex-offício", de decisão favorável ao contribuinte, desde que o montante do crédito tributário julgado improcedente seja superior a 25 (vinte e cinco) ORTNs do mês da lavratura do auto de infração, caso em que será formalizado mediante manifestação obrigatória da autoria prolatora da decisão no final desta".

Art. 2º — As multas já lançadas na vigência da legislação anterior passarão a ser corrigidas a partir do mês seguinte ao da entrada em vigor na presente lei.

Parágrafo único — A correção de que trata este artigo será o resultado da multiplicação do valor da multa pelo coeficiente obtido com a divisão do valor nominal de 1 (uma) ORTN do mês em que se efetivar o pagamento, pelo valor da mesma ORTN no mês seguinte ao da entrada em vigor da presente lei.

Art. 3º — O imposto sobre produtos industrializados, nas operações com cigarros, integrará a base de cálculo do ICM, gradualmente, à razão de um terço no exercício de 1984, dois terços no exercício de 1985 e integralmente, a partir do exercício de 1986.

Art. 4º — Os processos referentes a recursos "ex-offício", de valor inferior ao fixado na alínea "a", do item 32, do parágrafo único, do artigo 56, modificado por esta lei, ainda pendentes de julgamento pelo Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais serão restituídos à repartição de origem, considerando-se definitiva a decisão proferida na primeira instância.

Art. 5º — O Secretário de Estado das Finanças baixará as instruções necessárias à execução desta Lei.

Art. 6º — São revogados a Lei nº 6.158, de 9 de outubro de 1970 e o inciso I, do art. 4º da Lei 6.364, de 29 de dezembro de 1972.

Art. 7º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo eficácia a partir de 1º de janeiro de 1984.

Apoio: Anibal Khury, Ezequias Losso, Basílio Zanusso, José Antônio Fonseca, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Tadeu Lúcio Machado, Djalma de Almeida Cesar e Sérgio Spada. Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Para discutir, concedo a palavra ao senhor deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Senhor presidente, senhores deputados.

Deseja a bancada do PDS reafirmar sua posição contrária ao aumento da alíquota proposto pelo governador do Estado. E o

faz, senhor presidente e senhores deputados, na certeza de que esta é uma medida que trará danosas conseqüências a economia do Estado do Paraná. Já foi possível demonstrar ontem e através de um posicionamento sério, de empresários e de trabalhadores que esta emenda será o fator de inflação no Estado do Paraná e com conseqüências recessivas na economia do nosso Estado.

É de se estranhar, senhor presidente e senhores deputados, que o PMDB que prometeu ser o partido contra a sobrecarga fiscal, na campanha eleitoral, que o senhor Erasmo Garanhão declarou em entrevista à Revista Panorama, ainda deste mês, que era contrário ao aumento da alíquota de ICM, no prazo de uma semana tenha ocorrido a metamorfose de sua excelência para trazer à apreciação desta Casa, aquilo que há uma semana atrás dissera ser contrário.

Mas ainda, senhor presidente, os empresários denunciaram que esta proposta de lei do governador do Estado instala no Paraná uma verdadeira ditadura fiscal, e o pró-consul Erasmo Garanhão terá instrumentos os mais poderosos, com os meios que nós do Poder Legislativo não podemos entregar-lhe em mãos, porque nós sabemos são as mãos de um tecnocrata, de um homem que tem-se revelado ardoroso defensor do arbítrio, porque, inclusive, com relação à bancada do PMDB assim tem agido, nos ocorridos políticos do Paraná, não pode esta Assembléia Legislativa aprovar tal projeto de lei.

Mais ainda, senhor presidente e senhores deputados. O governo do PMDB que dizia ser contra a dívida externa, os dólares que maldizia na véspera da eleição, hoje se transforma no grande endividador externo para transformar a dívida externa no Paraná, numa verdadeira "dívida eterna", porque, neste período extraordinário, nós estamos votando duas mensagens do governo José Richa, que aumenta em cento e cinquenta e quatro milhões de dólares a dívida externa do Paraná. Uma mensagem se refere ao programa de eletrificação rural: cento e quatro milhões de dólares, e os outros oitenta milhões de dólares, senhor presidente, senhores deputados, para que servirá? Será que o diligente Líder do PMDB e do governo, será que algum deputado do PMDB pode esclarecer a que fim se destinam os oitenta milhões de dólares pleiteados por sua excelência o governador José Richa? Será que existe algum deputado, nesta Casa, que possa discriminar os recursos onde serão aplicados? Quais as obras que serão feitas? Quais os postos de saúde a serem construídos? Quais as escolas a edificar? Quais as estradas a rasgar? Qual o custo social desse endividamento em mais oitenta milhões de dólares?

Não se sabe, senhor presidente, senhores deputados, qual o nível do endividamento geral do Estado, e precisa ser demonstrada a esta Assembléia Legislativa, porque esta é uma Casa de homens responsáveis que querem saber a que fim se destinam oitenta milhões de dólares, a que custo será este empréstimo, especialmente sabendo da política de desvalorização cambial e da própria política monetária norte-americana.

Será, senhor presidente, senhores deputados, que estes oitenta milhões de dólares destinam-se a financiar as verbas de representação dos gabinetes dos Secretários de Estado? Será que os oitenta milhões de dólares servirão para que o Diretor Geral da Casa Civil tenha um bilhão de cruzeiros para gastar em verba de mordomia, passagem, almoço e representação?

Por isso, senhor presidente, senhores deputados, já esta Assembléia oferece ao governo José Richa, o plano de lei necessário para que ele possa, junto com o governo federal, contrair os dólares para financiar o déficit orçamentário, o governo José Richa não precisa do aumento da alíquota de 1 por cento que vai representar mais 6 por cento de aumento na arrecadação estadual — isto sem falar ainda, senhor presidente, senhores deputados, dos efeitos da Emenda Passos Porto que repassará ao governo do Estado entre 35 e 45 bilhões, segundo declarações do próprio governador José Richa.

Nunca se viu, senhor presidente, senhores deputados, na história político-administrativa do Paraná, uma "sede" tão

grande por dólares como o atual governo.

Tenho dados que comprovam que a dívida externa, dia 31 de dezembro de 1982, era de trezentos e vinte e cinco milhões de dólares na administração centralizada. E o governo do PMDB o "regime" do PMDB que dizia ser contra os dólares e que dizia ser contra a dívida externa, nesse espaço de tempo de nove meses, contra toda a história administrativa do Paraná, está negociando hoje, no Paraná, com a aprovação destes empréstimos, 355 milhões de dólares apenas em nove meses; se considerarmos o empréstimo de 100 milhões de dólares para Salto Segredo, 52 milhões de dólares do Banco Mundial, 104 milhões de dólares para a eletrificação rural, 80 milhões para financiar o déficit orçamentário. Isto sem falar nas operações estranhas, nas operações que são necessárias à acuidade e à fiscalização desta Assembléia Legislativa e do Banco Central, nas famosas operações, 63 que o Secretário das Finanças tem feito, no valor de 13 milhões de dólares.

Por isto, senhor presidente, senhores deputados, a bancada do PDS profundamente comprometida com as aspirações do povo paranaense, firma posição contrária ao aumento do ICM e solicita ao líder do PMDB e do governo que demonstre ser o governo do PMDB um governo transparente e democrático, trazendo ao conhecimento, deste Poder, os seguintes dados a respeito da dívida externa aumentada pelo governo José Richa.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa excelência concede um aparte, nobre líder?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Consulto a presidência da Mesa se no encaminhamento de votação posso conceder o aparte ao senhor deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Não pode.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Questão de ordem. Consultei há pouco a Mesa e esta dizia-me que eu tinha direito de aparte. Gostaria que vossa excelência me confirmasse novamente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) A presidência informa que só na discussão da matéria, não no encaminhamento.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Muito obrigado. Peço desculpas.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Estou à disposição para ouvir os apertes.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) A presidência informa que está em discussão o projeto, não em encaminhamento. Ao orador é permitido aparte na discussão da matéria. Gostaria de informar a vossa excelência que....

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa excelência concedeu a palavra no encaminhamento ou na discussão?

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Na discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Concedo o aparte ao senhor deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Agradeço inicialmente à presidência e agradeço a vossa excelência nobre líder, por dar-me a honra e o prazer do aparte concedido por vossa excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - A honra é minha, eminente deputado.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Inicialmente, faria uma pergunta a vossa excelência por ser um deputado balizado e conhecedor de todos os problemas do nosso Estado e até mesmo do nosso País. Pergunto-lhe, ilustre deputado, se o aumento do ICM será somente no Estado do Paraná.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa excelência conhece antecipadamente a resposta.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Mas gostaria de ouvir de vossa excelência a resposta, se me dá este prazer.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Darei uma explicação a vossa excelência com muita satisfação. A emenda aprovada pelo senado federal estabelece que os Estados poderão aumentar a alíquota do ICM de 16 para 17 por cento. E eu não posso responder a vossa excelência se os outros Estados irão aumentar a alíquota ou não porque vossa excelência, tanto quanto eu, sabe que este assunto está em discussão nas diversas Assembléias Legislativas do Estado.

Posso aduzir a vossa excelência um dado. Quando o vice-presidente Aureliano Chaves esteve em Curitiba, aqui estiveram também parlamentares do Estado de Minas Gerais e afirmaram que, em Minas Gerais, fariam o possível para que a emenda de aumento da alíquota de 16 para 17 por cento não fosse aprovada por aquela Assembléia Legislativa.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Agradeço, mas vossa excelência fugiu de confirmar. Mas chegarei à explanação do pensamento, nobre deputado, ao dizer a vossa excelência que temos dez Estados com exceção do Rio de Janeiro, que é oposição que não é PMDB e nós temos doze Estados que são do partido que vossa excelência pertence e pelo que me consta, em todos os Estados brasileiros haverá um aumento do ICM.

Eu quero discordar com vossa excelência, quando ontem se pronunciava na Casa, ao usar um termo, que o governador José Richa descaradamente não estava cumprindo o seu papel de governador na missão, na sua pregação em campanha pelo Estado do Paraná.

Mas, afirmo-lhe que nós estamos cumprindo o nosso papel, porque na verdade, nobre líder, esta arrecadação que está sendo feita no Estado, esse aumento de arrecadação, é a razão que anos passados, quem pagava impostos neste Estado, era somente a oposição porque era massacrada, perseguida, injustiçada pelos homens do PDS e que hoje também o PDS se adaptou e se acostumou sem ser massacrado, sem ser perseguido, a cumprir os seus compromissos com os cofres públicos do Estado, é isto que houve uma arrecadação, porque nós entendemos e entendíamos que todos os anos, quando o PDS era detentor do Poder, neste Estado, quando uma fiscalização chegava num determinado município e que descobria irregularidades, apenas um vereador da cidade, que era do PDS, chegava aos fiscais e mandava parar a fiscalização, com isso prejudicando o crescimento do nosso Estado.

Então, estas as razões do crescimento hoje, porque nós estamos fazendo justiça, apenas a devolução da arrecadação em benefício ao Estado do Paraná e a sua comunidade.

Vossa excelência falava sobre os empréstimos em dólar, vossa excelência talvez tenha conhecimento, mas procurar não entender, quanto ao empréstimo de dólar para a COPEL, não quero precisar a vossa excelência oficialmente, mas nós temos conhecimento de lavradores que tinham intenções de puxar energia nas suas propriedades rurais, que o ano passado o levantamento ficava em torno de 1.300.000 cruzeiros e que hoje o lavrador terá energia nas suas propriedades rurais, com uma diferença de quase 70 por cento do valor depois de um ano passado, meu nobre líder.

Quanto ao empréstimo em dólar, é sinal que existe uma

credibilidade no governo Richa, porque o governo Richa contraiu empréstimo em dólar, sem precisar preparar o "pacote", como o FMI exigiu do nosso País, violentos "pacotes", prejudicando a Nação brasileira, isso demonstra a não credibilidade do governo federal para os empréstimos em dólar.

Era isso que eu queria colocar a vossa excelência e muito obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu agradeço o longo e inconsistente aparte de vossa excelência. Inconsistência, porque vossa excelência pratica uma injustiça com os comerciantes, com os empresários e com os industriais do Paraná, ao dizer que eles, no passado, não pagavam impostos.

Vossa excelência, na verdade, faz uma afirmativa carente de qualquer veracidade e contrariado, não por mim, mas pelo próprio secretário Erasmo Garanhão, que em entrevista na Revista Panorama declarou que o secretário das Finanças, Edson Guimarães foi um grande secretário, sério, atuante e que recebeu a Secretaria das Finanças em perfeita ordem.

Por outro lado, vossa excelência também não deve estar a par de todos os detalhes que envolvem eletrificação rural no nosso Estado. Poderia discutir com vossa excelência que o Paraná, no estágio de desenvolvimento e na história das administrações anteriores, preferiu por exemplo, no governo Jayme Canet Júnior, quando se contratava empréstimo no exterior, contra o voto do PMDB, nesta Assembléia Legislativa, para fazer o programa rodoviário do Estado do Paraná, ali se estabeleceu na prioridade administrativa.

No governo Ney Braga, eletrificação rural, sem dólar, sem dólar senhor deputado, sabe porque? Porque os ineptos e os omissos senadores da República, entre os quais o acidente eleitoral Leite Chaves, o biônico Afonso Camargo e o governador José Richa, pela omissão criminosa em muitos casos não deixaram passar empréstimos internacionais, mesmo assim o governo Ney Braga, no setor de eletrificação rural, triplicou o número de propriedades, com eletrificação rural neste Estado.

Eu mesmo tive oportunidade de lutar e muito, para que o Banco do Brasil liberasse financiamentos para a região Sudoeste do Estado, para eletrificar inúmeros municípios na nossa região Sudoeste do Paraná, que é uma região de minifúndio que realmente precisa da eletrificação rural.

Portanto, o governo José Richa não está inventando ou reivindicando a orda, como quer parecer, e algumas pessoas menos avisadas, quando se faz um programa de eletrificação rural. E mais uma coisa, nobre deputado, este programa vossas excelências no governo do PMDB conseguem, graças a não discriminação que o governo federal usa para com o Estado do Paraná. Não discriminação que nós sempre defendemos quando se trata das mais altas causas do Paraná.

É um programa feito através de quem? Da Eletrobrás. O programa de financiamento vai ser aprovado pelo senado federal com maioria do PDS, encaminhado pelo governo federal. Portanto, vossa excelência não conhece todos os detalhes do programa de eletrificação rural; e quero crer que vossa excelência não desconhece que a economia do Paraná é cíclica, pelas características da nossa economia baseada no setor primário. E vossa excelência sabe que os preços dos produtos agrícolas subiram, especialmente no mercado internacional; e em consequência disso, a arrecadação do Estado aumentou até 205 por cento, quando o seu governo, mau patrão, manda para esta Casa, mensagem procurando reajustar o vencimento do funcionário público, em apenas 65 por cento. Saiba vossa excelência que os cofres do governo estão engordando, em média 205 por cento. E não justifica-se, portanto, a balela de que o governo não tem recursos para remunerar justamente o vencimento do funcionalismo público. Promessa dos senhores, de que iam dar o 13º integral; deram o décimo terceiro meia sola. Prometeram dar o reajuste do INPC integral; combatem o go-

verno federal; combatem o Decreto-Lei nº 2065; e o governo federal tem sido mau patrão, sim. Eu sou profundamente independente na minha maneira de agir desta tribuna, graças à confiança dos companheiros deputados estaduais do PDS. Mas, o governo federal, pelo menos para quem ganha até três salários mínimos, dá 100 por cento de reajuste do INPC; e o governo de vossa excelência não dá para quem ganha uma miséria, como é o inativo do IPE, uma gratificação condigna.

Saibam vossa excelência que os pensionistas inativos do IPE especialmente os inativos, as viúvas dos funcionários públicos, vão ganhar como 13º salário mínimo apenas. Enquanto tem desembargador ou diretor de secretaria de Estado; secretárias e cargos de confiança que o governo José Richa aumentou, não 65 por cento, mas se vossas excelências forem fazer os cálculos os cargos dos "paxás" da administração José Richa, cresceram num ano, 220 por cento. Porque para estes, os homens de confiança do governo José Richa, foi possível armar uma artimanha orçamentária, para remunerá-los melhor. E isto não sou só eu que digo, poque o próprio líder do seu governo, confessou da tribuna, que nos recursos da verba de representação, do gabinete do secretário do Interior, estavam embutidos recursos para pagar mais aos assessores técnicos e especializados daquela secretaria, estabelecendo, portanto, no Paraná, uma odiosa discriminação entre funcionário efetivo aquele que "carrega o piano" da administração e aqueles eventuais servidores dos poderosos do dia, que recebem reajustes astronômicos num momento em que o funcionalismo não recebe sequer a correção real dos seus salários.

Por isso, eu espero que o PMDB que se diz o partido democrático, o partido da administração transparente, traga ainda neste período extraordinário, outra balela do PMDB, senhor deputado Dirceu Manfrinato. PMDB que combate tanto decurso de prazo, manda um "pacotão" para a Assembléia Legislativa fazendo praticamente um sistema tributário estadual novo sem consultas às associações. Por que os "cafés da manhã" do senhor Erasmo Garanhão? Sem consulta ao comerciante, ao industrial e, o PMDB não usa decurso de prazo, mas usa a estratégia de mandar para esta Casa no apagar das luzes de um ano, após um ano de poder, medidas tão graves e tão sérias como estas e vossa excelência e eu e todos os deputados devem concordar que esta foi uma estratégia do governo José Richa para usar o seu decurso de prazo.

Peço, portanto, à bancada governista desta Assembléia que traga ao conhecimento desta Casa, os seguintes dados com relação à dívida externa do Paraná:

- valor total da dívida externa;
- cronograma de amortização do principal da dívida externa com os respectivos valores;
- cronograma de pagamento dos juros da dívida externa;
- valor total da dívida externa;
- demonstração detalhada das operações de antecipação de receita;
- responsabilidade do Tesouro Estadual por aval, fiança ou outra forma de garantia sobre operações de crédito e/ou financiamentos de empresas estatais, mistas, autarquias ou fundações;
- compatibilização das saídas previstas de juros, outros assessorios e amortizações referentes à operações externas e internas com a receita prevista para 84.

Pelo menos estes dados devem ser trazidos ao conhecimento desta Assembléia Legislativa, além da previsão do endividamento das empresas estatais, mistas, fundações e autarquias para o exercício de 84, 85 e 86.

Porque, vossa excelência senhor deputado Dirceu Manfrinato, deve ao menos concordar que um paradoxo se destaca, o atual governo constituído por membros do PMDB pleiteia os empréstimos externos.

Uma das grandes linhas do partido tem-se calcado em cima

da irresponsabilidade da dívida externa nacional.

Pois bem, nobre deputado, sabe vossa excelência em que condições se dará o endividamento externo do Paraná?

Sabe vossa excelência se há compatibilidade entre aquilo que vamos ter que pagar e aquilo que vamos arrecadar em 84?

Vossa excelência não sabe, como esta Assembléia não sabe porque aqui não estiveram os representantes do governo para prestar os esclarecimentos a respeito da dívida.

E, portanto, esta é uma dívida, no meu entendimento, feita na base da mesma irresponsabilidade com que se constitui em muitos casos a dívida externa nacional.

Não há que se esquecer que as dívidas externas dos Estados da Federação estão incluídos na irresponsabilidade da dívida externa nacional.

Não faz sentido uma unidade da Federação governada por PMDBistas, solicitar uma autorização, sem esclarecer para que fins se destinam os dólares, e, portanto, se constituir também numa administração que compactua com a irresponsabilidade da dívida externa nacional, um partido que prega a moratória, isso significa dizer, o não pagamento de seus débitos externos, não tem qualquer condição, em nome da coerência de contrair novos débitos externos.

O "non sence" é absoluto.

Como explicar a população que elegeu os "homens da moratória", os homens que sabiamente combateram e combatem o endividamento externo, os homens do bom senso financeiro, a contratação de novos empréstimos em dólares, a operação externa, no momento precisa também ser analisada pelo lado de seus custos, os juros internacionais, dada a política monetária norte-americana, mostram fortes indícios de elevação a contratação de empréstimos em moeda estrangeira, não parece ser, na atualidade, a melhor opção, os próprios empresários têm evitado o máximo tomar empréstimo em moeda externa, que se não estão sendo praticados pelo setor privado as operações 63 e 4131, numa demonstração clara do alto risco em termos de custo.

Pode o governo, senhor deputado Dirceu Manfrinato, se dar ao luxo de desconsiderar os custos no caso de uma maxi-desvalorização em 84, fato já admitido pela maioria dos economistas da situação e da oposição, como ficarão os encargos financeiros do Estado com os novos empréstimos?

Veja bem, eminente senhor deputado, são 355 milhões de dólares, mais do que a soma de todos os empréstimos já feitos em todos os outros governos do Paraná, seu curto benefício é uma análise constante para todas as empresas particulares, porque não analisá-las em relação ao governo do Estado?

Estas são as indagações que faço, na esperança de que o líder do governo possa trazer os esclarecimentos à esta Casa que não pode, irresponsavelmente, ficar aumentando a alíquota de ICM, estabelecendo o Fundo Presidiário, estabelecendo o aumento da Taxa Judiciária, o aumento da Taxa de Serviço e aumento da dívida externa.

Esta Casa precisa ser informada das condições, pelo governo do Estado, para que seu partido, senhor deputado Dirceu Manfrinato, e o meu partido na Assembléia, não sejam acoimados no futuro de terem participado da irresponsabilidade da dívida externa paranaense, que não só será externa, mas será com a fobia do senhor José Richa e do senhor Erasmo a dívida internacional eterna do Paraná.

Muito obrigado senhor presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 249 e as emendas.

Encerrada a discussão, em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao senhor deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor presidente, nobres senhores deputados:

Solicitei a palavra para encaminhar a votação da matéria porque havíamos assumido compromisso perante esta Casa de formalizar estudos técnicos sobre essa mensagem que, no meu entendimento, é uma verdadeira reforma tributária, realçando seus aspectos arbitrários e provando a sua inoportunidade.

Mas como a mensagem foi desdobrada — pelo bom senso de alguns dos senhores deputados do PMDB — reservamo-nos de fazer o exame quando a matéria voltar para a votação. Mas, de antemão quero deixar novamente registrado o meu protesto que não é meu, é de todo povo, é das classes produtoras e certamente de quantos esperavam do governo do PMDB, respeito, pelo menos respeito pela opinião pública, pela opinião dos cidadãos. Quero deixar também, o meu protesto, senhor presidente, por ter se enviado a esta Casa proposta de reforma fiscal elaborada nos gabinetes das tecnocracias por um governo que apregoou nos palanques eleitorais uma democracia participativa. O protesto, também, senhor presidente, por ser levantado o assunto de tamanha importância, digo, de tamanha relevância num período de Sessão Extraordinária. Protesto, senhor presidente e nobres senhores deputados, pelo próprio conteúdo da matéria por sua evidente intenção de implantar uma ditadura fiscal deixando o contribuinte inerte de reação contra quaisquer abusos que possa sofrer atribuindo-se à autoridade pública o papel de árbitro absoluto. Votaremos contra embora a mensagem esteja simplificada, que eleva a alíquota do Imposto de Circulação de Mercadoria e o valor das multas por uma imposição de coerência porque eu sempre tenho dito aqui que a sociedade brasileira não suporta maiores sacrifícios e o reflexo do aumento do ICM será de maior carestia, exatamente no momento em que a sociedade brasileira, como um todo, sofre as conseqüências da inflação perversa, da estagnação das atividades econômicas, do desemprego, vem o governo e impõe aumento de impostos. Sempre dissemos também que é necessário conter os gastos públicos e não cobrir a orgia dos gastos com novos sacrifícios à população.

Ainda há poucos dias, nós votamos o orçamento do Estado, e vimos como não se teve nenhum discernimento na distribuição das verbas aos gabinetes secretariais, à Subchefia da Comunicação Social e isso veio contrastar com a lei de diminuição dos vencimentos do funcionalismo público que hoje foi enaltecido pelo nobre líder nesta Casa.

Lei de diminuição, não só do governo do Estado, mas também por parte do governo federal porque os índices fixados, tanto por um governo, como por outro, não acompanharam o índice nacional de preço ao consumidor. Então, a lei que reajusta os vencimentos do funcionalismo público do Estado não foi uma lei de aumento.

E somos coerentes também, senhor presidente e senhores deputados, em votar contra o aumento de impostos quando vemos o governo do Estado contrair empréstimos vultuosos de centenas de milhões de dólares do exterior e aqui quero fazer um reparo ao aparte do nobre deputado Dirceu Manfrinato quando ele disse que o governo José Richa conseguiu dólares porque tem credibilidade.

Ora, quem dá credibilidade ao governo na questão de empréstimos externos é o governo federal, e qualquer estudante de primeira série sabe, que não é o governo do estado quem dá as garantias para contrair empréstimos externos, e, sim, o governo federal, através de lei do senado federal.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa excelência me concede um aparte, nobre deputado?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu já darei o aparte a vossa excelência, porque quero falar numa outra incoerência que vossa excelência disse, e vossa excelência já aproveitará, no aparte para me dizer, se for o caso.

Vossa excelência disse que o PDS, não pagava imposto. Vossa excelência não podia ter sido mais infeliz, porque sou

PDS e nunca fiquei devendo impostos na minha vida, e sou empresário, e a maioria dos empresários, neste Estado, nunca deveram impostos. Então vossa excelência cometeu uma grande injustiça contra parcela da população do Paraná.

E a outra incoerência de vossa excelência é tecer loas à eletrificação rural, dizendo que o contribuinte pagará pela eletrificação, 70 por cento a menos no preço cobrado pelo governo anterior. Mas, vossa excelência está se esquecendo de uma coisa, que é a principal nesta questão: é que o governo anterior não fez eletrificação rural com dólares conseguidos no exterior; esses dólares, nobre deputado, serão pagos por toda a sociedade. E isso, vossa excelência e o governo do PMDB estão esquecendo de dizer: vai ser altamente subsidiada a implantação da eletrificação rural. Nós sabemos disso. Mas, subsidiados por dólares que serão pagos por toda a sociedade paranaense.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa excelência permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Primeiro quero dar aparte

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) A presidência alerta que no encaminhamento da votação não poderão ser concedidos apêntes.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Lamentavelmente esqueci desse detalhe do Regimento Interno. Meu caro deputado Dirceu Manfrinato, vossa excelência sabe o respeito que tenho por vossa excelência, mas não posso deixar transitar em julgado os conceitos que vossa excelência emitiu contra o PDS como um todo. Não posso aceitar essa generalização de acusações que vossa excelência faz com relação ao pagamento de impostos.

Também não posso aceitar em nome da sociedade paranaense, que o governo acene com uma eletrificação rural altamente subsidiada, mas que recairá sobre os ombros de todos os contribuintes paranaenses. Vossas excelências precisam dizer isso, que vossa excelências estão socializando o dinheiro do povo. Por estas razões, senhor presidente, é que somos coerentes em votar contra o aumento de impostos, razões que nós já enumeramos; razões de consciência, razões de atendimento às inúmeras manifestações de protestos que temos recebido de associações, de cooperativas, enfim, de todos os segmentos da sociedade paranaense, que repudiam, como um todo, essa elevação intempestiva de impostos.

Nós vamos votar contra esse aumento de impostos, porque não estamos vendo o dinheiro público ser aplicado em favor da população, porque há mais de nove meses está aí esse governo e ainda não pariu um só benefício palpável, e sequer conseguiu, ainda, formar uma equipe estável de trabalho.

Eu quero que a liderança do PMDB, os senhores deputados do PMDB, enumerem um só benefício feito em favor do povo do Paraná, nesses nove meses, aí, então, nós poderemos dar a mão à palmatória. Mas, do contrário, senhor presidente e nobres deputados, nós votaremos contra, sem embargo de discutirmos, analisarmos a segunda parte da mensagem, que esta sim, é uma verdadeira reforma tributária, e uma ditadura fiscal, que está se impondo ao povo do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Em votação a Emenda Substitutiva da Comissão de Constituição e Justiça;
Aprovada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Vossa excelência já colocou o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Não. Primeiramente, a Emenda Substitutiva da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Aquela que desdobra a apreciação da Mensagem com relação à Emenda Passos Porto, e com relação à Reforma?

Eu agradeço a vossa excelência, mas informa-me o senhor deputado Anibal Khury, com o seu descortínio e espírito público, que é o autor dessa emenda que realmente vai possibilitar a aprovação dessa matéria se não fora essa emenda, esta Casa estaria bem, com as associações de classe forçando os senhores deputados da situação, a rejeitarem uma matéria, porque é uma matéria inoportuna, como eu já disse, para ser votada em Período Extraordinário.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Está em votação a Emenda Substitutiva da Comissão de Constituição e Justiça.
Aprovada, por unanimidade.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem). Eu apesar de entender como o deputado Erondy Silvério, que a Emenda foi apresentada em bom tempo, e algumas sugestões, inclusive da bancada do PDS foram acolhidas no sistema, inclusive para propiciar, aos pequenos comerciantes, a redução de multas, moratórias, mesmo assim, entendo que a bancada do PDS deve votar contra qualquer tipo de aumento de alíquota, e, como o substitutivo enseja a possibilidade para que o Poder Executivo faça o aumento, dessa forma voto contra o projeto e o substitutivo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Senhor presidente, atendendo determinação da liderança do meu partido, eu votarei também contra a emenda embora não vejo porque votar a favor dessa emenda, posso estar aprovando o aumento da alíquota, apenas, a forma de votação da mensagem.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Está aprovada, por unanimidade.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Solicitaria que vossa excelência determinasse constar em Ata, o voto contrário da bancada do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) A presidência defere, e irá consignar, nos trabalhos da sessão de hoje.
Está em votação a emenda da Comissão de Finanças.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Vossa excelência por favor, poderia solicitar ao senhor 1.º secretário, a leitura do teor dessa emenda?

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) A Mesa defere e solicita ao senhor 1.º secretário, que proceda a leitura da emenda da Comissão de Finanças.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê):

“Ao Projeto de Lei n.º 249/83:

1.º — Inclua-se onde couber: Operação n.º :

O Parágrafo 2.º, do artigo 54, revogado pela lei n.º 6.757, de 22 de dezembro de 1975, fica restabelecido, com a seguinte redação:

Art. 54 — Parágrafo 2.º — O prazo para pagamento das multas, previsto neste artigo, será:

1 — o dia seguinte ao do vencimento do imposto, nas hipóteses do ítem 1, do parágrafo anterior, obedecidas as reduções concedidas pelo artigo 58;

2 — 30 dias, contados da data da intimação do lançamento nas demais hipóteses.

2.º — Na 7.ª Alteração, ao se alterar o parágrafo 2.º do artigo 22, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, exclua-se a expressão “nominal”.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço a vossa excelência, embora essa emenda tenha o objetivo de aprimorar a emenda apresentada na Comissão de Justiça, pelo nobre deputado Anibal Khury, e, coerente com a decisão da liderança do meu partido, também votarei contra a emenda, e quero que vossa excelência registre

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está em votação a emenda da Comissão de Finanças. **APROVADA**, por maioria absoluta com um voto contrário da bancada do PDS.

Emenda de plenário de autoria do nobre deputado Odeni Mongruel, devidamente apoiada. Está em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem. Vossa excelência está colocando em votação o projeto n.º 250?

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está sendo votada a emenda de Plenário ao Projeto n.º 249/83.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa excelência poderia ler a emenda?

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Solicito ao 1.º secretário, que faça a leitura. (Lê).

Está em votação a emenda. Para encaminhar, concedo a palavra ao senhor deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Senhor presidente, senhores deputados. Quero, inicialmente, destacar a intervenção do deputado Erondy Silvério e, não só respondendo ao ilustre deputado Dirceu Manfrinato, mas dizendo em seu nome e em nome de todos nós da bancada do PDS, da posição contrária que adotamos com relação ao aumento da alíquota de ICM.

Se é previsível a convocação da Assembléia Legislativa em período extraordinário, para tratar de matéria de relevância, também é indispensável que o respeito a este Poder e que o bom-senso se faça manifestar no encaminhamento, não só, de conteúdos, mas de quantidade de conteúdos para apreciação por parte deste poder Legislativo. A verdade é que todos nós do PMDB e do PDS, o poder Legislativo, está sendo atropelado nesse instante, por volume considerável de matéria. Se o período extraordinário, justifica-se com relação a algumas matérias, de outra parte, é bom que levantemos aqui, que muitas matérias deveriam ter sido tratadas no período regulamentar, no exercício deste trabalho legislativo do ano de 1983.

Somos contrário, ao aumento da alíquota de ICM, porque verificamos que há condições perfeitas por parte da atual administração estadual, para vencer as suas dificuldades econômico-financeiras, orçamentárias mais imediatas. E tanto isso é uma verdade, que tivemos um exemplo inédito no sentido figurado, de uma dívida de cem bilhões de cruzeiros e cerca de dois ou três meses de atuação da atual administração, contam à sociedade paranaense através dos veículos de comunicação social, num verdadeiro ato de magia, que essa dívida cai de cem para quatro bilhões de cruzeiros.

Ora, senhores deputados, se de outro lado, não nos promete o governo, porque aqui apreciamos o seu plano de governo, porque aqui apreciamos e tomamos conhecimento da proposta encerrada no Orçamento para 1983, no orçamento plurianual de investimentos, não existe previsão de grandes obras a não ser Salto Segredo que corre em paralelo. Não é possível, não é admissível que aumentemos a receita deste Estado, que não necessita a custa da sociedade paranaense como um todo.

É com desprazer, é com grande sentimento que nós verificamos na exiguidade de tempo deste período Extraordinário a apreciação de uma verdadeira reforma tributária, impondo-se ao homem comum paranaense, e em especial ao assalariado, parte

do sacrifício que resultará da adoção dessa medida, uma vez aprovada e tudo leva a crer que o caminho seja esse. A Mensagem n.º 249, encaminhada pelo senhor José Richa a este Poder, nós oferecemos como uma medida atenuante, como medida paliativa para um quadro de dificuldades que vai se acentuar no Estado, salvemos alguma coisa.

E eu estou me referindo que pretendo desde que essa mensagem seja acolhida pelos eminentes senhores deputados do PMDB, atenuar um pouco essas dificuldades. O propósito é justamente este, que o Estado transfira e de forma imediata no prazo de trinta dias esse diferencial que vai ser observado entre as normas tributárias em vigor e as normas tributárias que vigorarão a partir do próximo dia 1.º de janeiro.

Justamente esta diferença que não fique retida nos cofres do Tesouro do Estado enquanto flui o tempo para o estabelecimento de cálculos e critérios, para posterior liberação dos recursos ora referidos.

O que nós pretendemos, senhores deputados, é justamente que seja acelerada esta antecipação de transferência aos municípios, a fim de que o Estado do Paraná tome nesse caso a posição solidária que a própria C.P.I. da Falência dos municípios sugeriu, para que o Estado colabore com os senhores prefeitos municipais, no saneamento da dívida pública das diferentes células municipalistas do Estado do Paraná.

Nós queremos que com essa antecipação, evitando que o processo inflacionário galopante diminua, corra os valores resultantes desta majoração, fazendo com que o poder aquisitivo deste recurso, o poder de resultar novas riquezas mediante aplicação seja consideravelmente diminuído. O que nós pretendemos é que esta emenda possibilite o imediato acesso dos senhores prefeitos municipais ao produto desta arrecadação.

Quando nós estudamos aqui a proposta orçamentária para o governo José Richa, para o exercício de 1984, esse adicional de arrecadação não estava previsto porque nem sequer tinha-se esperança à época do surgimento dos recursos, como institucionalmente eles também não existiam.

Ora, fomos todos nós de certa forma apanhados de surpresa, pela própria situação nacional e que levou às pressas a aprovação da emenda Passos Porto. E foi a partir deste instante que as Unidades Federativas tiveram-lhes facultada a possibilidade de aumentar ou não o ICM. E se o Paraná o faz agora, o faz por autonomia do seu governo que encaminha pelo Poder Executivo, mensagem e apreciação deste Poder Legislativo. Se nós do PDS em perfeita consonância com as classes empresariais do Estado do Paraná e registrando aqui a solicitação da grande comunidade paranaense, não podemos deter a marcha inexorável do destino, porque seremos fatalmente derrubados pela maioria desta Casa, pedimos o bom senso dos senhores deputados que integram essa maioria, que possibilitem a aprovação dessa Emenda que antecipe, desde logo, o diferencial desses recursos, a fim de que os senhores prefeitos municipais tenham aí sim a atitude solidária do governo do PMDB, de cujo partido levantaram-se as mais insinuantes bandeiras em favor do municipalismo e, com elas, nós concordamos, para pedir-lhes sensibilidade, para pedir-lhes camaradagem, para pedir-lhes atenção às dificuldades vividas pelos municípios do Estado do Paraná, fazendo com que esta matéria seja aprovada.

A percepção desses recursos imediatos, desde logo, por parte dos senhores prefeitos municipais, será a contribuição inestimável, e que eles jamais se esquecerão, neste momento de dificuldades, em que a grande maioria dessas células municipalistas configuram-se dentro do lamentável quadro da insolvência do município.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está em votação a emenda de plenário do senhor deputado Odeni Mongruel.

Os deputados que aprovam permaneçam como estão. Rejeitado.

2ª DISCUSSÃO— Do Projeto de Lei n.º 250/83, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 165/83) que fixa o Módulo Unitário do Valor de Referência de Custas, de que trata o Art. 16, da Lei n.º 7.567, de 08.01.82, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer)— Para discutir, concedo a palavra ao senhor deputado Gilberto Carvalho.
O projeto tem emenda de plenário, também.

EMENDA N.º 01 - PLENÁRIO

Ao Projeto de Lei n.º 250/83

Súmula: Suprimie o art. 2.º do Projeto que trata do Regimento de Custas.

Art.— Suprima-se o art. 2.º do Projeto de Lei n.º 250/83.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1983.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - WERNER WANDERER - EZEQUIAS LOSSO - PÉRICLES PACHECO - TÉRCIO ALBUQUERQUE e GILBERTO CARVALHO.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Senhor presidente, senhores deputados.

Veja bem a incoerência no encaminhamento desta mensagem pelo senhor governador do Estado. (Lê):

“Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar em dezesseis mil cruzeiros um módulo unitário da referência de custas de que trata o artigo 16, da Lei n.º 7.567, de 8 de janeiro de 82, bem como adotar outras providências.

Embora já tenho em mãos, valiosos estudos propostos pela presidência do Egrégio Tribunal de Justiça, visando a completa reformulação do regimento de custas judiciais, o Executivo entende que, em face da exiguidade de tempo ainda disponível neste exercício para atividades legislativa, convém ser adotado, nesta oportunidade, solução mais simples”.

A justificativa está correta. Se o senhor governador do Estado tivesse tratado de uma solução mais simples, simplesmente uma solução para atender à emergência das custas para que as serventias dos cartórios possam pagar os seus funcionários o reajuste, agora em dezembro, décimo terceiro, e outros compromissos, uma vez que, já há um ano, não tem reajuste.

Então, elevando o valor referência de custo de dez mil para dezesseis, aumentando, portanto, 60 por cento, uma solução simples que não é o ideal, porquanto o custo de vida aumentou muito mais, o próprio aumento do servidor público foi de 65 por cento, vem um aumento de 60 por cento. Mas, junto, embute nesta mensagem, o artigo 2.º sobre todos os atos sujeitos à contribuição para carteira de Previdência Complementar, será cobrado uma taxa adicional correspondente a 20 por cento sobre o valor das respectivas custas, cuja arrecadação será destinada ao Fundo Penitenciário, criado pela Lei n.º 975, de 03 de novembro de 1964, definindo-se forma de recolhimento através de ato do Chefe do Poder Executivo.

Lembro-me muito bem quando foi apresentado, há poucos meses, um projeto de lei pelo eminente líder do governo, suspendendo o artigo 20, da Lei n.º 7.567, que possibilitava um reajuste das custas de acordo com o aumento da ORTN, alegando que havia distorção no regimento de custas, que as custas estavam muito elevadas. Se havia distorção das custas, a própria justificativa do governador está aqui, dizendo que houve um estudo criterioso através do Tribunal de Justiça e que lá está para ser encaminhado, mas dada a exiguidade de tempo não foi

possível ser feito o encaminhamento.

Mas esqueceu o senhor governador, quando concede um aumento de 60 por cento, para não onerar muito as partes, que este aumento que ele dá, que ele pede, da criação de 20 por cento para o Fundo Penitenciário, na realidade corresponde a mais 32 por cento de aumento.

Porque vejamos, senhor presidente, senhores deputados, um registro de nascimento, hoje com valor referência de CR\$ 10.000,00 a 1,2, custa CR\$ 1.200,00 cruzeiros. Com reajuste de 60 por cento, o valor referência de CR\$ 16.000,00 vezes 1,2, vai para CR\$ 1.900,00 e poucos cruzeiros. Com mais 20 por cento sobre este total, vai aumentar mais CR\$ 340,00. Passa de CR\$ 2.000,00 o valor referência.

Tenho aqui o cálculo feito. Um registro de nascimento ou atestado de óbito, que hoje custa CR\$ 1.200,00 com o aumento de 60 por cento, vai para CR\$ 1.920,00. Mais o Fundo Penitenciário, CR\$ 384,00 vai para CR\$ 2.304,00.

O governo que dizia procurar socorrer os mais necessitados, diminuir o custo de vida, como fica a LBA, que encaminha os pedidos de registro daquelas pessoas carentes e que mal paga o papel para proceder este ato, que não chega a CR\$ 500,00? Como vai discriminar o serventuário, ao fazer um registro encaminhado pela LBA, se ele tem que registrar em suas custas CR\$ 1.920,00 mais recolher uma taxa penitenciária para o Fundo de CR\$ 384,00 ?.

O casamento que hoje de acordo com as custas, custa 7.000,00, com o aumento vai para CR\$ 11.200,00 mais CR\$.. 2.240,00 para o Fundo Penitenciário, vai para CR\$ 13.440,00.

Nem o defunto, hoje, as partes, a família, deixam de contribuir. Porque quando morre, no atestado de óbito, o governo está criando um Fundo Penitenciário de CR\$ 384,00 para lavatura de um termo de óbito.

Por isto, faço um apelo neste momento, ao eminente líder do governo, para que analise a mensagem do governador que diz que dada a exiguidade do tempo, adotando solução mais simples vamos votar concedendo os 60 por cento, excluindo o artigo 2.º deixando esta Taxa Penitenciária para ser estudada por ocasião do estudo criterioso feito por uma Comissão constituída na Corregedoria Geral da Justiça, da qual participou o representante da Ordem dos Advogados do Brasil, o representante do Tribunal de Justiça, o representante do governo através da Procuradoria o representante dos serventuários da Justiça, deixa para março, quando o governo julgar oportuno o encaminhamento desta mensagem com um estudo criterioso, que veja a possibilidade de incluir esta taxa penitenciária ou não.

Os Cartórios já são os agentes cobradores e sem qualquer remuneração do FUNRURAL, do INPS, da obrigação de informar ao IBGE toda movimentação, da obrigação de mandar não sei quantas vias para vários setores e sem qualquer remuneração.

Agora, quem criar, constituir o serventuário, em mais um agente do governo, recolhendo o Fundo Penitenciário, por isso eu faço um apelo para que acatemos a emenda a emenda apresentada a este projeto, bem simples, não porque satisfaz o aumento dos 60 por cento, que não é o ideal, mas atendendo a exposição de motivos do senhor governador e que dada a exiguidade do tempo, encaminhava uma mensagem mais simples.

Vamos deixar os 60 por cento excluir este artigo segundo pretendia ontem encaminhar esta votação, para falar também sobre a sua inconstitucionalidade, porque a taxa sobre o valor referência já é uma taxa das custas e sobre estas custas outra taxa, que é a Taxa do Fundo Penitenciário; é uma bi-tributação por isso, eu faço um apelo, para que votemos esta emenda e ficando exclusivamente o artigo segundo e lembro mais ainda, se a intenção do governo foi beneficiar a classe dos serventuários com esta mensagem, é preferível e eu falo aqui em nome da classe, porque recebi expediente da Associação dos Serventuários, que é melhor que o governo não vote nada; que retire até os 60 por cento, que deixe como está, porque não é justo onerar ainda

mais a parte e levar o serventuário à pecha de estar cobrando, como cobra, para transferir em vários setores já e mais este Fundo Penitenciário que é um verdadeiro absurdo e por isso, não concordando, nós fazemos um apelo.

Mas, levantaram também a questão de que existe o Fundo Penitenciário no Estado de São Paulo; nós votamos agora há pouco uma mensagem do governo, criando a taxa judiciária, porque mais este Fundo?

O Sr. Erondy Silvério — Vossa excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu vejo o verdadeiro paradoxo dessa mensagem; ela determina que os serventuários no registro de nascimento e óbito pague um percentual para o Fundo Penitenciário. O cidadão mata um filho, matam um familiar desse cidadão, o assassinam; ele vai ao cartório tirar certidão de óbito e tem que contribuir para a manutenção desse criminoso; é um verdadeiro paradoxo. Nesse ponto vossa excelência tem toda a razão e eu quero congratular-me quando vossa excelência aborda essa questão com conhecimento de causa.

Vossa excelência estudou a matéria e melhor seria que o governo não tivesse enviado para esta Casa, a mensagem, que deixasse as custas como estavam, prejudicaria muito menos a classe dos serventuários da Justiça, principalmente os ofícios de registro civil.

Obrigado a vossa excelência.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Obrigado, nobre deputado.

É a justificativa que eu faço, depois de ouvir vários serventuários e a sua classe, a sua representação, que era melhor, que não votasse essa mensagem, que fosse devolvida e deixasse como está; por isso eu faço um apelo, ao líder do governo, que acate para pelo menos, solucionar esta emenda excluindo o artigo 2º e deixar para o mês de março, para um reestudo mais criterioso baseado naquele estudo feito por uma Comissão especializada e que esta Casa também possa melhor analisar esta matéria.

Eu não vou comentar ainda a outra mensagem encaminhada que foi a Taxa Judiciária, mas a hora em que forem fazer o cálculo de um inventário, vão ver quanto vai custar; e vemos jogar mais isto aqui em cima, porque todas as custas terão estas taxas que propõe o senhor governador do Estado.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Continua em discussão o Projeto de Lei nº 250/83 e a emenda de Plenário.

Encerrada a discussão. Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

A presidência solicita ao senhor 1º Secretário que faça a leitura da emenda apresentada ao Plenário.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê):

Emenda ao Projeto de Lei nº 250/83.

“Súmula: Suprime o artigo 2º do Projeto que trata do Regimento de Custas. Artigo. ... Suprima-se o artigo 2º do Projeto de Lei nº 250/83.”.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Está em votação a emenda; os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — (Para encaminhar a votação.

Senhor presidente, senhores deputados. Não tenho muita coisa a acrescentar às palavras do nobre deputado Gilberto Carvalho, que é bastante conhecedor das coisas que se relacionam à serventia de justiça do Estado. Mas, como autor da emenda, cumpre-me a obrigação de vir aqui para dizer dos motivos que

me levaram a apresentá-la.

Aliás, nesse período de Convocação Extraordinária, tem-se verificado votações e matérias que em outro período, sem dúvida alguma, exigiriam tempo maior de estudo e discussão por parte dos senhores deputados. A própria Lei vigente, a 7.567, também votada em período de Sessão Extraordinária, teve meu voto contrário, porque o objetivo principal da mensagem que a originou previa a criação da Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário. Na própria mensagem, e previa-se a participação, o recolhimento de 1 por cento das custas, esta Casa votou emenda, reduzindo para 0,5 por cento, isto é, reduzindo 50 por cento os recursos do fundo e introduzindo a mesma mensagem, valores, alterando o regimento de custas que está em vigor desde 1970.

Esta Casa esperava que chegasse a ela, encaminhada que fora pelo Presidente do Tribunal de Justiça, ao senhor governador, um estudo mais apurado, detalhado, sério, dos novos valores do Regimento de Custas Judiciais, porque é um documento sério e que atinge a todos os paranaenses; E isto não aconteceu, como disse o senhor deputado Gilberto Carvalho, na justificativa que o senhor governador do Estado faz à esta Casa, diz que dada a exigüidade do tempo, mandava um projeto mais simples, isto é, apenas dois artigos: um, que aumenta em 60 por cento o valor das custas, através do valor de referência, e o outro que é objetivo principal do Chefe do Executivo, em criar recursos para o sistema penitenciário; recursos que deveriam ser de outra área qualquer, menos dos serviços dos serventuários da Justiça, e dessa forma criasse como disse o senhor deputado Gilberto Carvalho, totalmente inconstitucional, porque é uma taxa sobre taxas. Como é que vai se extrair, vai se criar uma taxa adicional aos serviços dos serventuários da Justiça, dando uma destinação diferente? Por isso, a razão, senhores deputados, da apresentação da nossa emenda, que suprime o artigo 2º e ficando apenas o artigo 1º da mensagem, esperando que o senhor governador encaminhe o mais breve possível, no próximo ano, para esta Casa, um documento que tenha sido elaborado pelo Tribunal de Justiça, ou mesmo, com assistência dos senhores serventuários, da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná. Porque não se pode permitir-se o aumento no valor de referência pura e simplesmente, em percentagem. Como é que nós vamos ter 60 por cento de aumento para os serviços de registro de imóveis e dos Tabelionatos, cujos valores de seus serviços, são corrigidos sempre pelos valores dos títulos, pois, nós sabemos que os valores imobiliários acompanham quase sempre os valores da inflação e que não ocorre no Registro Civil que é o “boi da piranha”, nestas oportunidades. Ele, o crime e outros ofícios, talvez, o próprio civil.

Não se pode votar aqui uma lei dando uma percentagem idêntica a todos as serventias da Justiça.

Por isso que eu disse que documentos desta natureza têm que ser elaborados, apreciados, examinado por quem dele entende que são serventuários da Justiça, o próprio Tribunal de Justiça.

Por isso é que eu peço ao senhor deputado Nilso Sguarezi, que, inclusive, apresentou neste período legislativo, projeto de lei extinguindo o artigo 20, da Lei nº 7.567, depois dos clamores da Ordem dos Advogados, das entidades das mais diferentes do Paraná que reclamavam uma revisão da lei e o artigo 20 que dava semestralidade foi objeto do projeto do senhor deputado Nilso Sguarezi, líder do governo nesta Casa, que nesta oportunidade não se manifestaram.

Dai, senhor presidente e senhores deputados, muito simpático a forma desta mensagem, não se poderia jamais apreciar tal documento, porque não se pode, eu repito, dar mesmo números percentuais a ofícios diferentes.

Mas, como não há outra forma, não é possível que a serventia da justiça continue assim, enquanto uma inflação galopante de mais de 100 por cento foi congelada até dezembro os

valores de referência por uma emenda do senhor deputado Anibal Khury e, agora não me parece existir um outro caminho se não votar nesta mensagem como está no seu artigo 1.º dando reajuste de 60 por cento de forma geral à serventia da Justiça nos seus regimentos de custas, não votando o artigo 2.º que não tem nenhum objetivo, que não se pediu e que a classe dos servidores jamais até pensou na existência e foi em seu prejuízo em detrimento da justiça e dos servidores dela, de todo o Paraná inseriu-se na mensagem do governador este artigo 2.º, além de tudo, totalmente inconstitucional.

Era só, senhor presidente. (Sem revisão do orador).

Assume a presidência, o senhor deputado Nestor Baptista.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista). Em votação a emenda.
Rejeitada.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 254/83, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 171/83) que majora em 65 por cento os vencimentos do Funcionalismo Público Civil e Militar do Estado, a partir de 1.º de janeiro de 1984. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

2ª Discussão do Projeto de Lei n.º 254/83, com emenda de Plenário.

Em discussão o projeto e a emenda. Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Em votação a emenda n.º 01, de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezzi. Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

Em votação a emenda n.º 02, de autoria do senhor deputado Roberto Requião. **Aprovado.** Em votação a emenda n.º 03, de autoria do senhor deputado Airtton Cordeiro. **Rejeitada.**

EMENDA N.º 01 - PLENÁRIO. Ao Projeto de Lei n.º 254/83.

Art. 1.º — Passa a ter a seguinte redação.

Art. 1.º — Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros. Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas e o Soldo dos integrantes da Polícia Militar, ficam fixados, a partir de 1.º de janeiro de 1984, de acordo com os valores constantes das tabelas anexas, respeitado o disposto na Lei 7784, de 14 de dezembro de 1983.

Sala das Sessões, em

(aa) NILSO SGUAREZI, NESTOR BAPTISTA, ERONDY SILVÉRIO, WERNER WANDERER e EDMAR LUIZ COSTA.

EMENDA N.º 02 - PLENÁRIO Ao Projeto de Lei n.º 254/83.

Acrescente-se onde couber:

Art. — Para atender o pagamento da gratificação a que se refere o Art. 1.º da Lei n.º 7770, de 13 de dezembro de 1983, a Secretaria de Finanças, recolherá, mensalmente, em Caderneta de Poupança, de estabelecimento bancário do Estado, a importância correspondente a 1/12 (um doze avos) dos vencimentos básicos dos funcionários civis e militares do Estado e o resultado final irá se constituir no valor real da gratificação.

§ 1.º — Ocorrendo aumentos salariais ou promoções, a Secretaria de Finanças recolherá a partir do mês correspondente, em parcelas já depositadas e calculadas sobre o valor antigo e o novo valor, para que, ao final do ano tenha o Estado depositado o valor fixado por Lei.

§ 2.º — Da mesma maneira que para os estatutários procederá o Estado para com os servidores regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 3.º — O funcionário que, antes do dia 15 de dezembro de

cada ano, por motivo de força maior ou não, movimentar a Caderneta de Poupança aberta pelo Estado em seu nome, perderá o direito aos depósitos posteriores, ficando-lhe assegurado, no entanto, a percepção da diferença entre o valor nominal da gratificação e o resultado creditado na caderneta na data do movimento, quando este ainda não tenha atingido o valor da gratificação devida.

§ 4.º — O dispositivo contido neste artigo será regulamentado por Decreto do Poder Executivo num prazo de trinta (30) dias da data de vigência desta Lei.

Sala das Sessões, em
(a) ROBERTO REQUIÃO

Apoiamento: Erondy Silvério, Hermas Brandão, Fiori Luiz, Luiz Alberto Oliveira, Tércio Albuquerque, Amélia Hruschka, Péricles Pacheco, Mário Pereira, Irondi Pugliesi, Eduardo Baggio, Sabino Campos, Gilberto Carvalho, Airtton Cordeiro, Basílio Zanusso, Edmar Luiz Costa, Ivan Gubert, Anibal Khury, Nelson Vasconcellos, Tadeu França, Djalma de Almeida César, Ervin Bonkoski, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ezequias Losso, Augusto Carneiro, José Antônio Fonseca, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos e Antônio Anibelli.

JUSTIFICATIVA:

A emenda que ora se pretende incluir no presente projeto de lei, substitui dispositivo semelhante, incluído por iniciativa deste deputado, na Lei n.º 7770, de 13 de dezembro de 1983, e, vetado pelo excelentíssimo senhor governador do Estado, por dúvidas técnicas, esclarecidas nesta oportunidade.

A matéria, de alto conteúdo social, tem como finalidade proporcionar, sem qualquer ônus para o Estado, um aumento na gratificação instituída por aquela lei, reforçar, com recursos do Tesouro ao Banestado, muito especialmente em sua Carteira Imobiliária, favorecendo, assim, os candidatos à aquisição de casa própria.

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI N.º 254/83. DE PLENÁRIO N.º 03.

Art. 1.º — Os atuais níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em Comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas e o Soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado, ficam majorados a partir de 1.º de janeiro de 1984 em 95 por cento.

Art. 2.º — O valor unitário do salário-família, atribuído ao funcionalismo estadual, fica fixado em CR\$ 2.423,00 (dois mil, quatrocentos e vinte e três cruzeiros).

Art. 3.º — O valor mensal das pensões especiais, previsto no art. 3.º da Lei n.º 7.722, de 1.º de julho de 1983, fica fixado em CR\$ 34.702,00 (trinta e quatro mil, setecentos e dois cruzeiros).

Art. 4.º — A gratificação de produtividade de que trata o art. 4.º, da lei n.º 7.722/83, fica majorada em 95 por cento.

Art. 5.º — Os valores atingidos pelo art. 5.º da Lei n.º 7722/83, ficam majorados em 95 por cento, desprezadas as frações de cruzeiros.

Art. 6.º — As disposições desta lei, aplicam-se no que couber ao pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o servidor tenha sido aposentado, reformado ou colocado em disponibilidade.

§ Único — A média das vantagens instituídas pela Lei n.º 6.212, de 09 de agosto de 1971, incorporada aos proventos dos inativos, fica com seu valor acrescido de 95 por cento.

Art. 7.º — Fica o Poder Executivo, autorizado a, mediante decreto e sempre que houver alteração do valor do salário-mínimo regional, conceder ao funcionalismo, antecipação parcial do aumento semestral de vencimentos, até o valor do referido, salário mínimo.

Art. 8.^o — Aos integrantes das categorias funcionais de Assistente de Engenharia e Psicólogo, do Quadro Geral do Poder Executivo, fica atribuída a gratificação de que trata a Lei n.^o 6.569, de 25 de junho de 1974, em valor igual ao pago ao Assistente Judiciário.

Art. 9.^o — A Verba de Representação de que tratam as Leis n.^{os} 7.265, de 10 de dezembro de 1979, 7.443, de 29 de dezembro de 1980 e 7.546 de 10 de dezembro de 1981, atribuída aos Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, ficam com seu percentual igual ao atribuído aos Conselheiros do mesmo Tribunal.

Art. 10.^o — A Gratificação de Representação paga aos integrantes do Quadro Especial da Procuradoria Geral do Estado, fica a partir de 1.^o de janeiro de 1984, paga na base de 70 % (setenta por cento), sobre os respectivos vencimentos, a título de Verba de Representação, incorporável aos mesmos vencimentos para todos os efeitos legais.

Art. 11.^o — Os vencimentos dos cargos não abrangidos especificamente pelas Tabelas constantes dos vencimentos do funcionalismo Público Civil e Militar do Estado, ficam majorados em 95 % (noventa e cinco por cento).

Art. 12.^o — Ao servidor civil estatutário, cuja remuneração ou proventos, seja relativo a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, bem como ao integrante da Polícia Militar do Estado, que perceber o montante dessa remuneração ou proventos no valor inferior ao equivalente a 2 (dois) salários-mínimos, vigentes por ocasião da publicação da presente lei, será pago a título de abono provisório, o valor correspondente à diferença existente entre o referido montante, e o equivalente aos mencionados salários-mínimos, ressalvados os casos de inativação proporcional ao tempo de serviço e de carga horária inferior a 40 (quarenta) horas semanais, casos em que a proporcionalidade deverá ser mantida.

§ único — O abono de que trata esse artigo, somente será pago enquanto o beneficiado perceber valor inferior ao equivalente a 2 (dois) salários-mínimos vigentes por ocasião da publicação da presente lei.

Art. 13.^o — Esta lei entrará em vigor em 1.^o de janeiro de 1984, ficando revogado o art. 9.^o, da Lei n.^o 7.501, de 13 de outubro de 1981, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em
(a) AIRTON CORDEIRO.

JUSTIFICATIVA:

Com a presente emenda substitutiva pretendemos estabelecer um aumento de vencimento ao funcionalismo público Estadual mais coerente com a crescente inflação que vem assolando nosso País, nestes últimos anos.

No ano de 1983, o percentual inflacionário foi além dos 200 %, ocasionando assim, um desequilíbrio dos mais significativos à classe do funcionalismo público Estadual. Estabelecendo um percentual de aumento de 95 % (Noventa e cinco por cento) a defasagem por que vem passando a classe funcional será menor e mais condizente com a realidade.

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei Complementar n.^o 256/83, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.^o 173/83) que objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar n.^o 1, de 02.08.72, que instituiu o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.^o 257/83, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.^o 174/83) que transforma em autarquia, vinculada à Secretaria de Segurança Pública, o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), atualmente órgão da Administração Direta, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P. por unanimidade.

Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.^o 258/83, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.^o 175/83) que objetiva acrescentar parágrafos ao artigo 160, da Lei n.^o 1943, de 23.06.54 (Código da Polícia Militar do Estado), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei Complementar n.^o 260/83, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.^o 177/83), que objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar n.^o 14, de 26.05.82, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado, conforme especifica. **Aprovado por unanimidade.**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.^o 260/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.^o — O Inciso IV, do Art. 5.^o; os incisos V e VI do Art. 6.^o, com supressão do inciso VII; o art. 13 e seus incisos; o art. 15; o art. 16 e seu parágrafo único; o art. 19, com supressão do seu parágrafo único; o art. 22; o art. 23; o art. 24; o art. 26,, com supressão dos incisos e acréscimo de um Parágrafo Único; o Parágrafo Único, do art. 28; o Art. 34; os §§ 3.^o e 4.^o, do Art. 37; o § 2.^o com acréscimo do § 3.^o, do art. 39,, o Art. 40, com acréscimo dos §§ 1.^o e 2.^o; o § 1.^o, do Art. 41; o inciso I, do Art. 43; o Art. 44 e seu § 2.^o; o inciso I do Art. 77; o Art. 86 e seus §§ 1.^o, 2.^o e 3.^o com acréscimo dos §§ 4.^o, 5.^o e 6.^o, o acréscimo de um Parágrafo Único, ao art. 94; o Parágrafo Único ao Art. 98 passa a ser § 1.^o, com acréscimo do § 2.^o; o Art. 179, e dois parágrafos; o Art. 181; o Art. 189, fica acrescido do inciso VIII; o inciso I do Art. 191; o inciso IX, do art. 210; o § 1.^o, do Art. 216, o Art. 217, fica acrescido dos §§ 1.^o a 4.^o, o inciso II, do Art. 225,, o inciso XII, do Art. 230, os incisos II, III e IV, do Art. 238; o § 3.^o, do Art. 242; o Art. 244, fica acrescido do § 8.^o; o Art. 247; os incisos I e III, do Art. 260; o § 1.^o, do Art. 262; o Art. 266 fica acrescido de um Parágrafo Único; o Art. 274; o Art. 285; o Art. 289; o Art. 290; o Art. 291; os §§ 1.^o e 3.^o, do Art. 295 e o Art. 300, da Lei Complementar n.^o 14, de 26 de maio de 1982, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5.^o —

IV — A nível de Execução:

- a) Divisões Policiais;
- b) Centro de Operações Policiais Especiais;
- c) Escola de Polícia Civil;
- d) Instituto Médico Legal;
- e) Instituto de Criminalística;
- f) Instituto de Identificação;
- g) Centro de Triagem;
- h) Subdivisões Policiais;
- i) Delegacias de Polícia;
- j) Subdelegacias de Polícia, e
- l) Outras unidades policiais civis auxiliares."

Art. 6.^o —

V — pelos Diretores da Escola de Polícia Civil e dos Institutos Médico Legal, de Criminalística e de Identificação, e

VI — por um membro designado pelo Secretário de Estado da Segurança Pública".

Art. 13 — São carreiras policiais:

- I — Delegado de Polícia;
- II — Comissário de Polícia; (em extinção)
- III — Detetive;
- IV — Agente de Segurança;
- V — Médico Legista;
- VI — Químico Legal;

VIII — Toxicologista;

IX — Escrivão de Polícia

X — Perito Policial; (em extinção)

XI — Datiloscopista;

XII — Técnico em Telecomunicações Policiais;

XIII — Técnico em Manutenção Policial;

XIV — Identificador Datiloscópico;

XV — Operador em Telecomunicações Policiais;

XVI — Carcereiro;

XVII — Auxiliar de Manutenção Policial, e

XVIII — Auxiliar de Necropsia."

Art. 15 — Os concursos públicos serão planejados e organizados pelo Conselho da Polícia Civil e executados pela Escola de Polícia Civil, sob a supervisão da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e terão validade máxima de dois anos, prorrogáveis por igual prazo, contados da homologação e reger-se-ão por instruções especiais que estabelecerão em função da natureza do cargo."

Art. 16 — Havendo vaga que deva ser provida através de concurso público, o Conselho da Polícia Civil solicitará à Secretaria de Estado da Segurança Pública, a necessária autorização governamental para a abertura do concurso.

Parágrafo Único — Das instruções para o concurso público, constarão: limite de idade, número de vagas, requisitos de ordem moral, física e mental, e exigências de provas ou de provas e títulos".

Art. 19 — Para os candidatos às carreiras policiais de Detetive e Agente de Segurança, de ambos os sexos, será exigida a altura mínima de um metro e sessenta centímetros".

Art. 22 — Procedidas as fases do concurso público, exigidas para a admissão ao cargo correspondente, proceder-se-á a classificação final, a qual será encaminhada ao Secretário de Estado da Segurança Pública, para fins de homologação".

Art. 23 — Os cargos de carreira previstos no Quadro de Pessoal da Polícia Civil são providos por:".

Art. 24 — Fica vedada a acumulação de cargos a servidores policiais civis, ressalvados os casos de acumulação já existentes, na forma prevista nesta Lei".

Art. 26 — Sob pena de responsabilidade da autoridade que der posse, o ato de provimento deverá conter a indicação da existência da vaga, com os elementos capazes de identificá-la.

Parágrafo Único — Se, dentro do prazo de dois anos for constatado o descumprimento de qualquer requisito legal para a posse, esta será anulada e revogado Decreto de Nomeação".

Art. 28 —

Parágrafo Único — Ninguém poderá ser empossado em cargo efetivo, sem declarar que não exerce outro cargo ou função pública da União, dos Estados, Municípios, de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou fundações instituídas pelo Poder Público, ou sem provar que solicitou exoneração ou dispensa do cargo ou função que ocupava em qualquer dessas entidades."

"Art. 34 — A promoção e o acesso não interrompem o exercício, que é contado na nova classe à partir da data da publicação do respectivo ato".

Art. 37 —

§ 3.º — Quando o servidor policial civil em estágio probatório não preencher qualquer dos requisitos enumerados no § 1.º, deste artigo, caberá ao seu chefe imediato, sob pena de responsabilidade funcional, provocar perante o Conselho de Polícia Civil, a instauração do competente processo disciplinar.

§ 4.º — O Conselho de Polícia Civil designará Comissão Especial, integrada por 3 (três) servidores policiais civis, estáveis e presidida por Delegado de Polícia, sem prejuízo das respectivas funções, para proceder o processo referido no parágrafo

anterior, que se conformará no rito estabelecido no Art. 243 e seguintes, desta lei".

Art. 39 —

§ 2.º — O servidor policial civil removido, deve entrar em exercício do cargo ou função na nova sede, nos seguintes prazos:

a) 8 (oito) dias, se for para outro município, e

b) 3 (três) dias, no mesmo município.

§ 3.º — Os prazos constantes do parágrafo anterior, poderão ser prorrogados por igual período, a critério do Delegado da Polícia Civil".

"Art. 40 — Promoção é a elevação seletiva gradual e sucessiva do servidor policial civil estável à vaga de classe imediatamente superior àquela a que pertença, pelos critérios do merecimento e antigüidade, na proporção de quatro quintos e um quinto, respectiva e alternadamente, na forma da regulamentação específica.

§ 1.º — A promoção deverá ocorrer dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da abertura da vaga.

§ 2.º — A promoção para Delegado de Polícia de 1.ª classe dar-se-á exclusivamente pelo critério de merecimento".

"Art. 41 —

§ 1.º — As vagas verificadas nas classes iniciais de Detetive, Datiloscopista, Técnico em Telecomunicações Policiais e Técnico em Manutenção Policial, serão providas da classe final de Agente de Segurança, Identificador Datiloscópico, Operador em Telecomunicações Policiais e Auxiliar de Manutenção Policial, respectivamente, observado o previsto neste artigo e na regulamentação própria".

"Art. 43 —

I — estiver respondendo à sindicância ou processo disciplinar".

"Art. 44 — A promoção por merecimento, proposta pelo Conselho da Polícia Civil através de lista tríplice, baseia-se no conjunto de qualidade e atributos que distinguem e realçam o valor do servidor policial civil, avaliado no decurso da carreira e no desempenho de funções ou missões, ao ser cogitado para a promoção, e, ainda:

.....

§ 2.º — O servidor policial civil que tiver figurado em lista anterior de promoção por merecimento, só poderá ser excluído se, em votação preliminar, o Conselho da Polícia Civil assim o decidir, por maioria absoluta. Em caso contrário, a votação será feita apenas para completar a lista tríplice, que deverá ser organizada obrigatoriamente para cada vaga a ser preenchida".

"Art. 77 —

I — nomeado para cargo em comissão, ressalvado o direito de opção".

"Art. 86 — A gratificação de representação, fixada em 60 % (sessenta por cento) sobre os vencimentos e adicionais destina-se a indenizar as despesas extraordinárias decorrentes de ordem social ou profissional, inerente à representação do servidor policial civil na comunidade e de representatividade da instituição policial civil.

§ 1.º — A gratificação de representação fica atribuída aos integrantes da carreira policial prevista no inciso I, do Art. 13, desta Lei.

§ 2.º — A gratificação de representação terá vigência a partir do mês em que o servidor policial civil entrar em exercício do cargo.

§ 3.º — Será mantida a percepção da gratificação de representação, nos afastamentos por motivo de férias, dispensa ao serviço, licença para tratamento de saúde, até sessenta dias, falecimento de ente familiar e gala, até 8 dias e licença especial.

§ 4.º — A gratificação de representação será paga somente ao servidor policial civil que esteja no efetivo exercício de suas funções em unidade policial civil do Departamento da Polícia Civil ou unidade administrativa da estrutura organizacional básica da

Secretaria de Estado da Segurança Pública.

§ 5.º — Será suspenso o pagamento da gratificação de representação do servidor policial civil indiciado em sindicância ou processo disciplinar, cujo valor receberá, se absolvido. No caso de punição, o restabelecimento ocorrerá após o cumprimento da pena.

§ 6.º — Fica vedada a percepção da gratificação de representação, pelo servidor policial civil que estiver acumulando cargos, funções ou perceber qualquer vantagem financeira, proveniente de atividade estranha ao serviço policial”.

“Art. 94 —

Parágrafo Único — A concessão de um mês de vencimento como ajuda de custo, dispensa a apresentação de comprovante de gastos.”

“Art. 98 —

§ 1.º — O servidor policial civil, sempre que preferir, poderá receber integralmente, a ajuda de custo, já na sede da nova repartição, unidade ou serviço.

§ 2.º — O valor do vencimento a ser pago como ajuda de custo, é o que vigora na data em que o servidor policial civil promover a mudança para a nova sede, dentro do prazo estabelecido nos §§ 2.º e 3.º, do Art. 39, desta lei.

“Art. 179 —

§ 1.º — Nenhum servidor policial civil inativo poderá ter os seus proventos de inatividade inferior ao vencimento da classe inicial da carreira correlata àquela em que foi aposentado, acrescidos do percentual dos adicionais e demais vantagens incorporadas, ressalvados os casos de aposentadoria proporcional ao tempo de serviço, cuja proporcionalidade deverá ser mantida.

§ 2.º — Nos casos em que as denominações das carreiras tiverem sofrido modificações, a correlação será apurada em face dos requisitos exigidos pelas respectivas leis que estabeleceram tais modificações”.

“Art. 181 — Disponibilidade é o afastamento do serviço do servidor policial civil efetivo em virtude de extinção do cargo, da declaração de sua desnecessidade ou conveniência da administração policial”.

“Art. 189 —

VIII — classificação definitiva no Quadro Suplementar.”

“Art. 191 —

I — da publicação do ato de promoção, acesso, readaptação, aposentadoria, exoneração, demissão ou classificação definitiva no Quadro Suplementar do ocupante do cargo”.

“Art. 210 —

XI — não utilizar para fins particulares sob qualquer pretexto, instalações, veículos, material ou equipamento destinado ao uso oficial”.

“Art. 216 —

§ 1.º — O Conselho da Polícia Civil, por 2/3 (dois terços) de seus membros, poderá decidir pelo afastamento temporário ou não do exercício do cargo ou das funções, com supressão das vantagens previstas nesta lei, e por maioria simples, sobre a progressão funcional ou não do servidor policial civil, processado criminalmente”.

“Art. 217 —

§ 1.º — O servidor policial civil, indiciado em Processo Disciplinar, será obrigatoriamente afastado do exercício com perda de 50 % (cinquenta por cento) do vencimento ou remuneração tendo direito à diferença, se for, a final, absolvido.

§ 2.º — Idêntica medida deverá ser tomada com relação ao servidor policial civil indiciado em Sindicância, quando a transgressão disciplinar for de natureza grave.

§ 3.º — O restabelecimento do vencimento ou remuneração do servidor policial civil punido, só ocorrerá após o cumprimento da pena.

§ 4.º — Sob pena de responsabilidade, o ato de afastamento

do servidor policial civil do exercício com a supressão do pagamento do percentual respectivo, é de competência do Conselho da Polícia Civil, a quem deve ser comunicada de imediato a instauração do respectivo procedimento administrativo”

“Art. 225 —

II — prática de transgressão disciplinar durante a execução de serviço policial”.

“Art. 230 —

XII — transgressões dos incisos, I, II, III, V, VI, XI, XII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXVI, XXXII, XXXIII, XLI, XLIII, XLVI, XLVII, XLVIII, XLIX, L, LI, LIII, LVIII, LXII, LXIII, LXIV, LXVI, LXVII e LXX, do art. 213, desta lei.

Art. 238 —

II — o Secretário de Estado da Segurança Pública, em qualquer pena, ex-offício ou em grau recursal, excetuadas as de competência privativa do Governador do Estado;

III — O Conselho da Polícia Civil, ex-offício, em casos de advertência, repreensão e suspensão, e

IV — o Delegado Geral da Polícia Civil, no caso de destituição de função e remoção compulsória”.

“Art. 242 —

§ 3.º — Na sindicância serão ouvidas até duas testemunhas, após o interrogatório do sindicato, o qual encerrada a inquirição deverá apresentar, no prazo de quarenta e oito horas, defesa escrita, juntando documentos e arrolando até mais duas testemunhas.”

“Art. 244 —

§ 8.º — De ofício, ou mediante proposta fundamentada do Conselho da Polícia Civil, o Secretário de Estado da Segurança Pública, poderá determinar a constituição de Comissões Especiais de Disciplina, com observância do disposto no § 1.º, deste artigo”.

“Art. 247 — Achando-se o acusado em lugar incerto, ignorado ou inacessível, far-se-á a citação por edital, publicado no Diário Oficial do Estado, com prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação”.

“Art. 260 —

I — à contagem de tempo de serviço relativo ao período em que haja estado preso, ou afastado do exercício, quando de processo disciplinar resultar absolvição ou pena de advertência, ou repreensão:

III — à contagem do período de prisão administrativa e ao pagamento do vencimento e de todas as vantagens do exercício desde que reconhecida a sua inocência”.

“Art. 262 —

§ 1.º — O servidor policial civil nas condições deste artigo, ficará recolhido em sala especial, sendo-lhe defeso exercer qualquer atividade funcional ou sair da unidade, sem expressa autorização do Juízo de Direito a cuja disposição se encontre”.

“Art. 266 —

Parágrafo Único — Compete ao Secretário de Estado da Segurança Pública decidir sobre o recebimento ou não do recurso previsto neste capítulo, depois de instruído na forma determinada no Art. 265”.

Art. 274 — Os integrantes das carreiras policiais civis terão regime especial de trabalho, em base de vencimentos fixados e atualizados por lei, levando-se em conta a natureza específica das funções e condições para seu exercício, os riscos a ela inerentes, a irregularidade dos horários de trabalho, sujeitos a plantões e chamados a qualquer hora, bem como, a proibição legal do exercício de outras atividades remuneradas ressalvado o magistério”.

ALTERAÇÕES AO ANEXO I, DO
QUADRO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL
Artigo 290 desta Lei

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA			
CARREIRAS	Classes	Nº Cargos	CARREIRAS	Classes	Nº Cargos	ACESSO
Agente de Segurança	1ª	100	Agente de Segurança	1ª	230	Detetive 4ª classe
Agente de Segurança	2ª	360	Agente de Segurança	2ª	460	
Agente de Segurança	3ª	540	Agente de Segurança	3ª	690	
Agente de Segurança	4ª	720	Agente de Segurança	4ª	920	
		<u>1.800</u>			<u>2.300</u>	
Motorista Policial	1ª	50	Serão enquadrados na classe correspondente da carreira policial de Agente de Segurança			
Motorista Policial	2ª	100				
Motorista Policial	3ª	150				
Motorista Policial	4ª	200				
		<u>500</u>				
Auxiliar de Necrópsia	1ª	03	Auxiliar de Necrópsia	1ª	06	
Auxiliar de Necrópsia	2ª	06	Auxiliar de Necrópsia	2ª	12	
Auxiliar de Necrópsia	3ª	09	Auxiliar de Necrópsia	3ª	18	
Auxiliar de Necrópsia	4ª	12	Auxiliar de Necrópsia	4ª	24	
		<u>30</u>			<u>60</u>	
Servente de Necrópsia	1ª	03	Serão enquadrados na classe correspondente da carreira policial de Auxiliar de Necrópsia			
Servente de Necrópsia	2ª	06				
Servente de Necrópsia	3ª	09				
Servente de Necrópsia	4ª	12				
		<u>30</u>				
			Delegado de Pol. Fem.	1ª	02	
			Delegado de Pol. Fem.	2ª	04	
			Delegado de Pol. Fem.	3ª	06	
			Delegado de Pol. Fem.	4ª	08	
					<u>20</u>	
Perito Criminal	1ª	08	Perito Criminal	1ª	16	
Perito Criminal	2ª	16	Perito Criminal	2ª	32	
Perito Criminal	3ª	24	Perito Criminal	3ª	48	
Perito Criminal	4ª	32	Perito Criminal	4ª	64	
		<u>80</u>			<u>160</u>	
Perito Policial	1ª	08	Serão incluídos na Parte Suplementar do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, no cargo de Perito Policial, classe única.			
Perito Policial	2ª	16				
Perito Policial	3ª	24				
Perito Policial	4ª	32				
		<u>80</u>				

PARTE SUPLEMENTAR: (Extintas ao vagarem) Comissário de Polícia e Perito Policial, Classe única.

"Art. 285 — É incorporável aos proventos de aposentadoria de servidor policial civil a gratificação prevista no inciso II, do Art. 281 combinado com o Art. 86 e parágrafos, desta lei, desde que esteja percebendo ao formular o pedido de inativação"

"Art. 289 — As carreiras de Perito Criminal, Químico Legal, Toxicologista, Médico Legista e Identificador Datiloscópico poderão concorrer candidatos do sexo feminino, tomando por base o percentual de 30 % (trinta por cento) sobre o total de cargos vagos na classe inicial da respectiva carreira, a serem preenchidas através de concurso público".

"Art. 290 — O Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado é o constante do Anexo I, com as alterações introduzidas por esta lei".

"Art. 291 — Os vencimentos dos ocupantes de cargos das séries de classe das carreiras policiais civis, serão calculados, de acordo com os índices percentuais estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical contida no Anexo II, desta Lei, tomando-se por base o vencimento global mensal percebido pelo Delegado de Polícia de 1.^a Classe, fixado em CR\$ 353.515,00 (trezentos e cinquenta e três mil e quinhentos e quinze cruzeiros) valor esse reajustado sempre que forem alterados os vencimentos do funcionalismo em geral, nos mesmos percentuais e época de vigência.

Art. 295 —

§ 1.^o — O cargo de Delegado Geral Adjunto da Polícia Civil e dos titulares da Corregedoria da Polícia Civil, da Assessoria Civil da SESP, da Secretaria Executiva, das Divisões Policiais Especiais, das Inspetorias, do Centro de Operações Policiais, da Central de Apoio da 1.^a Subdivisão Policial e do Centro de Triagem serão escolhidos dentre os integrantes da Carreira de Delegado de Polícia da classe mais elevada.

§ 3.^o — Os titulares da Assessoria Técnica, da Escola de Polícia Civil e do Instituto de Identificação, serão escolhidos dentre ocupantes das classes mais elevadas das carreiras policiais civis de nível universitário."

"Art. 300 — O Instituto de Polícia Técnica passa a denominar-se Instituto de Criminalística".

Art. 2.^o — Fica instituído na Polícia Civil o Quadro Suplementar, no qual será compulsoriamente classificado o servidor policial civil:

- I — em disponibilidade;
- II — contra o qual foi instaurado processo de readaptação;
- III — em licença para tratar de interesse particular;
- IV — que completou 35 (trinta e cinco) anos de efetivo serviço público e haja atingido a classe final da respectiva carreira policial e não tenha direito a acesso, e

V — que for colocado a disposição de órgãos não pertencente à estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 3.^o — O servidor policial que integrar definitivamente o Quadro Suplementar, abre vaga na classe correspondente.

§ 1.^o — Abrirão vagas os casos estabelecidos nos incisos I e IV, do artigo anterior.

§ 2.^o — Nos casos previstos nos incisos II, III e V, do artigo anterior, em que a inclusão no Quadro Suplementar é transitória poderá ser nomeado substituto na classe inicial, desde que exista servidor policial civil ou funcionário público estável habilitado em concurso público ainda com validade, para a respectiva carreira policial, substituto este, que retornará à situação funcional anterior, assim que cessar a transitoriedade do ocupante efetivo no cargo, o qual, obrigatoriamente retornará ao Quadro Efetivo.

§ 3.^o — O servidor policial civil classificado no Quadro Suplementar na forma prevista nos incisos I e IV, deixará de perceber a gratificação de representação, cujo pagamento será suspenso no mês em que ocorrer a classificação.

Art. 4.^o — A Classificação de servidor policial no Quadro Suplementar ou sua revogação, compete ao Secretário de Estado

da Segurança Pública, por proposta do Conselho da Polícia Civil.

Art. 5.^o — As carreiras policiais de Morotista Policial e Servente de Necrópsia, ficam extintas, sendo os seus ocupantes enquadrados na classe correspondente, das carreiras policiais de Agentes de Segurança e Auxiliar de Necrópsia, respectivamente, assim como acrescidas as vagas dos quadros das carreiras policiais extintas, aos quadros correspondentes.

Art. 6.^o — Fica extinta a carreira policial de Perito Policial, passando os seus ocupantes a integrar a Parte Suplementar do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, no cargo de Perito Policial, Classe Única, com vencimentos fixados em 60 % (sessenta por cento) dos vencimentos dos cargos de Delegado de Polícia de 1.^a classe.

§ 1.^o — As vagas da carreira policial extinta, ficam acrescidas ao Quadro da carreira policial de Perito Criminal.

§ 2.^o — Os Peritos Policiais que satisfizerem os requisitos exigidos para ingresso na classe inicial da carreira policial de Perito Criminal, e possuam, inclusive, o curso de formação específico da Escola de Polícia Civil do Paraná, serão, a pedido, e sob proposta do Conselho da Polícia Civil, enquadrados, nesta carreira afim.

Art. 7.^o — Fica criada a carreira policial de Delegado de Polícia Feminino, com quadro composto de 8 (oito), 6 (seis), 4 (quatro), e 2 (duas) vagas na 4.^a, 3.^a, 2.^a e 1.^a classe, respectivamente, num total de 20 (vinte) vagas.

Parágrafo Único - A atual ocupante do cargo de Delegado de Polícia de 3.^a Classe, passa a integrar o quadro de Delegado de Polícia Feminino, na classe correspondente.

Art. 8.^o — Ficam criados no Departamento da Polícia Civil, 4 (quatro) cargos de provimento em comissão, símbolo 1- C, de Assessor.

Art. 9.^o — Ficam revogados o inciso V, do Art. 9.^o, o inciso XV, do Art. 10; o Parágrafo Único do Art. 19; o inciso LXVIII do Art. 213; o Art. 245 e Parágrafo Único; o inciso II, do Art. 260 e o Art. 303 e Parágrafo Único da Lei Complementar n.^o 14 de 26 de maio de 1982.

Art. 10 — As normas referentes ao Quadro Suplementar constantes dos Arts. 2.^o e 3.^o e seus incisos e parágrafos, passam a vigorar após a vigência da presente lei.

Art. 11 — Esta Lei, ressalvado o disposto no artigo anterior entrará em vigor em 1.^o de janeiro de 1984, revogadas as demais disposições em contrário.

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.^o 261/83, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.^o 179/83), que autoriza o Poder Executivo doar ao município de Londrina, o imóvel constituído de duas áreas contíguas de terra contendo prédio em alvenaria de tijolos, onde funciona o antigo Fórum, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.^o 261/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Londrina, o imóvel constituído de duas áreas contíguas de terras perfazendo no total 1.723,67 m.² da quadra n.^o 33, do quadro urbano, situado à Avenida Rio de Janeiro, esquina com a Alameda Manoel Ribas, antiga Rua Santa Catarina, contendo um prédio em alvenaria de tijolos, de dois pavimentos onde funcionava o antigo Fórum, objeto das transcrições n.^{os} de ordens 7.659 e 17.325 dos livros 3/10 e 3/21, de transcrição das Transmissões do 1.^o Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Londrina.

Art. 2.^o — O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior, somente poderá ser utilizado para a instalação da Biblioteca Pública, não podendo em qualquer tempo ser transferido ou cedido a qualquer título a terceiros ou utilizado para ou-

tros fins, sob pena de reversão do mesmo ao patrimônio do Estado, independente de qualquer interpelação ou notificação.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei n.º 261/83.

Por intermédio da Mensagem Governamental n.º 179/83, o Poder Executivo propõe a doação ao município de Londrina do imóvel constituído de duas áreas de terras contíguas, para ser utilizado pela Prefeitura, como Biblioteca Pública, defesa a utilização para outros fins.

Solicita o senhor governador do Estado que tal matéria seja incluída entre as arroladas para o atual período de Convocação Extraordinária desta Casa.

Encontra-se a iniciativa entre aquelas de competência reservada ao Poder Executivo, segundo dispõe a Constituição Estadual. Jurídica e formalmente, está o projeto isento de falhas ou omissões, encontrando-se, dessa forma, em condições de prosseguir sua normal tramitação pelos demais órgãos da Assembléia Legislativa.

Em tais circunstâncias, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de dezembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

HOMERO OGUIDO — Relator

O SR. PRESIDENTE (~~Werner Wanderer~~) Sobre a Mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Annibelli constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da senhora Cinthia Luciane Maia Lustosa, ocorrido no dia 18 de dezembro do corrente ano. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final de todos os projetos de lei contidos na Ordem do Dia no Período de Convocação Extraordinária — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando voto de louvor aos integrantes do Centro de Operações Policiais Especiais - COPE, e de modo especial ao Delegado Mauro Castro, pela eficiência demonstrada ao solucionar o caso do seqüestro do menor Fábio Lechenecoski. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao doutor Edouard Elias Thomé, funcionário deste Poder, pela sua eleição em edição especial do jornal "Diário Popular", como "Servidor do Ano". **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados no pagamento do 13.º salário do funcionalismo público do município de Goioerê. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Werner Wanderer, com apoio do senhor deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando pedido de informações ao senhor governador, quanto ao orçamento do Estado, para o corrente exercício. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados no pagamento do 13.º salário do funcionalismo público do município de Janiópolis. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros para pagamento do 13.º salário do funcionalismo público do município de Ubatuba. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Erondy Silvério, com apoio do senhor deputado Airton Cordeiro e Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Clube Atlético Paranaense, pela conquista do bicampeonato paranaense de futebol. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados no pagamento do 13.º salário do funcionalismo público do município de Juranda. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Agricultura, visando a criação de uma Unidade Veterinária nos municípios de Cerro Azul e Adrianópolis, tendo como sede o município de Cerro Azul. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do telex recebido pela Federação das Associações Comerciais do Paraná, reiterando sua posição oficial contrária ao aumento das alíquotas do ICM, bem como das multas formais e moratórias. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do senhor deputado Fiori Luiz constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial "Andreazza Irrita o Paraná", publicado no Jornal "Folha de Londrina". **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Annibelli com apoio do senhor deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Polícia Militar do Paraná, na pessoa do seu Comandante pelo comportamento dos representantes daquela corporação durante os festejos pela conquista do título de Campeão Estadual de Futebol, pelo Clube Atlético Paranaense. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada constante do expediente, solicitando voto de repúdio aos gestos do Comandante do Planalto, praticados no dia 17 de dezembro do corrente ano, em Brasília, de voto de desagravo às categorias dos jornalistas e dos advogados e de opinião favorável à punição disciplinar do referido oficial militar envolvido. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de pedido de in-

formação ao senhor secretário da Agricultura, quanto ao andamento do solicitado pela senhora Prefeita Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, no Ofício n.º 237/83, enviado a essa Pasta, e reiterado a este Gabinete Parlamentar no Ofício n.º 375/83. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de pedido de informações ao senhor presidente do Tribunal de Justiça do Estado, quanto ao andamento de processos de interesse de municípios do Oeste do Paraná. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a agilização da pavimentação asfáltica ligando o município de Três Barras do Paraná com Boa Vista da Aparecida e PR- 473. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente da Embratur, encarecendo atendimento do reivindicado pela senhora Prefeita Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, através do Ofício n.º 134/83, dirigido àquela empresa, e reiterado no Ofício n.º 375/83 dirigido a este gabinete parlamentar. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Cultura e Esporte, encarecendo atendimento ao reivindicado pela senhora Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Itaipu, através do Ofício n.º 109/83 dirigido àquela Pasta e reiterado pelo Ofício n.º 375/83 dirigido a este gabinete parlamentar. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário do Interior, encarecendo providências junto à Sanepar, Copel, Surehna, Sucepar e Cohapar, conforme reivindicado pelo senhor prefeito municipal de Corbélia, através do ofício n.º DT. 242/83-G. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à senhora Secretária da Educação encarecendo atendimento ao reivindicado pelo senhor prefeito municipal de Corbélia, através do Ofício n.º DT. 248/83-G. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário da Administração, encarecendo atendimento ao reivindicado pelo senhor Prefeito municipal de Corbélia, através do Ofício n.º DT. 249/83-G. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Segurança Pública, encarecendo o atendimento do reivindicado pelo senhor prefeito municipal de Corbélia, através do Ofício n.º DT. 247/83-G. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário das Finanças, encarecendo o atendimento ao

reivindicado pelo senhor prefeito municipal de Corbélia, através do ofício n.º DT- 244/83-G. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, em que solicita confirmação de competência e das penas aplicadas pelo Tribunal Regional Eleitoral aos implicados na fraude eleitoral das eleições de 15 de novembro de 1982, no município de Corbélia. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente do INCRA, encarecendo não ocorra como em 1983, uma redução de 90 % do ITR nos municípios que declararam situação de emergência. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente do Banco do Brasil S/A., visando a instalação de Posto Avançado daquele estabelecimento de crédito, no município de Santa Terezinha de Itaipu. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, encarecendo atendimento do reivindicado pela senhora prefeita municipal de Santa Terezinha do Itaipu, através do Ofício n.º 225/83 e 375/83, dirigidos, respectivamente àquela empresa e a este gabinete parlamentar. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo o atendimento do reivindicado pela senhora prefeita municipal de Santa Terezinha de Itaipu, em ofícios n.ºs 157/83 e 215/83, e reiterado em ofício n.º 375/83, dirigidos respectivamente, a essa pasta e a este gabinete parlamentar. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário da Agricultura, encarecendo o atendimento ao reivindicado pelo senhor prefeito municipal de Corbélia, através do ofício n.º DT. 245/83-G. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o atendimento ao reivindicado pelo senhor prefeito municipal de Corbélia, através do ofício n.º DT. 241/83-G. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao senhor Secretário do Planejamento, encarecendo o atendimento ao reivindicado pelo senhor prefeito municipal de Corbélia, através do ofício n.º 243/83-G. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao

senhor secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo o atendimento ao solicitado pela senhora Prefeita Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, através dos ofícios dirigidos a essa Pasta sob n.ºs 160/83 e 259/83, e do ofício dirigido a este gabinete sob n.º 375, reiterando os pedidos **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando voto de louvor pela realização do I Fórum Nacional de Debates sobre Experiências de Participação Comunitária, ao senhor prefeito municipal de Toledo. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antonio Belinatti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Segurança Pública, visando a instalação de um módulo policial no Jardim Novo Bandeirantes, no município de Cambé. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário dos Transportes, encarecendo abertura de auto-estrada no município de Grandes Rios, interligando os Distritos de Ribeirão Bonito e Rosário. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de um acesso rodoviário secundário ao município de Ivaiporã. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados no pagamento do 13.º salário do funcionalismo público do município de Iretama. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados no pagamento do 13.º salário do funcionalismo público do município de Campo Mourão. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros para pagamento do 13.º salário do funcionalismo público do município de Fênix. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Agricultura, visando a criação de Unidade Sanitária nos municípios de Irati, Rebouças e Rio Azul, tendo como sede o município de Irati. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 147, 222, 231, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 254, 256, 257 e 258/83.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 260 e 261/83.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADO A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO BASÍLIO ZANUSO, EM SESSÃO DO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 1983.

Exmo.Sr.

Deputado Basílio Zanusso

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Curitiba-Pr.

A FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS DO PARANÁ REITERA SUA POSIÇÃO OFICIAL CONTRARIA AO AUMENTO DAS ALIQUOTAS DO ICM E DAS MULTAS FORMAIS E MORATORIAS E DEMAIS MODIFICAÇÕES QUE SE PRETENDE INTRODUIR NA LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS, SALVO AS DECORRENTES DA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 23, CONHECIDA COMO EMENDA PASSOS PORTO.

NESTA OPORTUNIDADE, MANIFESTA SUA ESTRANHEZA QUANTO À POSIÇÃO DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO QUE, AO MESMO TEMPO EM QUE SE DECLARA CONTRA O AUMENTO DO ICM, ENVIA MENSAGEM AO PODER LEGISLATIVO PROPONDO TAL MAJORAÇÃO.

CORDIAIS SAUDAÇÕES.

MAGNUS VICTOR KAMINSKI

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO FIORI LUIZ, EM SESSÃO DO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 1983.

ANDREAZZA IRRITA O PARANÁ.

É justificada a irritação do governador José Richa, que foi ao aeroporto para contestar afirmativas do ministro Mário Andreazza relativas a eventuais discriminações que o atual governo vem fazendo a prefeitos do PDS. Mais justa ainda face à ameaça do ministro-candidato, segundo o qual "se o governo boicota o PDS, a União poderia boicotar o Paraná".

Só para relembrar, há poucos dias o governador esteve em Centenário do Sul, município cujo prefeito é do PDS. Ali, o prefeito disse que nem sequer tinha precisado bater às portas do Palácio Iguaçu pedindo ajuda do governador, porque estava recebendo todo o apoio dos secretários estaduais. O prefeito de Porecatu, também do PDS, e, aliás, um dos mais importantes líderes municipalistas do referido partido, tem sempre reafirmado o mesmo. É possível que haja todavia, algumas queixas.

É certo que o governo do Estado não está oferecendo tudo quanto os municípios pedem e precisam. Isto, principalmente, porque o próprio Estado luta com dificuldades.

Há bem pouco tempo a situação do Paraná era diferente. O PDS — antes Arena — era francamente majoritário no Estado. O executivo estadual era PDS, a maioria das prefeituras era do PDS (ou da Arena). E o que acontecia? Discriminação plena, em alguns casos bem definida.

Havia um ex-governador, que era da Arena, que simplesmente não visitava municípios que tinham pre-

feitos do PMDB. Se os visitava, ignorava solenemente os prefeitos.

Estão aí vivos, para testemunhar a discriminação homens do atual PMDB — antigo MDB — como Francisco Deliberador Neto, ex-prefeito de Ibiporã; Amilton Teixeira Martins, ex-prefeito de Sertãoópolis; Antonio Grassano, que era da Arena mas, na reformulação partidária passou para o PP e, em seguida devido à incorporação, ao PMDB. Sofreu violentamente a discriminação o ex-prefeito Roberto Conceição, de Cambé.

Homens que, quando prefeitos, viram os respectivos nomes em "listas" nas Secretarias; homens que sofriam vexames sem conta, porque eram "da oposição". Esta era a prática corrente. Do partido a que pertence o ministro Andreazza.

O ideal seria se os prefeitos não dependessem dos governadores ou se estes não dependessem do governo central, se houvesse uma distribuição correta de rendas

sem favoritismo. Mas não é esta a situação. Os municípios dependem da boa vontade dos governos estaduais. Mas o senhor Andreazza, mais como candidato do que como ministro, mais como homem de um partido do que como um funcionário do povo brasileiro, foi açado ao aceitar as queixas e precipitado ao formular ameaças.

O Paraná já é uma espécie de filho órfão da União.

Dá produção, receita cambial, tudo ao país. Tem dado até suas melhores terras para a produção energética. E recebe praticamente nada em troca. Deveria ter um tratamento melhor. O senhor Andreazza confundiu as coisas e mostrou uma faceta muito negativa. E quer ser Presidente. Uma vez que a eleição é indireta que depende dos convencionais do PDS, fica a pergunta: eleito, será presidente do Brasil ou do PDS? Pelo que disse no Paraná, provocando a irritação dos paranaenses, a amostra não é boa.